

JANAINA DE OLIVEIRA CAMPOS

**O JORNAL A SIRENE E A EMERGÊNCIA DO LUGAR DOS ATINGIDOS:
SOFRIMENTO, MINERAÇÃO E MINEIRIDADE NA TRAGÉDIA DE
MARIANA (2015)**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

VIÇOSA
MINAS GERAIS – BRASIL
2017

**Ficha catalográfica preparada pela Biblioteca Central da
Universidade Federal de Viçosa - Câmpus Viçosa**

T

C198j
2017

Campos, Janaina de Oliveira, 1992-
O jornal A sirene e a emergência do lugar dos atingidos : sofrimento, mineração e mineiridade na tragédia de Mariana (2015) / Janaina de Oliveira Campos. - Viçosa, MG, 2017.
vii, 119 f. : il. (algumas color.) ; 29 cm.

Orientador : Rennan Lanna Martins Mafra.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.
Referências bibliográficas: f.109-119.

1. Jornalismo - Aspectos sociais. 2. Jornais - Manchetes. 3. Barragens e açudes - Mariana (MG) - Aspectos sociais. 4. Minas e Mineração. I. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de Economia Rural. Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural. II. Título.

CDD 22. ed. 302.23

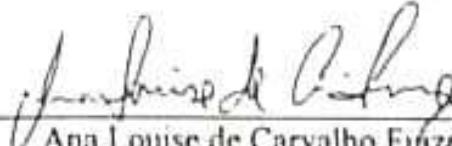
JANAINA DE OLIVEIRA CAMPOS

O JORNAL A SIRENE E A EMERGÊNCIA DO LUGAR DOS
ATINGIDOS: SOFRIMENTO, MINERAÇÃO E MINEIRIDADE NA
TRAGÉDIA DE MARIANA (2015)

Dissertação apresentada à Universidade
Federal de Viçosa, como parte das
exigências do Programa de Pós-Graduação
em Extensão Rural, para obtenção do título
de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 29 de novembro de 2017.


Frederico de Mello Brandão Tavares


Ana Louise de Carvalho Fiuza


Rennan Lanna Martins Mafra
(Orientador)

DEDICATÓRIA

*Dedico este trabalho aos atingidos de Mariana – MG.
Que não lhes falte coragem para seguir em frente e que a justiça seja feita.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao professor e querido orientador Rennan pelo acolhimento, pelas ricas orientações, conselhos e pelos momentos de descontração, mesmo que em meio ao caos. Agradeço também pelas oportunidades acadêmicas a mim proporcionadas que enriqueceram ainda mais a minha trajetória no mestrado.

Aos meus pais, Teonílio e Elisandra, que não mediram esforços para que eu chegasse até aqui e serviram de inspiração para que eu buscasse entender melhor o rural.

Ao Luiz, pelo companheirismo de sempre, por estar comigo nos bons e maus momentos e por construir sonhos ao meu lado. A caminhada se torna mais fácil ao lado de quem nós amamos!

Ao meu irmão Mateus e minha avó Zeca, pelo apoio de sempre.

Aos grandes amigos que fiz nessa caminhada por Viçosa e pela UFV, em especial Angélica, Rafael, Marcos e Rafaela por me incentivar, ouvir ou dividir comigo momentos de felicidade e outros nem tão felizes assim.

Aos colegas do mestrado por dividir inquietações e pelos momentos agradáveis entre uma disciplina e outra.

Ao COPRÁTICAS por ter me proporcionado discussões riquíssimas e permitir conhecer pessoas incríveis.

A Roseli pela boa vontade e disponibilidade em ajudar e ao Seu Jorginho, que infelizmente nos deixou no meio do caminho, mas que fez com que minhas manhãs de espera fossem muito mais agradáveis.

Agradeço aos professores do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural pelos ensinamentos e contribuições para minha formação como pesquisadora.

Aos departamentos de Economia Rural e de Comunicação Social pelo apoio.

Aos professores da banca, Ana Louise e Frederico pela disponibilidade e as ricas contribuições que me acompanham desde a defesa do projeto de pesquisa.

A UFV pelos quase sete anos de muito aprendizado.

À CAPES pela bolsa que viabilizou esta pesquisa.

A Deus pela força para seguir na caminhada.

RESUMO

CAMPOS, Janaina de Oliveira, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, novembro de 2017. **O jornal A Sirene e a emergência do lugar dos atingidos: sofrimento, mineração e mineiridade na tragédia de Mariana (2015)**. Orientador: Rennan Lanna Martins Mafra.

Esta dissertação surgiu a partir da investigação da relação entre jornalismo e produção de sentidos no meio rural no contexto da Tragédia de Mariana (2015), de modo mais específico na comunidade de Bento Rodrigues e demais localidades afetadas. Neste sentido, o nosso principal objetivo com esta pesquisa é problematizar e examinar a participação do jornalismo na configuração e na expressão da experiência rural contemporânea, presente nos contextos imediatamente afetados pelo rompimento das barragens de Fundão e Santarém. A partir de tal objetivo, a pesquisa se desenvolveu visando investigar a relação entre jornalismo, acontecimento, temporalidades e vida social. Posteriormente, examinamos as expressões e as configurações dos modos de vida rurais no jornal A Sirene, problematizadas pela tragédia exposta publicamente. Por fim, investigamos as configurações da relação entre mineração, mineiridade e ruralidade presentes no jornal citado. De modo mais específico, procuramos com esta pesquisa, demonstrar como o sofrimento provocado pela tragédia, e mostrado pelo jornalismo, foi capaz de evidenciar nuances e traços dos contextos rurais afetados pela tragédia, em meio a uma contemporaneidade marcada por significativas transformações nos cenários rurais. Para isso, partimos de uma pesquisa bibliográfica acerca da temática proposta e assim, analisamos as 12 primeiras edições do jornal A Sirene a partir da abordagem de paisagens textuais e análise de conteúdo verbo-visual. De uma forma geral, percebemos que o jornalismo se mostrou como um modo de experimentar a vida social e de atualizar o presente e ainda, uma forma de explicitar, a partir de narrativas, o sofrimento e o modo de vida dos sujeitos das regiões afetadas. Por fim, notamos que estamos falando de sujeitos híbridos e que, este hibridismo emerge com uma série de problemas em contextos globalizados, pois são nestes contextos que há a construção de periferias que não são vistas frente às sociedades hegemônicas.

ABSTRACT

CAMPOS, Janaina de Oliveira, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, November, 2017. **The newspaper A Sirene and the emergence of the place of the victims: suffering, mining and mineiridade in the tragedy of Mariana (2015)**. Advisor: Rennan Lanna Martins Mafra.

This dissertation arose from the investigation of the relationship between journalism and the production of meanings in rural areas in the context of the Mariana Tragedy (2015), more specifically in the community of Bento Rodrigues and other affected localities. In this sense, our main objective with this research is to problematize and examine the participation of journalism in the configuration and expression of the contemporary rural experience, present in the contexts immediately affected by the rupture of the dam of Fundão and Santarém. From this objective, the research developed to investigate the relationship between journalism, events, temporalities and social life. Later, we examined the expressions and configurations of the rural ways of life in the newspaper A Sirene problematized by the publicly exposed tragedy. Finally, we investigate the configurations of the relationship between rurality, mining and mineiridade present in the cited newspaper. More specifically, we seek to demonstrate how the suffering provoked by tragedy, and shown by journalism, was able to show nuances and traces of the rural contexts affected by the tragedy, in the midst of a contemporaneity marked by significant transformations in rural settings. For this, we start with a bibliographical research about the proposed theme and thus, we analyzed the first 12 editions of the newspaper A Sirene from the approach of textual landscapes and analysis of verb-visual content. In a general way, we perceive that journalism has been shown as a way of experiencing social life and of updating the present, and also, a way of explaining, from narratives, the suffering and way of life of the subjects of the affected regions. Finally, we note that we are talking about hybrid subjects and that, this hybridism emerges with a series of problems in globalized contexts, because it is in these contexts that there is the construction of peripheries that are not seen in front of hegemonic societies.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
A problematização do Jornal A Sirene.....	7
Aspectos metodológicos	12
Recorte e procedimentos de análise	14
CAPÍTULO 1:	18
JORNALISMO ACONTECIMENTO E TEMPORALIDADES: O ACIONAMENTO DE LÓGICAS E CONFIGURAÇÕES DE SENTIDO POSSÍVEIS	18
1.1- Introdução	18
1.2- Jornalismo: lógicas e lugares nos contextos contemporâneos.....	19
1.3- Jornalismo e acontecimento: acionamento e reconfigurações de sentido	23
1.4- Temporalidade, jornalismo e acontecimento: memória, identidades e experiência social	29
1.5- Jornal A Sirene: análises preliminares	36
1.5.1- Plano geral de análise: A Sirene como veículo jornalístico.....	36
1.5.2- Plano específico: memória, identidade e experiência	41
Considerações sobre o capítulo.....	51
CAPÍTULO 2:	53
CONFIGURAÇÕES DE SENTIDO SOBRE O RURAL: EMERGÊNCIA, TENSÕES E CONFLITOS NO JORNAL “A SIRENE”	53
2.1- Introdução	53
2.1- Abordagens sobre o rural: modos de vida, meio rural contemporâneo e novo campesinato.....	54
2.2.1- A dicotomia rural x urbano.....	55
2.2.2- O Continuum Rural-urbano	56
2.2.3- A urbanização do campo.....	57
2.2.4- A recomposição do rural.....	59
2.2.5 O rural como representação	61
2.2.6- O rural e o novo campesinato	63
2.3 - Configurações de sentido sobre o rural no jornal A Sirene	65
2.3.1- Análise quantitativa	66
2.3.2- Análise qualitativa	68
Considerações sobre o capítulo.....	80
CAPÍTULO 3:	81
RURAL HÍBRIDO EM SOFRIMENTO: MINEIRIDADE, MINERAÇÃO E TRAUMA	81

3.1- Introdução	81
3.2- Jornalismo e lógicas de sofrimento: a expressão do trauma na tragédia.....	82
3.3- Mineração na região de Mariana: a configuração histórica de um rural híbrido.....	84
3.4- A ruralidade como dispositivo para encobrir a mineração: o sentido de mineiridade	88
3.5.1- Mineiridade: a mobilização de um rural híbrido no jornal A Sirene	92
3.5.2- Tragédia em Mariana: Sofrimento e trauma no jornal A Sirene.....	98
Considerações sobre o capítulo.....	103
CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	109

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como tema principal a relação entre jornalismo e produção de sentidos em meio a um contexto rural – as localidades de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo pertencentes à cidade de Mariana (MG) – afetado por um acontecimento – o rompimento de uma barragem de minérios, no dia 05 de novembro de 2015, causadora de uma tragédia de proporções ainda desconhecidas. De modo mais específico, interessa-nos investigar como o sofrimento provocado pela tragédia, e evidenciado pelo jornalismo, foi capaz de evidenciar nuances e traços dos contextos rurais afetados pela tragédia, em meio a uma contemporaneidade marcada por significativas transformações nos cenários rurais. Tal tragédia fez emergir uma série de discursos, possibilitados pela presença do jornalismo, gesto esse que nos fez explorar a participação das narrativas jornalísticas na configuração e na expressão de experiências rurais contemporâneas, sobretudo àquelas permitidas pelo jornal A Sirene – uma iniciativa coletiva, com significativa participação dos atingidos das regiões de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, como detalharemos a seguir.

Amplamente tematizada por uma série de veículos de mídia internacionais, nacionais e locais, a tragédia de Mariana ocorreu no dia 5 de novembro de 2015, por volta de 4 horas e 30 minutos de uma tarde de quinta-feira, em decorrência do rompimento de uma barragem de rejeitos de minério, operada pela empresa Samarco que é controlada pela Vale¹ e pela britânica BHP Billiton². O rompimento da barragem do Fundão, localizada na cidade resultou no rompimento de outra barragem, a de Santarém, localizada no mesmo distrito. As duas foram responsáveis pelo lançamento no meio ambiente de mais de 50 milhões de m³ de lama, resultantes da produção de minério de ferro pela mineradora Samarco. Ao todo, 663 quilômetros de rios e córregos foram atingidos; 1.469 hectares de vegetação, comprometidos; 207 de 251 edificações acabaram soterradas apenas no distrito de Bento Rodrigues, números que foram

¹ A Vale é uma mineradora multinacional de origem brasileira e uma das maiores operadoras de logística do país. Além disso, é uma das maiores empresas de mineração do mundo e também a maior produtora de minério de ferro, de pelotas e de níquel

Disponível em: <<http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/Paginas/default.aspx>> . Acesso em 01 de novembro de 2017.

² BHP Billiton é uma mineradora e petrolífera anglo-australiana multinacional sediada em Melbourne, Austrália. A empresa administra ao lado da Vale, a Samarco. Disponível em: <<http://www.bhp.com/media-and-insights/samarco-portugues>> . Acesso em 01 de novembro de 2017

responsáveis pela classificação do desastre como uma das maiores catástrofes ambientais do mundo³. A enxurrada de rejeitos se espalhou pela região, deixou mais de 600 famílias desabrigadas e foram confirmadas mortes de 19 pessoas. Em questão de horas, a lama chegou ao rio Doce, cuja bacia é a maior da região Sudeste do País, atingindo a área total de 82.646 quilômetros quadrados, equivalente a duas vezes o Estado do Rio de Janeiro⁴.

De acordo com a Defesa Civil de Minas Gerais, estima-se que mais de 1 milhão de pessoas tenha sido prejudicada com a tragédia, levando-se em conta a população das cidades atingidas nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo – enquanto a Samarco fala apenas em 1300 pessoas, levando em consideração apenas aquelas localizadas a um raio de 2km do Rio Doce. Ao todo, foram 39 cidades atingidas de alguma forma pelos rejeitos da mineração: 36 do Estado de Minas Gerais e mais três do Espírito Santo. Além dos municípios mineiros de Mariana e Governador Valadares, fazem parte da lista: Barra Longa, Sem Peixe, Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado, Rio Casca, São Domingos da Prata, São José do Goiabal, São Pedro dos Ferros, Dionísio, Raul Soares, Córrego Novo, Pingo D'Água, Marileia, Bom Jesus do Galho, Caratinga, Timóteo, Santana do Paraíso, Bugre, Iapu, Coronel Fabriciano, Ipaba, Ipatinga, Belo Oriente, Naque, Periquito, Sobrália, Fernandes Tourinho, Alpercata, Tumiritinga, Galileia, Conselheiro Pena, Resplendor, Itueta, Aimorés. Entre as cidades capixabas, Baixo Guandu, Colatina e Linhares.⁵

De acordo com Freitas *et al* (2016) os impactos da tragédia foram divididos pelo Governo do Estado de Minas Gerais em duas escalas: Microrregional e Macrorregional. Em relação à primeira, os efeitos foram mais destrutivos, já que extrapolaram os rios Gualaxo do Norte, Carmo e Doce, integrantes das bacias da região atingida, em um trecho de aproximadamente 77 km. No município de Rio Doce, a lama foi retida pela barragem da Usina Hidrelétrica de Candonga e, após essa barreira, o material seguiu pela calha do rio Doce. A segunda escala macrorregional relacionada aos impactos nos municípios ao longo de mais de 570 km da calha do rio Doce até a foz no oceano

³ Disponível em: < <https://mundoestranho.abril.com.br/ambiente/top-11-os-piores-desastres-ambientais-da-historia/#>> Acesso em 12 de outubro de 2016

⁴ Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/meio-ambiente/2015/12/entenda-o-acidente-de-mariana-e-suas-consequencias-para-o-meio-ambiente> . Acesso: 12/10/2016

⁵ Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/12/151201_dados_mariana_cc. Acesso em 05/11/2016

Atlântico, envolvendo comunidades de outros 36 municípios em Minas Gerais e 3 municípios no Espírito Santo, incluindo uma reserva indígena de etnia Krenak (FREITAS *et al*, 2016).

Ainda no dia do acontecimento, sem mais detalhes sobre o fato, números eram divulgados com frequência, numa constante empreitada de atualização e sistematização das informações em tempo real. O que se observou a partir daquela quinta-feira foi a atenção midiática voltada às terras mineiras, não vislumbrando belezas naturais ou o passado histórico que caracteriza o estado (principalmente a região de Mariana e Ouro Preto, em se tratando de memórias de uma mineiridade atrelada aos primórdios), mas o foco se deteve na tragédia, na força de um acontecimento impactante.

Neste trabalho, o enfoque recairá sobretudo na região de Bento Rodrigues que, ao lado de Paracatu de Baixo e Gesteira, no município de Mariana, e da cidade de Barra Longa foram as regiões mais afetadas por tal acontecimento. De acordo com as informações obtidas no site da prefeitura da cidade de Mariana, Bento Rodrigues é um subdistrito de Santa Rita Durão, distrito da cidade. O subdistrito encontra-se a 35 km do centro de Mariana e a 124 km de distância da capital do Estado, Belo Horizonte.⁶ O subdistrito tinha uma população estimada em 600 habitantes, que ocupavam cerca de 200 imóveis, em 2015, antes da tragédia.⁷

Bento Rodrigues surgiu no século XVIII e representou um importante centro de mineração e também tinha suas terras cortadas pela Estrada Real que ligava os distritos de Santa Rita Durão e Camargos. Durante este período, a extração de minérios representava uma das principais atividades econômicas do Brasil e por isso, surgiram as estradas reais, usadas para desbravar o interior brasileiro, conectando as regiões mineradoras com o litoral carioca que resultaram em importantes cidades, entre elas Mariana e Ouro Preto, e os pequenos distritos, como Bento Rodrigues.⁸

Bento Rodrigues era marcado por uma arquitetura colonial e desfrutava de cachoeiras – apesar de a região se apresentar como um ponto turístico pouco explorado.

⁶ Disponível em: <http://www.pmmariana.com.br/> . acesso em 29/03/2017

⁷ Disponível em: <http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2015/11/barragem-de-rejeitos-se-rompe-em-distrito-de-mariana.html>. Acesso em 29/03/2017

⁸ Disponível em: <http://super.abril.com.br/historia/conheca-mais-sobre-bento-rodrigues-o-lugar-que-pode-deixar-de-existir/> . Acesso em 29/03/2017

Parte significativa da economia era marcada pela presença da mineradora Samarco⁹. Apesar de ser uma comunidade com características rurais, veremos adiante que a caracterização do meio rural, atualmente, é uma questão complexa, uma vez que, não há um consenso teórico a respeito das definições deste espaço na sociedade.

Pela complexidade de tal assunto, foi necessário um breve levantamento sobre as temáticas abordadas em relação à tragédia. Assim, foram identificadas pesquisas com basicamente três diferentes enfoques: i) estudos com questões territoriais; ii) comunicação organizacional da Samarco; iii) investigações sobre repercussões midiáticas da tragédia.

Nas pesquisas que possuem enfoque territorial, temos como exemplo Passos e Dias (2017), que abordam como uma série de fatores resultou na tragédia e quais as consequências da desterritorialização das comunidades de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo para os moradores. Também relacionado à desterritorialização, o estudo de Miranda, Rodrigues e Almeida (2017) trata dos danos causados aos moradores das comunidades atingidas. É possível perceber que tais estudos, apesar de apresentar os danos causados pela mineração, não abordam o sofrimento e, tampouco, a dimensão do rural.

Em relação às pesquisas que abordam a comunicação organizacional executada pela Samarco no intuito de preservar sua imagem, temos o exemplo de Eleutério e Ferreira (2016), que investigam, por meio da Análise do Discurso, a retórica presente no primeiro pronunciamento da empresa. Elencamos também Carneiro (2017), que teve como objetivo investigar as disputas de sentidos apresentados pela Mineradora em sua página no *Facebook* e, por fim, o estudo realizado por Perez (2016), que analisou a campanha “É sempre bom olhar para o lado”, que enaltece a importância econômica da empresa no contexto de Mariana. De uma forma geral, tais estudos priorizam a comunicação da empresa e não levam em conta a textualização midiática de tais campanhas.

Por fim, também foram identificados estudos que apresentam análises midiáticas acerca das repercussões da tragédia nos mais diferentes veículos, como por exemplo, Muniz e Lara (2016), que analisaram o caderno “Vozes de Mariana”, do jornal *Estado*

⁹ Disponível em: <http://super.abril.com.br/historia/conheca-mais-sobre-bento-rodrigues-o-lugar-que-pode-deixar-de-existir/> . Acesso em 29/03/2017.

de Minas, para verificar como são construídas as narrativas em torno do sofrimento causado pela tragédia. Há também o trabalho de Souza Neto (2016), que buscou analisar a construção do acontecimento por meio das fontes testemunhais, na cobertura jornalística do desastre pelo *Jornal Nacional*, levando em conta as narrativas emotivas. Já Barbosa e Carvalho (2017) analisaram as estratégias narrativas utilizadas pelo *Lampião* (jornal laboratorial do curso de Jornalismo da UFOP) para a materialização do evento traumático proporcionado pelo acontecimento de Mariana. O estudo de Feitosa e Alves (2017) propôs uma análise da cobertura realizada pelo *Jornal Nacional* sobre o desastre e identificou que as narrativas são construídas a partir do viés emocional. Por último, temos o estudo de Batinga e Menezes (2017), autores que realizaram uma análise discursiva das estratégias utilizadas pelos próprios moradores atingidos pela tragédia no jornal *A Sirene*, que foi criado com uma proposta de legitimar o lugar dos atingidos.

Os estudos identificados nesta vertente de pesquisa apresentam argumentos consistentes no que diz respeito à construção das narrativas da tragédia de Mariana com um apelo emocional. No entanto, nota-se que em nenhum destes estudos existe apelo ao sentido do rural, mesmo que as comunidades atingidas fossem consideradas rurais. Assim, torna-se relevante assinalar que, nas pesquisas preliminares realizada no portal Periódicos Capes e Google Acadêmico, não foram identificados estudos que trouxessem a temática do rural. Desse modo, o rural não foi explorado no contexto da tragédia sob a ótica do jornalismo, sendo esta lacuna que o presente trabalho pretende ocupar.

Assim, vista a caracterização da tragédia e da região afetada e as pesquisas sobre o assunto, é preciso salientar o papel do jornalismo frente à tragédia. Dito por outras palavras, é intuito dessa dissertação entender como o jornalismo participou das configurações e das reverberações deste acontecimento. Neste cenário, uma questão muito peculiar emergiu: o jornalismo que interessa a nossas discussões se constituiu como forma de expressão, de publicização e de interpretação deste acontecimento a partir do jornal *A Sirene* – um informativo que surgiu com a eclosão da tragédia, e cujo principal propósito é o de apresentar as consequências cotidianas das reverberações da tragédia pela ótica dos moradores afetados. De acordo com o site do periódico, “é um veículo de comunicação que luta pelo direito de voz dos atingidos pela barragem do Fundão, da mineradora Samarco, em Mariana/MG. Realizado pelos próprios atingidos,

o jornal é mantido por um acordo entre eles, a Arquidiocese de Mariana e o Ministério Público” (A SIRENE, 2016).

O jornal é produzido de maneira colaborativa a partir do coletivo “Um Minuto de Sirene”, que é formado por moradores da região dos Inconfidentes e surgiu a partir do rompimento da barragem de Fundão em parceria com o projeto de extensão da UFOP “Nos Bastidores da Notícia”, que é direcionado a crianças e adolescentes de bairros periféricos da cidade de Mariana/MG e região. O projeto é promovido por alunos do curso de jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e busca capacitar seus participantes para uma leitura crítica e construtiva da mídia. O jornal também conta com a parceria do projeto “A Sirene e o Direito à Comunicação dos Atingidos pela Lama”, também da UFOP.

Além destes, ainda conta com o apoio das organizações: a) Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), que é um movimento popular, reivindicatório e político, com prática militante e orientado pela pedagogia do exemplo e é voltado para lutar pelos direitos de populações atingidas por grandes empreendimentos; e b) “Mídia, Identidade, Cultura e Arte (MICA)”, criado por ex-alunos do curso de jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto, que integraram o projeto de pesquisa e extensão “Nos Bastidores da Notícia”. Tal organização entende que a constituição do coletivo amplia as possibilidades de participação na construção de uma sociedade mais justa, na qual a comunicação exerce papel fundamental, trabalhando com líderes e organizações sociais e uma rede global de apoiadores para promover igualdade, justiça social e oportunidade para todos os brasileiros.¹⁰. Nesse sentido, a organização exerce suas atividades por meio da ONG “Brazil Foundation”, Organização Não-Governamental de brasileiros que vivem fora do país e mobilizam recursos para ideias e ações que transformam o Brasil.

A Sirene surgiu no mês de fevereiro de 2016 e, desde então, lança uma edição mensalmente, com exceção do mês de maio deste mesmo ano. Possui em torno de 16 páginas por edição, excluindo a edição de um ano da tragédia (novembro) que trouxe uma cobertura especial com 32 páginas e a edição de um ano de jornal, também com 32 páginas. O Jornal é feito pelos moradores das comunidades atingidas com o auxílio dos apoiadores mencionados anteriormente e, desde o surgimento, vem ganhando novos

¹⁰ Disponível em: <https://jornalasirene.wordpress.com/sobre/> . Acesso em: 29/03/2017

parceiros apoiadores. Sua tiragem é de 2 mil exemplares e conta também com uma página no Facebook¹¹, um blog¹² e o portal por onde é possível baixar as edições do jornal¹³. De uma maneira geral, a estrutura da Sirene segue um padrão pré-estabelecido, em que, em cada edição conta com: Editorial, Avisos, Errata, Expediente, Agenda, Direito de entender, A gente explica e as reportagens.

A problematização do Jornal A Sirene

Para dar conta de compreender tal realidade empírica nos apoiamos na relação existente entre alguns conceitos. O primeiro deles é o jornalismo, que é um tipo de linguagem social amplamente utilizada para explicar o presente. Além disso, o jornalismo tem o papel de construir sentidos e narrativas, atribuindo relações entre os fatos e estabelecendo conexões entre a sociedade contemporânea. De acordo com Traquina (2012), pode-se resumir a notícia, que é a matéria-prima do jornalismo na seguinte frase: o que está acontecendo neste momento?

Com isso, percebemos que o jornalismo, no senso comum, vale-se do acontecimento para produzir sua matéria prima. Entretanto, o acontecimento, mais do que um fato em si, representa um corte em uma realidade que apresenta, necessariamente, um caráter inaugural (QUERÈ, 2005). De tal sorte, nas pesquisas sobre o tema, existe ainda o chamado acontecimento jornalístico que, de acordo com Berguer e Tavares (2009) representa a construção midiática dos acontecimentos nos meios de comunicação.

Assim, tanto o acontecimento quanto o acontecimento jornalístico possuem um ponto em comum: além de tratar de algo novo, possuem uma relação com o tempo. A temporalidade, que também foi trabalhada ao longo dessa pesquisa, é uma categoria chave para entendermos a relação do jornalismo com o público. Esta categoria analítica nos faz pensar em um antes e um depois e leva as pessoas a um passado ainda que imaginário, construído, mas que, paralelamente, projeta um futuro. Além de tudo isso, a noção de temporalidade tornou-se útil a esse trabalho, sobretudo porque não estivemos

¹¹<https://www.facebook.com/JornalSirene/?fref=ts>

¹²<https://jornalasirene.wordpress.com/>

¹³www.issuu.com/jornalasirene

no mesmo tempo espaço que os atingidos de Bento Rodrigues, na ocasião da tragédia, e nos valem da busca por vestígios, restos desse acontecimento que estão condensados num modo específico de produção de sentidos, que é o jornalismo

Nesse sentido, foi a categoria tempo a grande responsável por revelar a necessidade por compreensão: i) das demandas do rural. ii) das tensões e contradições implicadas nas atividades de mineração; iii) das relações que os sujeitos, a partir desse contexto peculiar entre mineração e espaços rurais, estabelecem com a vida social e com a mineiridade. Tal compreensão poderia ser feita de diversas formas, no entanto a temporalidade, uma categoria específica do jornalismo, tornou-se central, gesto esse que será desenvolvido no primeiro capítulo dessa dissertação.

A relação entre jornalismo e tempo é fundamental, uma vez que, nos termos de Antunes (2007), o jornalismo tem um lugar que advoga para si a legitimidade para se falar sobre atualidade. Entretanto, quando ele fala sobre atualidade, há uma espécie de permissão para que o leitor execute uma série de operações com relação à temporalidade de uma maneira geral. Isso ocorre porque o jornalismo fala de um tempo anterior projetando um depois e, assim, se coloca em um tempo presente cronológico, mas que abre vários tempos, devido ao acionamento da memória. Assim, as categorias tempo e/ou temporalidade revelam-se muito produtivas e potentes para se pensar os espaços rurais afetados por essa tragédia. Isso torna-se ainda mais evidente ao considerarmos que o jornal *A Sirene* foi feito desde o início e, continua sendo feito, com o intuito de investigar as questões abertas, expostas, com relação ao rural e com relação à mineração, sem a necessidade de buscar outras formas de análise para compreender esse próprio acontecimento. Com isso, apostamos no fato de que, ao pensar na categoria tempo, o jornalismo foi capaz de evidenciar – mas não necessariamente problematizar – uma relação histórica tão presente na identidade social, política e econômica desses sujeitos rurais com o próprio local em que eles vivem.

Aqui, notamos que o jornal *A Sirene* usou a temporalidade, expressa por meio de recursos para acionamento de uma memória e de uma identidade, para reconectar um passado perdido, na maioria das vezes ligado ao rural. Entretanto, mesmo que exista essa rememoração do rural perdido, percebemos que o rural que emerge em Bento Rodrigues é um rural híbrido que, fruto da globalização, mescla elementos da cultura urbana e rural, sem anular nenhuma delas (RIOS, 2005). Tal situação, evidenciada pelo

Jornal A Sirene, demonstra que temos, em Bento Rodrigues, sujeitos que sofrem, ora pela mineração histórica escondida pela mineiridade – construção sócio-histórica da identidade mineira, ora por um rural que agoniza enquanto natureza. Este sofrimento é evidenciado pelo jornalismo, uma vez que este, tem como função, criar narrativas em torno dos fatos e criar identificação da sociedade com os atingidos.

Nesse sentido, diante da realidade empírica apresentada e do panorama teórico-conceitual utilizado, o objetivo geral desta dissertação é problematizar e examinar a participação do jornalismo na configuração e na expressão da experiência rural contemporânea, presente nos contextos imediatamente afetados pelo rompimento das barragens de Fundão e Santarém, em 2015. De tal sorte, a partir desse objetivo, desdobram-se três objetivos específicos: a) problematizar e investigar a relação entre jornalismo, acontecimento e temporalidades, com o intuito de examinar as lógicas e as linguagens jornalísticas na relação com a vida social; b) examinar as expressões e as configurações dos modos de vida rurais no jornal A Sirene, problematizadas pela tragédia exposta publicamente; e c) examinar as configurações da relação entre mineração, mineiridade e ruralidade presentes no jornal A Sirene e explicativas da relação entre estes sujeitos rurais com a atividade mineradora, com o espaço em que vivem e com relação ao próprio estado de Minas Gerais.

Partindo dos objetivos apresentados, interessa investigar não apenas se este jornal deu voz de fato a essas pessoas. De modo mais específico, é válido apontar que esta dissertação tem a pretensão de indagar: por que a escolha do jornalismo? Porque o jornalismo aparece como uma referência para dar voz a esses atingidos? Que tipo de configurações o jornalismo tem nos contextos contemporâneos diante de acontecimentos? Que tipo de interferências o jornalismo produz quando ele se aproxima de um acontecimento, reconstitui, interpreta e expressa publicamente esse acontecimento? Por isso, avaliar se o jornal A Sirene cumpriu o papel que lhe foi destinado torna-se uma tarefa, sobretudo, de quem desenvolve e realiza o jornal. O desejo, como pesquisadora, é entender como o jornalismo participou na reconfiguração deste acontecimento, ocupando um papel central na contemporaneidade, revelador de uma expressão dos contextos rurais afetados pela tragédia.

Neste sentido, o presente trabalho revela uma de suas justificativas na medida em que pretende pensar o jornalismo para além da expectativa imediata que se tem do

profissional do jornalismo – uma vez que toma esse campo de atuação profissional como uma forma de ação e um tipo de linguagem social que exerce um papel primordial na atualidade. O jornalismo desfruta de uma função resultante de suas lógicas próprias que, a partir do seu modo de narrar os acontecimentos, tem um lugar muito importante no modo como entendemos o presente. Assim, quando estamos estudando o jornalismo, não estudamos apenas um jornal em si, mas também a relação provocada pelo jornalismo. Que relação é esta? Uma relação de centralidade na informação; uma relação de expressão dos sujeitos; uma relação peculiar de registro do que acontece, porque ressignifica o presente e cria outros sentidos.

Assim, queremos pensar não um jornal qualquer, mas sim um jornal cuja produção é feita de um modo muito peculiar, o que significa que não pretendemos entender o modo particular que este jornal é produzido, mas sim investigar as relações que o mesmo provocou a partir de sua circulação. Dito por outras palavras, apostamos no fato de que o Jornal A Sirene expressa, em suas publicações, relações sociais mais amplas que as pessoas daquele lugar tiveram com este acontecimento.

No que diz ao âmbito de relevância dessa proposta, esta pesquisa julga-se pertinente primeiro porque é preciso pensar outras formas de estudar o rural. No Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural é muito importante discutir tal temática pois, a princípio é preciso buscar temas e metodologias novas para se pensar os espaços rurais haja visto que existem muitos estudos sobre políticas públicas, economia e outros temas que abrangem diretamente o rural, mas ainda são escassos aqueles que relacionam o jornalismo, enquanto linguagem social e espaço de produção de sentidos às experiências rurais. Assim, o jornalismo no contexto da extensão rural pode ser fundamental para pensar os sentidos desse rural nos contextos contemporâneos.

É possível perceber que já existem iniciativas que discutem e questionam o rural, as relações ambientais, a problemática da mineração, mas não é possível encontrar estudos que discutem o jornalismo enquanto uma linguagem que constitui tais expressões, e que vai interferir na própria categoria rural. Por isso, apostamos, nessa dissertação, que o jornalismo não se apresenta como uma plataforma isenta de participação na própria construção da categoria sociológica rural. De tal sorte, o jornalismo é um tipo de linguagem social que, nos contextos contemporâneos, participa das configurações do que estamos chamando aqui de rural e atua também como um

sensor, na medida em que ele se mostra como um epicentro de várias expectativas e de várias relações sociais. Dessa maneira, se o discurso jornalístico evidencia algumas coisas é porque, em contrapartida, ele não está evidenciando outras e, possui um tipo de lógica que é muito peculiar de experimentar o mundo e de constituir o mundo na contemporaneidade.

Assim, entender o campo da Extensão Rural como um campo de problematização das relações homem-natureza é pensar o quanto uma tragédia ambiental, reconfigurada pelas lentes do jornalismo, possibilita espaços para dar voz àqueles que supostamente não tiveram acesso aos grandes veículos midiáticos. Trata-se de uma oportunidade relevante de se pensar e de se questionar a relação social das atividades mineradoras e a relação social dessas pessoas com o próprio estado de Minas Gerais e com a ideia de mineiridade. Ainda, pensar a complexidade do rural diante de uma tragédia que não o tematiza a não ser como setor da economia, é algo instigante. Se estamos pensando os espaços rurais como modos de vida e como âmbitos complexos em que sujeitos e relações se constituem, o estudo de uma tragédia como a de Mariana constitui-se como uma oportunidade singular para se pensar a complexidade do rural para além dos estereótipos sociais contemporâneos.

No que diz respeito ao campo da comunicação, área de interface deste projeto, esta proposta julga-se pertinente pois ela pretende estudar um produto midiático – o jornal A Sirene, pensando tanto nas suas particularidades quanto nas interações propostas com a sociedade, reforçando a relação estabelecida entre jornalismo e sociedade na constituição das experiências contemporâneas dos sujeitos. Além disso, pensar o rural como espaço de textualização, de reinvenção ou de convocação pelo jornalismo é entender a multiplicidade de contextos sociais que afetam as linguagens, as lógicas e os processos jornalísticos contemporâneos. Isso porque, mais do que um espaço independente e autônomo da realidade, o jornalismo é parte dessa realidade, uma vez que, para Antunes (2007), o jornalismo é uma das formas dominantes de relatar os acontecimentos, moldando-os por meio de discursos. Entender como o jornalismo convoca, expressa e constitui textualmente o rural é gesto que busca se utilizar do próprio jornalismo para se pensar o nosso tempo.

Aspectos metodológicos

Conforme apresentado, o interesse desta pesquisa é examinar o modo como o Jornal A Sirene, enquanto linguagem jornalística, é produzido em torno das interpretações desse acontecimento pelos próprios moradores, por atores e por uma rede de apoiadores relevantes vinculadas àquele lugar. Assim, nosso gesto interpretativo busca perceber como o jornalismo participa das próprias configurações e expressões de um rural aqui tomado enquanto uma categoria sociológica de compreensão do mundo. Que tipo de rural esse jornalismo vai construir e simbolizar?

Dessa forma, a fim de viabilizar os objetivos geral e específicos, realizamos algumas apostas. A primeira delas foi uma aposta nas metodologias de análise do jornalismo como formas possíveis de se compreender elementos sociais mais amplos ligados à mineiridade, à ruralidade e à mineração. Por isso, neste trabalho, foi feita uma combinação de métodos, já que não existe uma única escolha metodológica para se estudar a relação entre jornalismo e vida social, como nos mostraram os estudos de jornalismo investigados (BARBOSA e CARVALHO, 2016; LEAL *et al* 2013; SOUZA e CARVALHO, 2014; TAVARES e ANTUNES, 2015). Percebemos também que não existe uma recomendação metodológica específica para estudos dos elementos jornalísticos, pois o que existe é uma combinação de procedimentos que se torna adequada a cada problemática e a cada caso em si.

Desse modo, para investigar a questão da temporalidade a primeira escolha que fizemos foi a de se buscar trabalhar o jornalismo como discurso como propõe Antunes (2007). Isso não significa adotar uma abordagem específica de uma análise de discurso: tal gesto torna-se amplo no entendimento do jornalismo como algo que faz parte de interações, sendo o discurso o resultado e o resultante de processos relacionais. A partir dessa visão que propõe um horizonte amplo aos textos jornalísticos, adotamos a proposta metodológica de Gonzalo Abril (2007; 2012) de análise de texto verbo-visuais. Trata-se de uma vertente da análise de conteúdo que aborda a relação entre texto e ambiente, baseada no conceito de paisagens textuais. Essa proposta também é abordada por Vianna e Vaz *et al* (2015). Segundo os autores “paisagem significa a porção de uma área cujos sentidos da percepção de quem a observa consegue ver, escutar e sentir e alcançar de um determinado ponto de vista” (p. 2). A metodologia é também discutida

por Carl Sauer (1998 *apud* Vianna e Vaz *et al* 2015) que aponta paisagem como “associação distinta de forma, ao mesmo tempo físicas e culturais”. Ainda

A paisagem, portanto, possui uma unidade e faz parte de um contexto mais amplo. No caso da paisagem textual, os textos formam unidades, que se articulam para constituir sentido(s). Deste modo, a unidade do texto constituiria um relevo, que constituinte de uma paisagem, forma uma paisagem maior, uma espécie de superfície contextual que acolhe e abarca os relevos na constituição dos sentidos a serem explorados pelos leitores/ouvintes (VIANNA; VAZ *et al.* 2015 p.5).

Assim, os textos formam unidades que se articulam para constituir sentido(s). Deste modo, a unidade do texto constituiria um relevo integrante de uma – paisagem, que integra um ambiente ainda maior, uma espécie de “superfície contextual” que acolhe e abarca os relevos na constituição dos sentidos a serem explorados pelos leitores/ouvintes. Assim, segundo Vianna e Vaz *et al* (2015), “o leitor/ouvinte integra a paisagem com a sua presença, ainda que silenciosamente, e, ao mesmo tempo, mobiliza sua consciência, experiência, estética e moral ao observá-la” (p. 5). Abril (2012) ressalta que trata de parte e todo.

Em esas redes textuales se establecen relaciones diversas entre cada texto particular y el conjunto en que lo insertamos o lo hallamos inscrito: se trata unas veces de la relación parte / todo, como la que imputamos a la “pertenencia” de un texto literario o pictórico a esos conjuntos a los que, respectivamente, denominamos “literatura” o “pintura”. En otras ocasiones se trata de la relación local / global, cuando a partir del texto tomado particular y separadamente se infieren sentidos diversos de los que podríanderivarse de su consideración en el interior de un corpus o agregado global. (ABRIL, 2012, p. 17)

Nesse sentido, Tavares (2016) analisando o método de Abril, ressalta que a análise é feita em totalidade, ou seja, sem fragmentar o objeto em partes menores de significação. A autora demonstra que a análise de Abril (2012) se baseia em conceitos de comunicação no que diz respeito ao sentido sendo que seu objetivo, longe de analisar o que os textos verbo-visuais significam, é entender de que forma lhe são atribuídos sentidos, por meio de uma metodologia visual que analisa, além dos elementos visíveis, também as práticas sociais e as relações de poder presentes. Com isso, analisamos o jornal A Sirene seguindo a perspectiva de Abril (2007;2012) no que diz respeito a tentar enxergar, mais do que relatos, notícias e fotografias presentes, o contexto sócio-

historico-cultural em que tais relatos, notícias e fotografias estão inseridos e quais sentidos tal contexto pode, potencialmente, produzir perante gestos de leitura.

Recorte e procedimentos de análise

Partindo de tais pressupostos, foram selecionadas todas as edições do Jornal A Sirene no espaço de um ano, a partir de sua primeira edição, lançada em fevereiro de 2016 até a edição de fevereiro de 2017. Neste período, foi possível acompanhar as reverberações do acontecimento, as inquietações que ele propôs e as configurações sociais que foram sendo assumidas pelos sujeitos envolvidos na medida em que o acontecimento foi provocando rupturas e novas relações com o espaço, com o trabalho e com o tempo.

A seguir, a tabela 1 mostra as edições dos jornais analisadas por esta pesquisa:

Número da edição	Data	Número de Páginas
Zero	Fevereiro/ 2016	18
Um	Março/ 2016	16
Dois	Abril/ 2016	16
Três	Junho/ 2016	20
Quatro	Julho/ 2016	16
Cinco	Agosto/ 2016	16
Seis	Setembro/ 2016	16
Sete	Outubro/ 2016	16
Oito	Novembro/ 2016	32 (edição de um ano da tragédia)
Nove	Dezembro/ 2016	16
Dez	Janeiro/ 2017	16
Onze	Fevereiro/ 2017	32 (edição de um ano do jornal)

Tabela 1: relação dos jornais analisados

Ao selecionarmos as doze edições do jornal a Sirene, conforme demonstrado na tabela acima, o primeiro passo foi observar as fotos que compunham as capas, para, em seguida, tentar rastrear no editorial marcas que evidenciavam a presença do jornalismo nas experiências dos atingidos. Feito isso, foi investigada a forma com a qual a categoria tempo permeou as reportagens e, por fim, foi realizada a escolha e a problematização das paisagens verbo-visuais propostas, e destacadas durante a própria análise. A seguir, as capas de todas as edições publicadas no período proposto nessa dissertação:

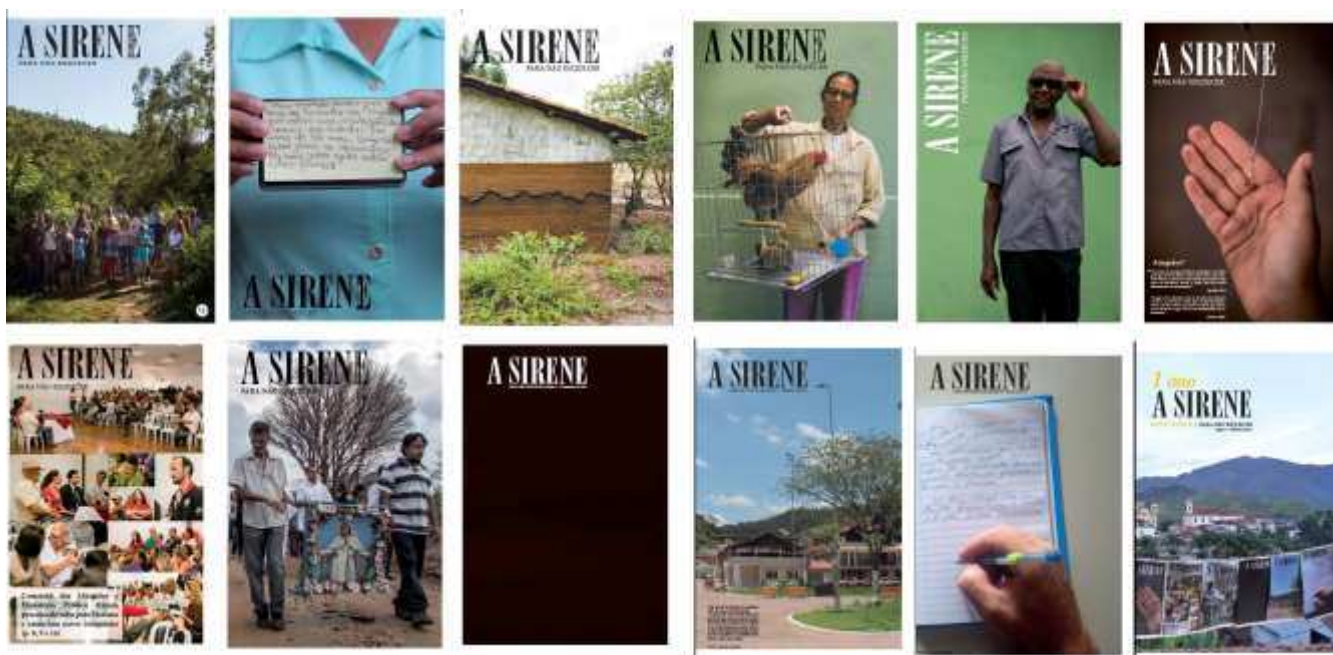


Figura 1: capas de todas as edições analisadas

Para a realização da análise, em um primeiro momento, os jornais foram espalhados e assim, iniciou-se a investigação dos temas propostos em cada capítulo. Nesse sentido, em cada capítulo, uma análise nova era feita a partir de uma leitura direcionada. Em todos os momentos, buscamos entender qual o sentido produzido pela junção de imagem, texto e contexto, como proposto por Abril (2007; 2012). Com isso, os capítulos foram desenvolvidos de forma independente, de acordo com cada objetivo específico ora proposto.

Assim, o capítulo 1, vinculado ao primeiro objetivo específico (problematizar e investigar a relação entre jornalismo, acontecimento e temporalidades, com o intuito de examinar as lógicas e as linguagens jornalísticas na relação com a vida social), buscou tensionar as noções de jornalismo, acontecimento e temporalidade como forma de

entender o surgimento do Jornal a Sirene no contexto da tragédia de Mariana. Neste capítulo, entendemos que o surgimento do jornal A Sirene foi um acontecimento jornalístico que possibilitou a criação de rotinas de produção jornalística no local. Assim, é pertinente analisar quais os sentidos produzidos pelo jornal e como ele reconfigura a memória a partir da categoria tempo, já que, tal categoria, aliada à noção de acontecimento, é fundamental para a compreensão das novas identidades que emergem com a tragédia. De uma forma geral, foi possível perceber que A Sirene presenciou a tragédia de Mariana das mais variadas formas. Enquanto produtor de sentidos, o jornal permitiu enxergarmos que um acontecimento pode deslocar-se da dimensão temporal graças ao acionamento da memória, se colocando assim como um campo problemático em que novas identidades emergem.

Já o capítulo 2, que está relacionado ao segundo objetivo específico (examinar as expressões e as configurações dos modos de vida rurais no jornal A Sirene, problematizadas pela tragédia exposta publicamente), procurou examinar as expressões e as configurações de sentidos sobre o rural produzidos pelo Jornal A Sirene. Para pensar que tipos de experiências rurais foram afetadas pela tragédia de Mariana, bem como as tensões e os conflitos implicados sobre o rural no jornal, realizamos um mapeamento de palavras encontradas da literatura sobre o rural. Além disso, realizamos a análise de paisagens textuais a fim de verificar como o rural emerge em meio aos discursos dos próprios atingidos. Notamos que o jornal conecta o rural que existe na memória dos leitores e que ainda habita a sua lembrança. Esse rural lembrado é um rural que não é somente um local para se trabalhar ou lidar com a terra. Trata-se na verdade, de um rural que é híbrido.

Por fim, no capítulo 3, vinculado ao terceiro objetivo específico (examinar as configurações da relação entre mineração, mineiridade e ruralidade presentes no jornal a Sirene e explicativas da relação entre estes sujeitos rurais com a atividade mineradora, com o espaço em que vivem e com relação ao próprio estado de Minas Gerais) buscamos analisar as linguagens jornalísticas utilizadas na composição de narrativas de trauma e sofrimento presentes na tragédia, com vistas a perceber como tais narrativas aproximam os expectadores da realidade retratada. Foi possível identificar que, com a emergência da tragédia, houve uma busca por evidenciar tanto um rural perdido e quanto a presença de traços de uma mineiridade, esta última que, em outros tempos, deu

conta de encobrir os conflitos do estado. Assim, de uma forma geral, este capítulo permitiu identificar que o jornal A Sirene evidenciou a emergência de uma ruralidade, por meio da linguagem jornalística, que tornou explícito o sofrimento desses sujeitos a partir de uma evidência histórica da mineração, reforçando ainda mais o argumento que, em Bento Rodrigues, estamos diante de um rural que sofre porque é híbrido.

A partir das análises realizadas nos três capítulos, foi possível perceber que, por mais que o jornal A Sirene se assemelhe aos modos de produção de notícias tradicionais, por ser feito pelos atingidos, esse mesmo jornal também tornou possível pensarmos nas experiências desses sujeitos, mesmo não estando nós presentes naquele cotidiano – sendo o próprio jornalismo um modo de experimentar uma dada realidade social

CAPÍTULO 1: JORNALISMO ACONTECIMENTO E TEMPORALIDADES: O ACIONAMENTO DE LÓGICAS E CONFIGURAÇÕES DE SENTIDO POSSÍVEIS

Resumo: Este capítulo tem como objetivo tensionar as noções de jornalismo, acontecimento e temporalidade como forma de entender o surgimento do Jornal A Sirene no contexto da tragédia de Mariana. Entendemos aqui A Sirene como um acontecimento jornalístico que possibilitou a criação de rotinas de produção jornalística no local. Assim, é pertinente analisar quais os sentidos produzidos pelo jornal e como ele reconfigura a memória a partir da categoria tempo, já que, tal categoria, aliada a noção de acontecimento é fundamental para a compreensão das novas identidades que emergem com a tragédia.

1.1- Introdução

Como já apresentado na introdução desta dissertação, o nosso objeto de estudo é a Tragédia de Mariana ocorreu no dia 5 de novembro de 2015 devido ao rompimento de duas barragens de rejeitos de minério, operada pela empresa Samarco. A Tragédia alcançou ampla cobertura midiática e dois anos depois, ainda figura na mídia e nas redes sociais, apesar de em menor proporção. O jornalismo ocupou e ainda ocupa papel central nos desdobramentos da tragédia, seja nos veículos de circulação estadual, nacional e internacional, seja em redes sociais de cidadãos comuns e veículos de comunicação alternativa. Um veículo em especial merece destaque: o jornal A Sirene, que surgiu em decorrência da tragédia e, enquanto expressão jornalística, participou ativamente da reconfiguração de tal evento.

Com isso, interessa-nos discutir o jornal A Sirene porque é a partir deste jornal que identificaremos se é possível entender que tipo de experiência social rural o jornalismo acionou nestes sujeitos que passaram por um conflito e que a partir de então tiveram suas vidas reconfiguradas. Para tudo isso, o intuito deste capítulo é retomar o primeiro objetivo específico proposto na introdução: problematizar e investigar a relação entre

jornalismo acontecimento e temporalidades para examinar as lógicas e as linguagens jornalísticas na relação com a vida social.

Para atingir tal objetivo, este capítulo se organiza pelos seguintes itens: *Jornalismo: lógicas e lugares nos contextos contemporâneos*, que tem como objetivo fazer uma discussão conceitual sobre o lugar do jornalismo, buscando que tipo de lógicas ele confere em meio a vida social contemporânea; *Jornalismo e acontecimento: o acionamento e reconfigurações de sentido*, que visa problematizar a íntima relação que o jornalismo possui com os acontecimentos sociais contemporâneos, no intuito de entender que tipo de relações sociais são provocadas pelo acontecimento. Este item busca investigar também determinados tipos de experiências sociais contemporâneas marcadas pelo descontrole, por tragédias, por desastres e pela relação do sujeito com o ambiente. Mais do que isso, pretende-se entender como o jornalismo participa do acontecimento nas suas reconfigurações de sentido e na sua possibilidade de modificações de lugares contemporaneamente vivenciados. Em última análise, o objetivo deste item é, dentro da noção de acontecimento, compreender a categoria temporalidade; *Temporalidade jornalismo e acontecimento: memória, identidades e experiência social* tem como objetivo compreender como o acontecimento o jornalismo são marcados por experiências de temporalidades. Na noção de acontecimento, a temporalidade é de presença marcante na configuração do conceito, mas no jornalismo, é fundante. Com isso, investigar a ideia de temporalidade torna-se muito promissora para se compreender que tipo de elementos a experiência jornalística, por meio da temporalidade, acaba acionando na experiência social contemporânea. Apostamos em dois elementos que são a *memória* e a *identidade*. Desse modo, a temporalidade reconfigura a memória e a identidade uma vez que a ideia de nós, a ideia de um grupo e a ideia de quem eu sou não é estática, ela se faz a partir de uma localização do sujeito no tempo e de um sujeito que se torna a partir do acontecimento. Por fim, a seção *Jornal A Sirene*, exploramos algumas particularidades do jornal e discutimos, a partir de tais características, a noção de acontecimento jornalístico. Em seguida, analisamos o jornal sob as categorias identidade e memória para demonstrar de que forma a temporalidade está presente nos textos de tal jornal.

1.2- Jornalismo: lógicas e lugares nos contextos contemporâneos.

O jornalismo é um tipo de linguagem social que exerce um papel primordial na atualidade, pois, ao produzir suas próprias lógicas, torna-se fundamental para compreender o presente. O campo de atuação profissional do jornalismo começou a ser debatido por volta do século XIX graças ao desenvolvimento do capitalismo e de, conseqüentemente, fenômenos sociais tais como a industrialização e urbanização bem como as novas formas de educação e emergência dos *mass media*. A partir de então, a prática do jornalismo ganhou ares profissionais (TRAQUINA, 2005). Sendo assim, o objetivo deste item é fazer uma discussão conceitual sobre o lugar do jornalismo e sobre as lógicas que propõe em meio a vida social contemporânea

É possível afirmar que, no senso comum, a prática do jornalismo está intimamente ligada à ação de reportar fatos e contar histórias ao público, fatos estes que podem possuir as mais variadas naturezas, como um escândalo de corrupção, uma descoberta científica, a vida das celebridades ou, no caso deste trabalho, uma tragédia envolvendo a natureza. Como nos diz Nelson Traquina (2012), o jornalismo é “a vida em todas as suas dimensões, como em uma enciclopédia” (p.19). De uma forma geral, o autor resume a definição do fazer jornalístico baseado em uma frase de uso comum: “o que aconteceu/ está acontecendo no mundo hoje?” (TRAQUINA, 2012, p. 20). Assim, pode-se dizer que o jornalismo é um conjunto de fatos, histórias e acontecimentos, definido como uma atividade cujo foco são os processos de produção e oferta de notícias, de informação sobre a atualidade, diretamente ligado à questão do tempo (GOMES, 2003).

Entretanto, a compreensão do que é jornalismo não se restringe em observamos apenas suas características internas, exigindo, portanto, o conhecimento de aspectos também externos, além das relações, das normas e dos princípios construídos durante seu percurso histórico social. Carlos Eduardo Franciscato (2003) apresenta um resumo no qual demonstra que a atividade jornalística opera com base em determinados princípios que singularizam e dão especificidade à sua prática e ao seu produto. Entre eles,

- adotar como pressuposto a existência de uma ideia de verdade do real que podese apreendida nos seus aspectos principais por meio de técnicas jornalísticas etransformada em relato noticioso;

- ter um compromisso normativo de cumprir esta tarefa de fidelidade ao real ao empreender sua atividade jornalística;
- produzir conteúdos que ofereçam a uma coletividade modos específicos de vivenciar situações num tempo presente (FRANCISCATO, 2003, p. 21).

Deste ponto de vista, um aspecto primordial ao jornalismo em seu processo de constituição histórica é o seu principal objeto produzido: a notícia. De acordo com Franciscato (2003), as notícias nasceram a partir de uma “predisposição narrativa de eventos e da forma como esta predisposição alcança uma materialidade discursiva, seja este discurso oral ou escrito” (p. 25). A notícia reflete assim, um processo de produção que representa a junção de vários processos sociais que são influenciados por aspectos culturais, econômicos, políticos e acima de tudo, por expectativas sociais no que se refere à função do jornalismo na sociedade. Assim,

Pensar em notícia implica em não observarmos apenas o produto de um processo de produção jornalística, mas um conteúdo inerente à comunicação humana. Devemos considerar que o ato de comunicar os eventos mais recentes para membros de uma comunidade tem suas origens em tempos longínquos na história humana, com base em motivos e pré-disposições sociais para a interação, defesa, integração ou mesmo um instinto para saber a respeito de coisas ou fatos novos (FRANCISCATO, 2003, p. 32).

Muniz Sodré (1996), ao caracterizar a notícia, demonstra sua relevância perante o jornalismo. A notícia, segundo o autor, parte da premissa americana de *News of day* e representa o ponto alto da informação jornalística. Para Sodré (1996), a notícia é “um relato jornalístico de acontecimentos tidos como relevantes para a compreensão do cotidiano, é propriamente uma *forma narrativa*, ou seja, um modo de contar uma história” (p. 132- grifo do autor). Nesta perspectiva, este autor diferencia a notícia de acontecimento já que a produção noticiosa depende do acontecimento. Conforme veremos no próximo item, um acontecimento é algo que rompe com a linearidade, logo, uma matéria prima para o produto notícia. Assim, para Sodré, a notícia produz a unidade de determinantes que compõem o fato e é obrigada a lidar com sua multiplicidade, suas repercussões sociais e encena causalidades ao “organizar a sucessão das experiências humanas no cotidiano” (SODRÉ, 1996, p.134).

De tal sorte, ao caracterizarmos o jornalismo e a notícia – seu produto principal – é possível inferir que é inegável a forma em que estes permeiam a vida humana e conformam as experiências contemporâneas. No entanto, não nos interessa aqui, empreender discussões restritas apenas à dimensão profissional do jornalismo e às expectativas sociais em torno do seu campo de atuação. Interessa-nos entender de que forma o jornalismo age enquanto produtor de sentidos, uma vez que, ao remodelar fatos, novos significados do real são constantemente postos em circulação e experimentados pelos sujeitos.

Uma visão baseada nos sentidos produzidos pelo jornalismo é a de Lorenzo Gomis (1991). Este autor apresenta o jornalismo numa abordagem subjetiva, uma vez que tal prática interpreta uma dada realidade social, permitindo o entendimento, a adaptação e a modificação por parte do público (GOMIS, 1991, p. 35). Para Gomis (1991), a interpretação exercida pelo jornalismo tem a mesma finalidade se a compararmos a interpretação de leis ou de fenômenos naturais, ou seja, funciona como meio de compreender e expressar. Assim, a interpretação jornalística permite entender, por meio da linguagem, a realidade em que estamos inseridos, reforçada pela capacidade de decodificar e assumir o sentido eo alcance que os fatos noticiados podem ter perante a sociedade que os presencia.

Na perspectiva de Antunes (2007), pode-se aferir que esta interpretação da realidade executada e tipificada por meio do jornalista, ao produzir a notícia, baseia-se em uma espécie de “acervo de experiências prévias” (p.28), estas últimas que agem, de acordo com o autor, como um esquema de referências, geralmente relacionadas a alusões preexistentes. Dessa forma, quando um jornalista identifica um evento com um potencial noticiável, evoca uma gama de percepções oriundas de sua experiência individual, das expectativas sociais produzidas pela sua comunidade interpretativa e profissional e às exigências pré-definidas pelo veículo midiático em que está inserido (ANTUNES, 2007). É por isso que, ao verificar se tal evento é de fato, notícia, é preciso verificar o grau de conformidade com outros acontecimentos jornalísticos, sua tipicidade e sua singularidade.

A partir de tais considerações, é possível afirmar que a Tragédia de Mariana foi palco, por meio do jornalismo, das mais variadas formas de produção de sentido, principalmente devido à diversidade de veículos midiáticos que voltaram seus olhares

para as terras mineiras. Assim, com a premissa de que o jornalismo é produzido a partir de referenciais preexistentes e sabendo que este modo de produção é capaz de reconfigurar lógicas e sentidos, cabe-nos indagar: quais sentidos foram (re)configuradas pelo jornalismo, especificamente no jornal A Sirene, na tragédia de Mariana? Para dar conta de responder a esta questão, no próximo item, será apresentada a relação entre acontecimento e jornalismo com vistas a compreender como o acontecimento jornalístico é capaz de produzir novos significados nos contextos afetados por tal.

1.3- Jornalismo e acontecimento: acionamento e reconfigurações de sentido

Como visto, muitas vezes a percepção que se tem do jornalismo e, mais especificamente, da notícia, é de que ambos os termos se apresentam como sinônimos de acontecimento. No entanto, nos campos filosóficos e sociológicos, sabemos que existem diferenças. O primeiro passo neste item será problematizar a íntima relação que o jornalismo possui com os acontecimentos e entender quais tipos de relações sociais são provocadas por acontecimentos – compreendendo o jornalismo como uma esfera social contemporânea cujas as relações tornam-se intrinsecamente afetadas diante da emergência de experiências acontecimentais.

No senso comum, um acontecimento é similar a um fato, algo que simplesmente acontece. Ocorrências distantes, em âmbito mundial, ou na cidade do indivíduo podem ser considerados um acontecimento. Para França (2012) este é um conceito presente no campo histórico, referindo-se às narrativas dos momentos marcantes e também muito frequente nos estudos da comunicação, uma vez que a prática jornalística se constrói em torno dos acontecimentos. Segundo o sociólogo francês Louis Quéré (2005), os acontecimentos podem ser de ordem variada: uns são programados, outros atingem proporção maior e incidem sobre públicos diversos; alguns ganham espaço na mídia e difundem uma cadeia de discussões sociais.

De tal sorte, no campo teórico, os autores que abordam o acontecimento, o tratam sempre como um gesto de ruptura em uma dada realidade. Na concepção de Quéré (2005), o acontecimento tem sempre um caráter inaugural, já que, além do início de uma época, marca também o fim de outra. Um acontecimento revela, de acordo com

Quéré (2005), modalidades de experiência. Caminhando nesse sentido, Reinhart Koselleck (2006) aponta a relação entre experiência e acontecimento como sendo uma relação temporal, já que a experiência é o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados. Na experiência, fundem-se tanto a elaboração racional quanto as formas inconscientes de comportamento, que não estão mais ou que não precisam mais estar presentes no conhecimento (Koselleck, 2006, p. 309). Dessa forma, não é unicamente uma ocorrência dada à contemplação, uma vez que o acontecimento sempre acontece a alguém, ou seja, “afecta alguém, de uma maneira ou de outra, e que suscita reações e respostas mais ou menos apropriadas. É porque ele acontece a alguém, que ele se ‘torna’” (QUÉRÉ, 2005p. 61).

É neste sentido que, ainda de acordo com Quéré (2005), um acontecimento sempre irá introduzir algo novo, necessariamente. No momento em que se torna acontecimento, o mundo já se transformou e a descontinuidade provocada passa a se destacar num fundo de continuidade. No entanto, Quéré (2005) alerta para o fato de que “nem tudo o que acontece, é descontínuo” (p.61), mas, em geral, é inesperado e, por vezes, provoca sentimentos diversos. Assim, França (2012) nos mostra a imprevisibilidade do acontecimento, causador de uma espécie de desorganização no presente gerando, uma interrogação. O acontecimento ainda “suscita sentidos, faz pensar, incita a busca de respostas e alternativas. Ele alarga o leque do possível – e descortina o horizonte que ainda não havia sido pensando” (FRANÇA, 2012, p.13) e desse modo, convoca diversas temporalidades- no passado e também no futuro.

No que diz respeito às convocações no passado, os quadros coletivos de memória são constantemente acionados pelos acontecimentos (BABO-LANÇA, 2012). Babo-Lança (2012) explica também que novas ocorrências vão ocupando o cenário social, levando alguns fatos ao esquecimento em meio a um processo de escolha mais ou menos intencional. Com isso, um determinado acontecimento pode convocar elementos distintos relativos à memória, dependendo do contexto no qual se inscreve, aglomerando, portanto, vários estratos de tempos anteriores simultaneamente presentes (sem que haja referência a um antes e a um depois), e acolhe um horizonte de expectativas que projeta o sujeito para um futuro ainda não experimentado, mas previsto e vivido por meio da imaginação – como “aquela linha por trás da qual se abre no futuro

um novo espaço de experiência, mas um espaço que ainda não pode ser completado" (Koselleck, 2006, p.311).

Temos com isso que, no acontecimento, recorre-se a um presente esticado que acolhe tanto a busca por causas anteriores e a projeção de expectativas em situações futuras (Koselleck, 2006). Para Deleuze (2007), em todo acontecimento, o presente é, de fato, o momento da efetuação e o “futuro e o passado do acontecimento não se julgam senão em função deste presente definitivo, do ponto de vista daquele que o encarna” (DELEUZE, 2007, p. 154).

Quéré (2005) exemplifica o conceito com uma catástrofe natural. Relacionando tal exemplo ao objeto de estudo deste projeto, a tragédia ocorrida na cidade Mariana em novembro de 2015, percebemos como tal acontecimento mudou os campos do possível, quebrou as expectativas e surpreendeu aos envolvidos. Os campos possíveis são, de acordo com Quéré (2005), associados a marcas temporais e se relacionam com o momento presente e com as experiências do sujeito. É o corte na continuidade que provoca a possibilidade de novos possíveis (novas possibilidades) a serem configurados. Relaciona-se também ao que é atual, devido a sua capacidade de estar no “agora” e constitui-se, segundo o autor, à junção de tempo e situação, expectativa e projeto.

Dessa forma, quando um acontecimento “acontece”, a primeira reação é a descrição do fato em si, visando a identificação e a situação no tempo e no espaço e a tentativa, como traz Quéré (2005), de explicá-lo dentro de uma trama e atribuindo-lhe sentidos. E com isso, o acontecimento segue o seu curso, enquanto produz efeitos sobre os afetados. Apesar destes últimos imaginarem outros caminhos e desdobramentos para tal fato, foi preciso que, nas palavras de Quéré (2005), “tivesse ocorrido, da forma que aconteceu, para que o presente actual tivesse tido lugar também da forma como teve” (QUÉRÉ, 2005, p. 69)

As ideias que definem a noção do acontecimento estão, na maioria das vezes, relacionadas ao tempo e à atualidade. Esta última, uma das características mais perceptíveis na produção das notícias, fez com que, no campo da comunicação, surgisse uma abordagem dentro do jornalismo: o acontecimento jornalístico. Berger e Tavares (2009) apresentando uma diferenciação entre o acontecimento e o acontecimento jornalístico, ressaltam que o primeiro é mais visitado nos campos de conhecimento da

história, filosofia e ciências humanas em geral, muitas vezes valendo-se de reflexões que abordam temas subjetivos e/ou (inter)subjetivos. Já o acontecimento jornalístico transita nos estudos da comunicação ou em objetos que demonstram a forma como o acontecimento midiático está presente na sociedade contemporânea e “diz respeito à construção do acontecimento em forma de notícia ou das linguagens jornalísticas que constroem o acontecimento” (BERGER; TAVARES, 2009, p. 2). No entanto, os autores reforçam que a diferenciação total e rigorosa das definições de acontecimento é uma tarefa impossível, uma vez que o acontecimento jornalístico é também, um acontecimento.

Para Maurice Mouillaud (1997), os acontecimentos aparecem nos meios de comunicação – e são dependentes entre si- uma que vez que são, nas palavras do autor, “uma membrana sensível”, fazendo com que vários sentidos sejam acionados e problematizados. Mouillaud (1997) postula que há uma distinção existente entre acontecimento e informação que independe de referências culturais, mas ressalta que ainda assim, “acontecimento e informação não são instâncias que, a um dado momento, seriam autônomas” (p. 57), uma vez que de acordo com o autor, o acontecimento não está livre de ser uma informação, assim como uma informação pode fazer parte de um acontecimento. Com isso, os acontecimentos da mídia se encaixam em formas que já são construções do espaço e do tempo, definidas por Mouillaud (1997) como marcas definidoras da natureza e da forma dos acontecimentos.

A partir disso, Mouillaud (1997) discute que, em especial, a dimensão temporal, pode ser combinada com outra instância: a dimensão da repercussão:

Tal repercussão ganha visibilidade não apenas em sua publicização pelos meios de comunicação, mas também pela sua adequação/incorporação às dinâmicas da produção noticiosa. O acontecimento é “capturado” no tempo e pelo tempo (em sua dimensão temporal e de ruptura) e construído (dotando-se- e adequando-se – de sentidos e nomeações) pelo jornalismo (MOUILLAUD, 1997, p. 58)

A partir dessa dimensão, é possível notar que há uma tensão uma vez que o jornalismo dedica-se a perceber e a interpretar os acontecimentos que podem ser vividos por uma comunidade, relacionados à lei ou ao cotidiano, a problemas sociais, entre outros que estão inseridos na dinâmica social contemporânea. É a partir da repercussão

e dos processos de interpretação que são construídos os acontecimentos jornalísticos (BERGUER; TAVARES, 2009). Berguer e Tavares (2009) ainda ressaltam

que dentre “os “acontecimentos jornalísticos”, o mais claramente reconhecido é o que diz da cobertura do imprevisível. É a ação acidental que “melhor” corresponde aos critérios de noticiabilidade tão exaustivamente apontados pelos manuais de produção noticiosa” (BERGUER; TAVARES, 1997, p.10).

A dimensão temporal – a temporalidade, que será detalhada no próximo item – também é parte fundamental do acontecimento jornalístico. Para Elton Antunes (2007), a construção do acontecimento midiático não é possível sem a articulação de uma sedimentação temporal em pelo menos três níveis. Citando Verón (2001) Antunes (2007) define tais estruturas como: “as estruturas temporais no âmbito do enredo/trama narrativa; as referências temporais que descrevem o acontecimento e a perspectiva temporal que se dá no nível da enunciação” (ANTUNES, 2007, p. 89). Já apresentando a visão de Arquebong (1996), Antunes (2007) discute ainda que a compreensão da estrutura temporal pode ser referida por três outros níveis: “a temporalização proporcionada pela trama da narrativa; a perspectiva temporal verificada ao nível da enunciação e as referências temporais acionadas para a caracterização do acontecimento (ARQUEMBOURG, 1996 *apud* ANTUNES, 2007, p. 89). Com tais processos, é possível a junção dessas dimensões permitindo que sejam identificados, relatados e interpretados os acontecimentos jornalísticos.

Contudo, Antunes (2007) também aponta que o jornalismo opera em direção oposta a essa ideia de ruptura, promovida pelo acontecimento, conforme demonstrou a literatura apresentada até aqui. Há, neste caso, uma estruturação - modelo dos acontecimentos, em que um padrão retém alguns acontecimentos e despreza outros, na tentativa de criar uma rotina. Apesar disso, Antunes (2007) ressaltava que, mesmo com a intensa relação de dependência vivenciada entre o acontecimento e o acontecimento jornalístico, para compreender o acontecimento é necessário que haja a percepção dessa relação, ressaltando mais uma vez que esta situação não os fazem equivalentes.

O acontecimento neste caso age como se fosse um ponto de partida que solicita uma interpretação, esta que deve ser construída e transformada, para que haja, dessa forma, acontecimento jornalístico e “a partir desse ponto trata-se de indicar então que o

acontecimento jornalístico não pode ser definido tão somente por esse movimento de descontinuidade” (ANTUNES, 2007, p. 122). É neste sentido que se torna pertinente a ponderação de Muniz Sodré (2005): o acontecimento jornalístico não marca uma ruptura, mas define um ritmo de produção. O autor ainda aponta que, a partir das modalidades do acontecimento, ou seja, a sua origem (que podem ser previstos, imprevistos ou de origem mista), um acontecimento jornalístico vai ser apresentado a partir dos critérios de noticiabilidade definidos pelo próprio jornalismo (SODRÉ, 2005). Com isso, é possível perceber que, de acordo com Antunes (2007), o jornalismo atua como uma espécie de dispositivo que molda o acontecimento por meio dos discursos, assegurando sua identificação. Assim, esta modalidade de acontecimento atua em elementos simbólicos uma vez que,

O acontecimento jornalístico é antes de tudo uma “falha geológica” que se revela na superfície da experiência. Mostra que acontecimentos não se referem apenas àquilo que alguém pode experimentar no contexto da sua ação imediata, mas também o que pode ser trazido até ela por uma narrativa. O importante é perceber que nas condições contemporâneas das sociedades complexas, a informação jornalística é uma das maneiras dominantes de tratar o acontecimento (ANTUNES, 2007, p. 132).

Por fim, é possível concluir, baseado em França e Almeida (2008), que para entender a noção de acontecimento jornalístico é preciso entender que um acontecimento é mais do que um fato, já que sua ocorrência afeta aqueles que o experimentam. Compreender a noção de acontecimento jornalístico torna-se útil, uma vez que, como visto no item anterior, a premissa do jornalismo se baseia em fatos. No entanto, nesta noção apresentada, percebemos que não é o fato em si que faz o acontecimento ser chamado de jornalístico, mas sim a forma que é tratado.

Sabemos que as experiências sociais contemporâneas são constantemente marcadas pelo descontrole, por tragédias e desastres decorrentes da relação do sujeito com natureza. Dessa forma, enxergar o jornal A Sirene como um veículo do jornalismo que participa do acontecimento, na sua produção de sentidos e na possibilidade de modificações de lugares é fundamental para compreender o papel do jornalismo na nossa sociedade.

Enfim, ao longo deste item, percebemos que não existe acontecimento e jornalismo desvinculados de uma dimensão temporal. No próximo item, será discutido, como a temporalidade é uma noção fundamental para se compreender de que forma a

produção jornalística e a compreensão dos acontecimentos estão presentes nas experiências sociais do nosso tempo, categoria esta que se torna intimamente ligada às noções de memória e identidade. Tentaremos desenvolver o raciocínio de que memória e identidade enquanto elementos de uma experiência social, diante de um acontecimento jornalístico, são veementemente codeterminadas pela categoria da temporalidade.

1.4- Temporalidade, jornalismo e acontecimento: memória, identidades e experiência social

Neste item, discutiremos como a noção de temporalidade provoca a emergência da memória e da identidade ao ser afetada pelo acontecimento. O jornal A Sirene surge com uma proposta de memória e de expressão de identidades e como tais identidades exprimem uma memória que se reinventa e fugindo do seu sentido estático. Partimos do pressuposto que a identidade diante de um acontecimento se conforma pela dimensão do tempo, uma vez que, sempre que se fala em memória e em identidade, a partir do acontecimento, se recorre à categoria temporalidade. Na temporalidade, a linguagem jornalística atua como algo em que a construção da identidade e da memória ganha forma e relevância.

A categoria tempo permeia tanto as definições de acontecimento como as de jornalismo. Conforme visto, o jornalismo se baseia em fatos, logo, as definições da relação entre o jornalismo e o tempo podem ser resumidas na urgência de divulgação. De acordo com Carvalho e Lage (2012), tal afirmação parte do pressuposto de que, com a emergência dos acontecimentos, ainda mais notada com a ascensão dos dispositivos comunicacionais digitais, cria-se uma necessidade de atualização constante das notícias. Já para Sodré (1986), a dosagem do tempo na construção da notícia é uma das principais características que fazem com que o leitor se interesse pelo relato jornalístico.

Entretanto, ao recorrermos a Antunes (2007), é possível notar que, nos estudos de comunicação, questões relativas ao uso do tempo estão muito mais ligadas a um princípio gerador da notícia do que uma categoria de análise, e que não deve ser esquecida pelas pesquisas baseada em fenômenos comunicativos: “tais reflexões

costumam estar assentes ou numa compreensão de noções de tempo de carácter eminentemente especulativo ou, intuitivamente, percebe-se o tempo como dado evidente de uma realidade empírica”(p.18). Partindo de um enfoque relacional do jornalismo, Antunes (2007) ressalta que os eventos e a produção jornalística não devem ser abordados como dois âmbitos distintos, mas sim como interdependentes. Assim, a dimensão do tempo aparece na fabricação das notícias relacionadas aos critérios de noticiabilidade, propostas por Traquina (2005) como sendo alguns valores determinantes de um acontecimento definindo se algo é noticiável ou não, fazendo com que a dimensão cronológica do acontecimento seja consultada. Para Antunes (2007), a coincidência entre o tempo do acontecimento e a de um veículo de comunicação, possibilita um aumento nas chances do fato ser noticiado.

O destaque à dimensão do tempo nas relações mediadas pelo jornalismo baseia-se na ideia de que o jornalismo se debruça em relatar eventos do presente (ANTUNES, 2007). Dessa forma, tal noção aparece vinculada, de acordo com Franciscato (2002) a quatro aspectos: 1) conteúdo relativo à temporalidade de uma ocorrência; 2) conteúdo ligado à imediaticidade da experiência; 3) o ritmo da produção e a periodicidade da circulação; 4) a temporalidade instaurada pelo processo de recepção (FRANCISCATO, 2002 *apud* ANTUNES, 2007). É a partir delas que a noção de atualidade aparece como integrante do discurso jornalístico.

É nesta perspectiva que é possível notar que a relação existente entre notícia e acontecimento “é a principal chave para fazer da dimensão temporal fator de determinação do que seja notícia e, conseqüentemente, relato com sentido de atualidade” (ANTUNES, 2007, p. 39). A atualidade jornalística foi proposta por Franciscato (2003) podendo ser descrita por meio de cinco critérios: instantaneidade; simultaneidade; periodicidade; novidade; e revelação pública (FRANCISCATO, 2003).

Com isso, o tempo presente acaba figurando frequentemente no jornalismo, já que para Dalmonte (2010) o jornalismo tem o papel de aproximar o leitor dos fatos por meio da associação com o presente, que, segundo o autor, não se trata apenas do momento do acontecimento, mas sim o momento de sua revelação. Dalmonte (2010) ainda reforça que o uso do tempo é justificável uma vez que se torna necessária a simulação do leitor no local do fato, sendo por isso, um importante articulador da temporalidade.

Dessa forma, abundam, no discurso jornalístico, expressões como morre, nasce, sobe, muda etc. Por intermédio desse artifício, tem-se a ideia de que o fato ainda acontece, que o leitor está ligado a ele. Estamos todos, leitores e narradores, naquela cena, ainda sendo tocados por aquela ação (DALMONTE, 2010, 330).

Assim, quando os acontecimentos estão no tempo presente, o jornalismo presentifica os fatos passados que são fundamentais para compreensão do acontecimento por meio do acionamento da memória. “Com isso, ao lançar suas bases no passado, confere profundidade aos fatos e dá densidade ao presente. Da mesma forma, o presente densificado pela perspectiva histórica prolonga-se sobre o futuro, conferindo ao atual também a dimensão futura” (DALMONTE, 2010, p. 340). Percebe-se que a ressignificação da memória não mais se restringe a estudos historiográficos, passando a estar presente na configuração das narrativas jornalísticas (LAGE, 2013).

A ressignificação da memória exige uma dose de fidelidade ao passado, por isso, no jornalismo, semelhante à história, a busca da verdade, o equilíbrio e as estratégias de rememoração dos fatos são aspectos primordiais (CARVALHO; LAGE, 2012).

Araújo (2010), ao apresentar sua visão baseada em Halbwachs (1952, 2006), ressalta que a memória tem relação com o contexto social dos indivíduos. A autora apresenta que, de acordo com Halbwachs, a memória não é apenas individual, mas também possui caráter familiar, social, grupal e a capacidade de rememoração está relacionada a inserção nestes contextos e por isso, há uma articulação entre memória, tempo e espaço, “pois as lembranças constituem a memória do vivido em um determinado lugar no espaço e no tempo” (ARAÚJO, 2010, p. 144). Mafra (2011), indo ao encontro de tal, autora ressalta que, quando a memória aciona este conjunto de outras experiências vividas, completam o sentido de presença da memória e “por esse caminho, a memória parece ser a insistência de um movimento que tenta conectar as fatias temporais que constituem suas diversas lacunas, nas quais se dispõem as experiências vividas pelos sujeitos, em contato com os contextos de interação presentes” (MAFRA, 2011, p. 228)

Maurice Halbwachs (1990) apresenta a relação entre a memória e a vida em sociedade mostrando que os quadros sociais atuam como pontos de localização e referência na reconstrução da memória. Para ele, não se pode lembrar a não ser em sociedade, na companhia do outro. Para Halbwachs (1990), os indivíduos participam basicamente de dois tipos de memória: coletiva e individual, sendo que, mesmo nesta última, o indivíduo frequentemente vê a necessidade de recorrer às lembranças de um grupo, podendo momentaneamente se confundir à memória coletiva, enquanto esta não se confunde com a individual, já que está mais ligada à história e dos quadros sociais amplos afetados por uma experiência coletiva.

Conceder-nos-ão, talvez, que um grande número de lembranças reaparecem porque nos são recordadas por outros homens; conceder-nos-ão mesmo que, quando esses homens não estão materialmente presentes, se possa falar de memória coletiva quando evocamos um acontecimento que teve lugar na vida do nosso grupo e que considerávamos; e que consideramos ainda agora, no momento em que nos lembramos, do ponto de vista desse grupo (HALBWACHS, 1990: 36).

Mafra (2011), retomando as ideias de Halbwachs, ressalta que a memória não é composta por uma cronologia sequencial, uma vez que somente lembramos de algo que está no passado de uma maneira diferente devido a um acontecimento. Sendo assim, a memória não é linear, a memória é lacunar “como campo que aglutina encaixes entre tempos, acionados socialmente por vivências presentes” (p. 232). Assim, a atividade de rememoração aciona fatias específicas de tempo relativas a lugares e experiências passadas que se relacionam de alguma forma ao presente. É o que também nos diz Ricoeur (2007) ao realizar um esboço fenomenológico da memória. Para este autor, é muito comum que as abordagens sobre a memória estejam focadas em sua disfunção, o que caracterizaria um erro, visto que Ricoeur (2007) defende que a memória seja retratada sob o ponto de vista da capacidade. O autor afirma que a memória é um pilar de sustentação do passado e diz respeito ao destaque que damos aos acontecimentos em nossa vida e enfatiza também que temos mais êxitos ao lembrar de fatos, tidos como acontecimentos, que não se repetem. De uma forma geral, o autor reforça que a memória está relacionada às experiências individuais e coletivas do indivíduo.

São essas memórias e experiências que, ao serem relatadas como acontecimento, são, de acordo com França (2013), formatadas de modo que ganhem sentido e

identidade. Para a autora, os acontecimentos não possuem características e essências que lhe conferem particularidade, sua identidade é forjada a partir das práticas e dos discursos que lhe dão nome, “ele é individualizado quando se determina aquilo que o especifica, quando ganha uma significação – e aí, sim, uma identidade – como acontecimento particular” (FRANÇA, 2013, p. 66).

Para Quéré (2011), a individualização dos acontecimentos, que ele caracteriza como a forma como se torna observável e apreensível pelos indivíduos, geralmente vem dotado de uma unidade e de uma identidade, reveladas por um processo de configuração. De acordo com Quéré (2011), é através da duração do seu potencial de criação de intrigas, da revelação das possibilidades e da sua modificação que esta identidade se configura e independe das suas relações espaço-temporais:

O conceito hermenêutico de acontecimento (muito claramente exposto por Romano, 1998) acrescenta assim uma dimensão nova à individualidade do acontecimento. Esta não é somente fixada pelas coordenadas espaço-temporais e as modalidades da sua ocorrência; ela provém também de uma configuração que é mais do que uma interpretação. Constitui-se progressivamente através de um processo de recepção, individual e/ou colectiva, sobre o pano de fundo de um “campo de experiência” e de um “horizonte de expectativa”. (Quéré, 2011, p. 23)

Assim, Quéré (2011) acredita que o acontecimento se explicado sob uma descrição detalhada, se individualiza por meio de sensações, impressões, de vivências etc., e está também, “intimamente ligada a uma função de compreensão, que explora ao mesmo tempo o passado do acontecimento, a situação que ele criou e o horizonte de possíveis que ele abre e determina, e a uma função de aplicação ou de apropriação” (QUÉRÉ, 2011, p. 23). Dessa forma, o autor reforça que esta individualização é um processo temporal, uma vez que não é instantânea e tem seu próprio tempo de execução, mas não se reduz unicamente ao momento da ocorrência empírica do acontecimento.

Quéré (2011) ainda nos mostra que, em muitos acontecimentos, o processo de individuação é um processo público e discursivo: “o trabalho de exploração e de apropriação que caracteriza a recepção do acontecimento faz-se no espaço público e, em parte, sobre a cena pública organizada pelos media” (p. 26). Tais processos que ora se dão na cena pública são, por muitas vezes, estruturados pelo próprio público. Lana e França (2008) afirmam que o sujeito busca constantemente significados ao que acontece

a ele. Assim, surgem os campos problemáticos que podem ser organizados em forma de intrigas, paradoxos ou pelo movimento dos sujeitos de reorganizar suas experiências afetadas. “Dessa maneira, o acontecimento deve ser pensado como uma complexa cadeia temporal formada pela contra-efetuação do sujeito, que, ao ser atingido, busca outras experiências para amenizar o paradoxo” (LANA; FRANÇA, 2008, p. 5).

Um acontecimento público não é aquele que chega ao público por meio da mídia. Um acontecimento é assim chamado, de acordo com Quéré (2011) quando é tematizado no “registro dos problemas públicos e do seu tratamento na ação pública” (QUÉRÉ, 2011, p.27), ou seja, quando o acontecimento ocorre na esfera pública. Assim sendo, o problema público definido pelo autor está para além do que ele chama de “problemas sociais”, uma vez que, estes têm maior amplitude. Um problema público é um problema social que foi amplamente tematizado por movimentos sociais, de movimentos de opinião, de associações e de comissões de cidadãos, de intelectuais e etc. (QUÉRÉ, 2011).

A partir da noção de acontecimentos públicos e como deles se formam os campos problemáticos, percebemos que os indivíduos afetados passam a se reconhecerem enquanto sujeitos, formando assim uma identidade. Retomando as explicações de Quéré (2011), que nos diz que, além da individualização, diferenciação, segregação, unificação, qualificação a individualização dos acontecimentos também há a estruturação, integração, resolução de tensões e de contradições, engendramento de coerência e de significações, notamos um prolongamento das individualizações pessoais.

Indo ao encontro de Quéré, França (2006) aborda a constituição dos sujeitos a partir do papel dos indivíduos na produção e na recepção de discursos o que resulta na expressão *sujeito da comunicação* (FRANÇA, 2006). De acordo com a autora, o processo de globalização e o aparecimento de novos sujeitos sociais fizeram emergir novas discussões em torno do conceito de identidade e dos processos identitários. França (2006) aborda que as concepções tradicionais de identidade estão fundamentadas no sentimento de unidade motivada pela origem ou por essências comuns. Já uma segunda concepção, a qual estamos adotando neste trabalho, trata a identidade como um processo incompleto, uma vez que, nesta concepção, “a construção da identidade tem a ver com discursos, objetos, práticas simbólicas que nos posicionam no mundo, dizem de

nosso lugar com relação a outro (lugar) e aos outros (sujeitos) (FRANÇA, 2011, p. 72-73)

Tal noção de sujeito se apoia a partir de um cenário em que as tradições são postas em xeque, certezas são perdidas e na emergência do direito à diferença. Este sujeito (da comunicação) é para França 2006) um sujeito social, ou seja um “enunciador de discursos e um leitor de textos” (p. 77) Dessa forma, ser um “sujeito da comunicação ou em comunicação” (p. 77- grifo da autora), significa ser um sujeito enredado numa teia de relações. A identidade é constituída a partir da relação com o outro, com a linguagem com os elementos simbólicos de uma dada realidade. Não se trata de um sujeito individual, mas de sujeitos interlocutores, que falam e são ouvidos.

Trata-se de uma situação de co-presença e mútua afetação, vivida através da materialização de formas simbólicas (gestos significantes). Os sujeitos aqui ganham uma nova natureza: são constituídos na relação e pela presença do outro, a partir da capacidade de construção de gestos significantes e de projeção de movimentos e expectativas recíprocas (FRANÇA, 2006, p. 78)

Há na formação destas identidades emergentes o uso da mnemotécnica, que pode ser entendida como uma técnica de rememorar fatos, baseada na compreensão de cada uma das etapas do acontecimento jornalístico. De acordo com França (2007), essa mnemotécnica objetiva recuperar fatos esquecidos em uma tentativa de “situar o sujeito em uma sociedade marcada pela efemeridade em vários de seus aspectos” (p. 29). Assim, faz referência a uma experiência coletiva que atua em conjunto com os acontecimentos já modificados e dessa maneira, pode trazer para o espectador uma tentativa de domínio da experiência. Tal processo configura parte de uma memória coletiva que se constrói a partir de experiências em grupo (FRANÇA, 2007).

No acontecimento trabalhado nesta dissertação, é possível perceber que se formou um público específico: os atingidos pelo rompimento das barragens em Mariana. Ao perceber as identidades que não existiam anterior ao fato, o jornal A Sirene agiu como um veículo midiático que tem rememorado o acontecimento por meio da categoria tempo e cria novas sujeitos, que passam a lutar por direitos. Com isso, no próximo item, apresentamos uma análise preliminar do papel do jornal A Sirene que, recorrendo ao frequentemente ao passado e ao futuro, ressignifica a memória, aponta

para um futuro possível, ao mesmo tempo em que atua na construção da identidade dos moradores de Bento Rodrigues, afetados pelo acontecimento.

1.5- Jornal A Sirene: análises preliminares

A partir da ideia de que o jornalismo promove uma lógica própria de sentidos, perceber a tragédia de Mariana como um acontecimento jornalístico é fundamental para enxergar como a cobertura do imprevisível (BERGUER; TAVARES, 2009), foi capaz de criar uma rotina de produção midiática. Tanto foi capaz que, como explicado inicialmente, o jornal A Sirene, surgiu a partir da necessidade de explicação do acontecimento da tragédia de Mariana e da emergência de um campo problemático pelos próprios sujeitos atingidos, com o apoio de inúmeras instituições.

Assim, este item partirá de análises preliminares do jornal A Sirene sob dois planos: o primeiro deles, mais geral, versará sobre o jornal, enquanto acontecimento jornalístico, inserido nesta rotina de produção midiática e respondendo a seguinte questão: porque os atingidos precisavam de um jornal? Em relação ao segundo plano, terá caráter majoritariamente específico, de forma a enxergar a forma jornalística e identificar de que maneira memória, identidade e experiência estão presentes. É objetivo também enxergar como a emergência da memória e da identidade é motivada pela temporalidade afetada pelo acontecimento.

1.5.1- Plano geral de análise: A Sirene como veículo jornalístico

Como apresentado na introdução desse trabalho, o Jornal A Sirene surgiu a partir da eclosão da tragédia e caracteriza como um veículo de comunicação cujo objetivo é fornecer espaço para os atingidos da tragédia nas comunidades de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, localizadas na cidade de Mariana- MG. O jornal é uma iniciativa coletiva de diversos atores envolvidos na tragédia naquela região e conta um processo colaborativo de produção.

O objetivo deste subitem é demonstrar de que forma o acontecimento resultado da tragédia da Samarco na cidade de Mariana (2015) possibilitou a criação do jornal A

Sirene, entendido aqui como acontecimento jornalístico, uma vez que, conforme visto anteriormente, esta modalidade diz respeito a construção da narrativa midiática do acontecimento nos veículos de comunicação.

Portanto, para entender A Sirene como acontecimento jornalístico, destacamos algumas características primordiais, como por exemplo, a de que este acontecimento ditou um ritmo de produção seriada, como apontada por Sodré (2005). O jornal A Sirene teve sua primeira edição publicada no dia 05 de fevereiro de 2016 e, desde então, em grande parte das vezes, tem sua edição mensal lançada todo dia 05 (com exceção do mês de maio de 2016), como forma de rememorar o acontecimento, já que este se deu no dia 05 de novembro de 2015. Outra característica que demonstra essa padronização é o tamanho das edições, que possuem em média 16 páginas (com exceção da edição de um ano da tragédia, em novembro de 2016 e a edição de aniversário do jornal, em fevereiro de 2017, ambas com 32 páginas). O jornal possui tiragem impressa de 2000 exemplares. Vale ressaltar que neste trabalho estamos analisando 12 edições do jornal, de fevereiro de 2016 a fevereiro de 2017.

Outro ponto que merece destaque é o fato de que o jornal surgiu a partir de uma ação acidental. Mas, retomando o questionamento inicial, porque os atingidos precisam de um jornal? Sabemos que as formas dominantes de tratar o acontecimento na sociedade contemporânea, por vezes atendem a critérios de noticiabilidade para a publicação. A linguagem jornalística é utilizada pela grande mídia que possui vinculações muitas vezes não explícitas com o capital e acabam utilizando a linguagem jornalística como meio de narrar e contar a realidade de uma forma não imparcial. No entanto, essa linguagem também é utilizada pela A Sirene que está ligada a alguns grupos e acabou utilizando-se dessa forma de narrativa para tematizar o acontecimento. No caso do jornal A Sirene, a linguagem jornalística, entra como uma forma de concorrência a outras linguagens jornalísticas que já existem com o acontecimento que acaba por deixar aspectos jornalísticos despercebidos da experiência social que os atingidos tão vivendo.

Assim, a partir da ideia de que o jornalismo é capaz de reconfigurar sentidos, o jornal A Sirene permitiu o acionamento de novos sentidos, por meio de um veículo de comunicação com o qual se identificassem. É possível notar também que este jornal não

se trata de uma ação panfletária, já que, tem o aval e ampla participação de alunos e professores do curso de jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto -UFOP.

Sendo assim, foi possível perceber que o jornal, por meio de sua diagramação e de seu editorial, carrega consigo um conceito, cujo objetivo é tentar construir um lugar de legitimidade de leitura e interpretação dos contextos contemporâneos. Neste aspecto, podemos destacar em primeira análise o próprio nome do jornal: A Sirene. Uma Sirene serve para alertar, avisar, chamar atenção, assim, o jornal visa chamar a atenção para o problema público que se desencadeou a partir deste acontecimento. Nesta linha de raciocínio, abaixo do título, vem a frase que explica o jornal: “Para não esquecer”, remetendo principalmente à memória do acontecimento, como nos aprofundaremos no próximo subitem. Tais elementos confirmam o que Moulliard (1997) chamou de repercussão, característica do acontecimento jornalístico.

Em relação à forma do jornal, nota-se que ele é do formato tabloide, que é o resultado da divisão do formato standard (jornais de grande circulação) em duas partes, ou seja é a metade do formato. Neste formato, as páginas possuem uma mancha gráfica de 26,5 centímetros horizontais por 29,7 centímetros verticais e o papel total de duas páginas impressas é de 56 por 32 centímetros, o mesmo que uma única página standard impressa¹⁴. Este formato é caracterizado por comodidade na leitura e pode ser impresso em gráficas de pequeno e médio porte, o que facilitou a circulação de A Sirene.

Logo em sua primeira página, o jornal traz o editorial, que explica o seu posicionamento perante o acontecimento. É importante destacar que a cada edição, além do posicionamento, o jornal apresenta atualizações sobre os desdobramentos da tragédia e um resumo do que o leitor encontrará na edição. Nesta página também é apresentado o expediente contendo: os responsáveis pela edição, apoiadores, editores, colaboradores (incluindo moradores atingidos e alunos da UFOP), fotografia, projeto gráfico e diagramadores, revisores, agradecimentos, impressão, tiragem e contato. Com exceção da primeira edição, as demais também apresentam, ainda na primeira página um espaço para telefones úteis, errata e avisos urgentes, como mostra a figura 2.

¹⁴Diagramação: design editorial. Link: <<http://diagramacao.blogspot.com.br/2009/12/formatos-de-jornais.html>> Acesso em 16 de maio de 2017.

Editorial

Em nossa última edição, comemoramos. Com a volta do processo para Mariana e a contratação da assessoria técnica, a sensação foi de vitória. Nesse mês de setembro, a notícia da autorização do Governo de Minas para que sejam iniciadas as obras do "dique S4", trouxe de novo a sensação de que as decisões continuam alhetas às lutas e direitos que perseguimos há quase um ano.

Nesta edição não temos muito o que comemorar. Fica a sensação de que pequenas vitórias vão sendo minadas, como na trajetória de Simone, mãe de Sofya, e sua luta, narrada aqui já em nossa primeira edição. Com a filha doente desde os primeiros meses do rompimento da barragem, ela tem, agora,

um laudo médico atestando que a saúde da sua filha foi comprometida por uma reação à poeira do rejeito da barragem. O laudo, uma vitória. A negativa da Samarco para o ressarcimento dos gastos, nova derrota.

Na matéria de capa, mostramos que apesar da definição pelo início da obra do dique S4, ainda há muitas dúvidas sobre o que representa a sua construção para a contenção dos rejeitos que ainda avançam. Entendemos que são necessários outros laudos (que não o da empresa) para que seja atestada a real necessidade dessa barragem em Bento Rodrigues.

Em "Direito de Entender", questionamos o treinamento para acessar as terras de Bento e a diferença entre in-

dentização e venda de propriedades. Perguntas necessárias neste momento, em que parte do distrito poderá ser alagada.

Ainda sobre o direito ao uso social dos locais atingidos, trazemos relatos sobre festas religiosas tradicionais das comunidades. A festa de Nossa Senhora das Mercês, em Bento Rodrigues, simbolizou a busca dos moradores pelo acesso ao território onde estão suas memórias e identidade. A celebração em Paracatu nos lembrou que festejar é um grande alento e uma boa forma de reforçar o pertencimento. Assim como a expectativa para a festa em Ponte do Gama nos indica outros caminhos da luta por direitos.

Conselho Editorial

Resultados de Audiências

Sobre o artigo difamatório divulgado no Jornal Ponto Final

Ficou decidido que o Sr. José Fausto publicará um pedido de desculpas (uma retratação) no mesmo formato do jornal onde publicou o texto difamatório, para que seja divulgado a toda população, da mesma maneira como foi feito na primeira publicação.

Os demais termos podem ser encontrados nos autos do processo civil 040016001962-2.

Sobre contas de energia elétrica

A Samarco se comprometeu a custear o valor excedente ao que era pago nas antigas residências. Os que preferirem não passar as contas para o seu nome terão as contas no nome da Samarco, que descontará o valor no cartão mensal. Quem já possui conta em seu nome receberá a diferença, também no cartão. A empresa se compromete, no prazo de 90 dias, contados da entrega das contas a pagar, a ressarcir ou descontar o valor da diferença.

Mais informações nos autos do processo civil 040016003023.

Erramos

Na edição número 06, o jornal A Sirene errou. Na matéria "Da lama à reserva", localizada na página 4, afirmamos que o nome da empresa de arqueologia que atua no resgate das peças sacras é Arcadis. O correto é Arcadis. Nos pedimos desculpas à empresa e reiteramos que vocês, leitores, nos ajudem a corrigir os erros escrevendo para a seção "Espaço dos leitores" através do email:

jornalastrene@gmail.com

EXPEDIENTE

Realização: Atingidos pelo rompimento da Barragem de Fundão; Arapibocasa de Mariana; Projeto de extensão A Sirene e o Direito à Comunicação dos Atingidos pela Lama (Curso de Jornalismo/BCSA/UFCP); Um Minuto de Sirene **Conselho Editorial:** Milton Sena (Editor Chefe), Ana Elisa Novais, Antonio Santos, Cristiano José Sales, Fernanda Tropea, Genival Pascoal, Lucimar Munitz, Manoel Marcos Munitz, Mônica dos Santos, Pe. Geraldo Martins, Rodolfo Meirel, Sérgio Fábio do Carmo (Papagato), Silvamir Diniz, Simone Maria da Silva e Thiago Alves | **Diagramação:** Sílmeza Figueiras (Editora) | **Fotografia:** Rodolfo Meirel (Editor), Foto de capa (Genival Pascoal) | **Apoio:** Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e MICA/Brazil Foundation (Antonio Santos, Carlos Paranhos, Caroline Hardt, Daniella Felix, Flávio Ribeiro, Genival Pascoal, Larissa Helena, Miria Bonifácio e Wandee Campos) | **Revisão:** Adelaide Dias, Ana Elisa Novais e Mariana Viana | **Impressão:** Sempre Editora | **Tiragem:** 2.000 exemplares | **Contato:** jornalastrene@gmail.com

CUIDADO

Não assinie nada:

- Se tiver dúvidas sobre o conteúdo.
- Se precisar de ajuda de um advogado ou qualquer outro especialista.
- Se alguém disser que "todo mundo já assinou, só falta você".
- Se você quiser consultar algum familiar antes.
- Se alguém disser que "se não assinar, não terá mais direito".

Atenção!

- Se alguém tentar fazer você assinar qualquer coisa, procure o Ministério Público ou a Comissão dos Atingidos.
- O tempo para analisar e questionar qualquer documento é seu!

Leve essa mensagem todos os outros atingidos!

Figura 2: editorial do jornal

Em relação ao conteúdo do jornal, nota-se a padronização de algumas editorias como: Agenda, Direito de entender e A gente explica. O restante do jornal é composto por reportagens produzidas pelos atingidos com colaboração dos alunos de jornalismo. Essas reportagens possuem uma linguagem simples dentro da norma padrão portuguesa

e, por vezes, apresenta dialetos que podem ser caracterizados como vinculados a uma linguagem utilizada pelos sujeitos rurais, a exemplo da figura 3.



Figura 3: seção *Papo di Cumadi*

Neste jornal, o uso da fotografia é algo que merece destaque. As fotos fazem parte de grande parte das reportagens e carregam consigo diversos significados e temporalidades, uma vez que, diversas vezes são utilizadas fotografias de arquivos pessoais para ilustrar as reportagens. Tal presença é percebida logo na capa, que ao invés das tradicionais chamadas com os assuntos de destaque na edição, apresenta unicamente uma fotografia que é capaz de acionar sentidos e revelar parte do conteúdo da edição, como pudemos perceber na figura 1, ainda na introdução deste trabalho.

De uma maneira geral, nota-se que as imagens neste acontecimento provocaram uma reconfiguração neste jornal, mesmo que façam parte de critérios de vendagem e disponha de um público leitor que seja acostumado com essa linguagem de um tabloide. Neste caso, o próprio acontecimento jornalístico se mostra por meio das imagens, revelando que o impacto foi tão forte que as vezes nem o acontecimento jornalístico dá conta de interpretá-lo e por isso, recorre-se ao fotojornalismo. De acordo com Tavares (2005), a fotografia representa mais que a ilustração nos jornais impressos e representa um papel de suma importância, já que, por vezes, serve como legitimação ao que jornalista diz com palavras. Assim, ao fazer uso do fotojornalismo, há uma formatação visual da informação, graças aos enquadramentos presentes na fotografia. Para Tavares (2005), é preciso “buscar nas fotosjornalísticas a representação de sujeitos sociais é saber lidar com realidades históricas que, marcadas pela dinâmica dos meios de comunicação impressa, são atualizadas e ressignificadas diariamente (p. 33).

Assim, após a realização da análise preliminar, neste plano geral, percebemos que A Sirene possui uma mescla de um jornal produzido com critérios jornalísticos e contrabalanceado por uma série de elementos que o próprio jornalismo por si só, não daria conta de mostrar. Esses elementos podem ser exemplificados com o testemunho dos atingidos, que é a própria experiência de afetação pelo acontecimento, as narrativas, a presença dos sujeitos. Em linhas gerais, é um jornal que pretende superar as expectativas de um tabloide comercial, já que se coloca no lugar de portador de várias vozes mas sendo o jornalismo, a linguagem hegemônica.

1.5.2- Plano específico: memória, identidade e experiência

Nesta segunda parte da análise o foco recairá sobre a presença da memória, da identidade e da experiência no jornal, apresentadas por meio da categoria tempo. Como visto, o tempo é parte primordial no fazer jornalístico, uma vez que este vale-se do presente para recontar os fatos e atrair os leitores. No entanto, nota-se que no jornal A Sirene, justamente por fugir das características de um tabloide convencional, a categoria tempo é acionada para dar lugar à memória e a identidade dos atingidos. O que provoca a emergência da memória e da identidade é a temporalidade afetada pelo acontecimento já que a memória é reconfigurada ou mesmo configurada a partir do acontecimento.

Partindo da ideia de uma memória que não é linear, ora apresentada neste capítulo, é possível perceber que os textos publicados no jornal não são marcados por uma cronologia sequencial. Assim, o jornal A Sirene surge com uma proposta de memória ao mesmo tempo em que não é uma representação em seu sentido estático: esta memória se reinventa a cada edição ao fazerem referência ao passado e ao futuro ao longo de todas as publicações.

Retomando Ricoeur (2007) que afirma que a memória diz respeito ao destaque que damos aos acontecimentos experienciados, percebemos o forte apelo da memória em todo o jornal A Sirene. Ao começar pelo título, que como adiantado no subitem anterior tem o propósito de não deixar que o acontecimento caia no esquecimento e esteja sempre presente na vida dos envolvidos. A frase “Para não esquecer”, atua assim na memória coletiva do acontecimento e, ao trazer a tona o acontecimento, é como se o indivíduo revivesse o momento de sua ocorrência.



Figura 4- título e frase subsequente

A memória, por meio do acionamento da categoria tempo, está presente em diversas reportagens, como por exemplo o texto intitulado “Sabores da memória”, da edição de numero1, em uma menção explícita à temporalidade, resgata as lembranças da vivência no campo por meio de elementos simbólicos e da presença do saudosismo (figura 5).



Sabores da Memória

O almoço na mesa vai lá fora. É o arroz com feijão, quiabo, feijão. Alguns mais vezes com propéio e salada fricana, depois da festa de Natal. Agora, a comida não falta, mas os sabores de cada momento, na minha casa, não voltam mais. Ah, os sabores esses sim. Em meio a tanta saudade, o que eu quero de volta?

Por JUIZ IRENEIDE DA CRUZ, ANA ELIZABETH DE SOUZA, RITA PENA, MARIA CORREIA DE REGO, MARIA DE CONCEIÇÃO MARTINS, MARLENE MARQUES DOS SANTOS, MARCO LUIZ PAZ, SÉRGIO SILVA, SANDRA GOMES, TÂNIA ANJELICA LIMA e TRINDADE SOUTO

COM APOIO DE ANA CRISTINA MORA, LUCAS DE CARVALHO, LINDA GILBERTO, ELIZABETH LIMA e VIVIANE RODRIGUES



Essa tingida de peixe é complicada.

Isso a minha sobrevivente. Não morre porque a carne é grossa.

A de casa fina, foi tudo embora.

Laranja...

Você viu esse quitandinho aqui, ô, menina,

como que era bonito.

Banana igual tinha pouco quantidade pra mim...

Isso aí tinha amarela, jaboticaba, abacaxi.

Aí tinha três peças. Tumbagai, piná, cupia, itáipia.

No Natal, a gente ia assar um peixe. Ihm, Annel?

Foi tudo embora, levei pouco não.

Se quiser tem que comprar pra comer.

Sua foto (de Pedras)

Desse pão de jaboticaba, 43 anos.

Eu que plantei tudo ali. Se agradava, gente dava pra eles.

Minha foto de natal estava conservando umas batatas,

umas cenouras, porque vivia o Natal né?

Eu queria plantar.

Sabe que era uma coisa seca.

Dona Blicia (de Pedras)

A galinhada e o feijão português.

Feijão vermelho não leva pimenta,

só carne de boi e linguiça.

Minha irmã Tererinha que lia,

mas foi Maria que ensinou.

Tive uma vez uma vitrola de ano diferente.

Mom na rua dona Ducha traz o macarrão,

dona Cema traz o que poder trazer.

Cada um traz pronto de casa.

peça moída a Deus pra ter tudo de volta.

Sandra Quintão (de Bento)

Pepru tinha quase cinco lá na borta.

Agora quando tem, tem que comprar.

Faz muita falta e pepru, pra quem tem pressão alta.

Sua irmã Euclides (de Pedras)

Almoço Na cozinha comunitária

Cuscuz, tem de tudo Linguiça, pimenta topeira

A Conceição faz, a dona Gerilda faz.

Macarrão com straccini, o jeito é diferente.

Se vier quarentenas, comem quarentenas de queijo.

Receita, mas na dona Tererinha.

Lá tem queijo e flocos. Meus ovos frango capota até vier o filé?

Mas isso daí acabou tem tempo.

Nunca mais teve.

Não tem mais a costela, desde de novembro que lá não tem o pessoal mais.

Milton Seta (de Ponte de Gama)

A costela eu disse pra ela. Quem aparece vai comer

Com esse pessoal da Sarmaco,

agora passa muita gente aqui.

Senta pra ler uma matéria em benefício de quem passa.

Tô fazendo uma brevidade pra Rickinho,

que leve aqui sexta-feira. Comem a brevidade e gostou muito.

Falta pra eu fazer pra ele levar frango de bardi.

Tererinha Lima (de Ponte de Gama)

Frango com quiabo, lombão do meu pai.

Laticínia de Skil. No Natal, doce de leite de arroz e de pão.

A gente fazia

tudo dia 24, tinha mais labor: a casa precisa ter churrasco de doce.

Tererinha Quintão (de Bento)

Carvalhada, 100, 200 pimentas, era almoço de graça.

Muita feijãozinho panetão da Dona Gerilda, Ferrara.

Tinha uma borta macarrão, sem agriãozinho.

A gente não comprava nada.

Tererinha não doce... como o que eu colhi lá. Pão! A gente fazia doce todo ano.

Manga, geleia gomeada, compota em calda.

polpa a época da fruta. Batia, congelava em saquinho de zip-clip.

Mauve e Kivia (de Ponte de Gama)

Cebolinha pra fazer com aipo, assim frito.

Mandioca cozida, frita com ovo.

O cuscuz.

Minha mãe ensinava. Batava mandioca, misturava no fubá, rapava rapadura, o queijo.

Fazia brota, angu doce, suspiada, tudo frito.

Dona Conceição (de Pedras)

Lebrinho com costelinha de porco.

Aqui em Marituba não tem não veio nem pra comprar.

O frango com galinhada, um barébi.

Mas só mãe que sabe fazer.

Marlene (de Pedras)



Figura 5: Sabores da memória

Outro exemplo em que podemos notar a utilização da memória como recurso é a reportagem “Nossa História debaixo do dique”, da edição de número 4 (figura 6), que remete às lembranças de uma família em relação ao rio nos arredores de Bento Rodrigues, como percebemos no trecho: “Suas memórias e sua personalidade estão repletas de lembranças do lugar para onde sempre ia na sua infância” (A SIRENE, ed 4, p. 3). Ao falar de memória do acontecimento não podemos deixar de citar a edição nº8, do mês de novembro, ocasião em que a tragédia completou 1 ano.

Nossa história debaixo do dique

POR LUCIMAR MUNIZ

COM APOIO DE ANA ELISA NOVAIS, FERNANDA TROPIC, RODOLFO MEIREL, SILMARA FILGUEIRAS

A criança na pedra, na beira do rio em Bento Rodrigues, é a primeira neta de Seu Neco e Dona Lia, filha de Verinha, aquela que foi morar no Rio de Janeiro. O rio hoje só existe em fotografia. Era chamado de Pratinha.

Ela nunca morou em Bento, mas, assim como todos os Muniz, foi batizada e cresceu lá. Suas memórias e sua personalidade estão repletas de lembranças do lugar para onde sempre ia na sua infância. Dona Dercira - mãe de seu Filomeno -, dona Crespa de Sobreira, Olivio e seus avós são pessoas com quem conviveu cheia de afeto.

A filha da Verinha cresceu em Angra dos Reis, Rio de Janeiro. Passava as férias de dezembro/janeiro no Bento. As de julho, na região para onde seus pais se mudaram na década de 1970, um lugarzinho chamado Lidice, que pertenceu à cidade de São João Marcos, arrancada do mapa na década de 1940 para a ampliação de uma represa.

Desde sempre, convive com histórias de perda e reconstrução, como a da Vila de Alegria, onde sua mãe nasceu. Além disso, viveu de perto a tensão dos riscos relativos às usinas nucleares e

dos desastres ambientais daquela região. Mal sabia o quanto esse histórico e o engajamento social de seus pais iriam fortalecer a para hoje lutar pela preservação do patrimônio cultural de Bento Rodrigues.

Museóloga, ela precisa lidar com um dos processos mais tensos desde o rompimento da barragem de Fundão. É nas terras da família, uma das primeiras a chegar à região do Bento, que a Samarco pretende construir o "dique 54", que, se construído, eliminará todos os resquícios materiais da história da região.

Para ela, essas terras não pertencem mais apenas à sua família. São propriedade de todos que residiam na localidade. Fazem parte da história de todos os atingidos pela barragem, do Bento ao mar, no maior desastre ambiental do país.

A neta de Seu Neco e Dona Lia faz um apelo a todos por umão.



"Pela memória de tudo que essa comunidade sempre me ofereceu de melhor - garanto que não foram poucas coisas - me sinto no dever de me empenhar ao máximo por sua preservação. Sempre tive a figura de meu avô, seu Neco, como guardião do patrimônio do Bento, zelando por todos que sempre o retribuíram com o respeito e afeto, lhe confiei meus filhos em batismo.

O maior legado que a comunidade do Bento possui é sua união, e isso não pode ser destruído por ações de desmobilização.

Prezamos nos manter fortes e nos instruir para saber questionar a empresa e garantir nossos direitos. Temos órgãos e profissionais que estão prontos para nos auxiliar, fazendo valer a lei. O silêncio nos enfraquece!

Hoje a empresa usa do argumento de que o dique 54 é a única alternativa para se conter os rejeitos para o Rio Doce durante o próximo período chuvoso. No entanto, passaram oito meses sem que ela nos apresentasse justificativa que convença. A população ainda permanece com uma série de dúvidas que a empresa precisa sanar.

Entendo que a defesa do patrimônio cultural não se sobrepõe à defesa do Rio Doce. São caminhos que devem ser pensados conjuntamente. O que queremos é o devido respeito e esclarecimento da empresa, sendo transparente nas ações e nos incluindo verdadeiramente nesse processo.

Dia 11, às 18h, no escritório da Comissão, faremos reunião com a empresa e com o Ministério Público. É fundamental que todos participem!"

Figura 6: Nossa história debaixo do dique

Ao longo dessa edição, todas as reportagens estiveram direcionadas à retomada do passado e as consequências vividas pelos atingidos ao longo dos 365 dias passados desde a tragédia. Um exemplo que ilustra tal situação é a reportagem “o que ficou com você?”, texto em que diversos moradores contam o que restou da vida que possuíam em Bento Rodrigues, depois do acontecimento (figura 7).

O que ficou com você?

Por ATENDIDOS DE BENTO RODRIGUES, PARACATU e PONTE DO GAMA
COM O APOIO DE SILVANO DINIZ e LARISSA HELENA

Foi depois do dia 05 de novembro de 2015 que tudo mudou. Foi depois desse dia que entendemos o que era dor, perda. A mudança foi drástica em Bento Rodrigues, Ponte do Gama, Paracatu e muitas outras cidades atingidas. Sem sequer termos avisados, não tivemos a oportunidade de pegar uma mínima lembrança de toda a nossa história de vida. O tempo que tivemos foi para salvar nossas vidas e o de amigos e familiares. Porém, pelo acaso, instinto ou sorte, alguns moradores conseguiram salvar uma memória daquilo que levaram a vida inteira para conquistar.

D. Irane
Rainha da música e do sorri, recuperou o seu pandeiro.



Figura 7: O que ficou com você?

Nota-se que a temporalidade, também se faz presente como forma de indicar um futuro possível para os desdobramentos do acontecimento. Assim, é perceptível no jornal que por vezes, a memória é acionada para apontar possíveis caminhos para os

atingidos como por exemplo na reportagem “Mães da esperança”, da edição de nº 12 (figura 8), em que mulheres que ficaram grávidas após a tragédia relatam sobre o que esperam para seus filhos no futuro. Além das reportagens com menção ao tempo, todas as edições do jornal apresentam uma editoria denominada “Agenda” que, como sabemos, é um instrumento de gestão do tempo na atualidade.



Figura 8: Mães da esperança

Como ressaltado no item 1.3, as memórias e experiências, quando relatadas como acontecimento, geram o que França (2006) chama de emergência da identidade,

uma vez que como os acontecimentos não possuem características e essências que lhe conferem particularidade, sua identidade é forjada a partir das práticas e dos discursos que lhe dão nome. Dessa forma, estamos partindo do pressuposto, demonstrado pelo referencial teórico, de que a identidade emerge diante de um acontecimento e se conforma pela dimensão do tempo. Isso porque, sempre que se fala em identidade se recorre à categoria temporalidade, sendo necessária a linguagem jornalística para que essa construção da identidade ganhe forma e relevância no contexto do jornal.

Como já reforçado diversas vezes, a tragédia de Mariana se configurou como uma experiência pública que afetou todos os sujeitos que residiam naquele espaço do acontecimento. Com isso, novas relações sociais foram formadas, possibilitando a individuação do acontecimento e surgiram também novas maneiras de se comportar já que nesta situação os sujeitos são incitados e motivados a fazerem escolhas, reagirem, adotarem linhas específicas de comportamento e recusarem outras. Com isso, os indivíduos, afetados pela tragédia de Mariana (2015) passaram a se reconhecer enquanto sujeitos, partes de uma identidade. Neste sentido, a identidade formada pelos atingidos, só existe porque houve um acontecimento e um campo problemático.

O jornal A Sirene aparece então como forma de evidenciar essa nova identidade, uma vez que a linguagem jornalística mostra-se útil para a construção e destaque desta. Por diversas vezes é possível perceber que o jornal lança mão da evidenciação dessa nova identidade de atingidos da tragédia e para isso, também faz uso da categoria tempo.

A identidade está presente, por exemplo, no editorial da edição n° zero, em que se apresenta o objetivo do jornal como sendo “um jornal dos atingidos para os atingidos”, reforçando o sentimento de união em torno do acontecimento. Também neste editorial temos indícios dessa formação de identidade ao se colocarem como veículo com o objetivo de contribuir para a autonomia e empoderamento. Ainda nesta mesma edição, uma matéria chamou muita atenção por trazer no título vestígios de uma outra identidade originada do acontecimento: “Ser celebridade da desgraça”, em que se reúnem diversos depoimentos sobre a relação com a mídia após a tragédia (figura 11).

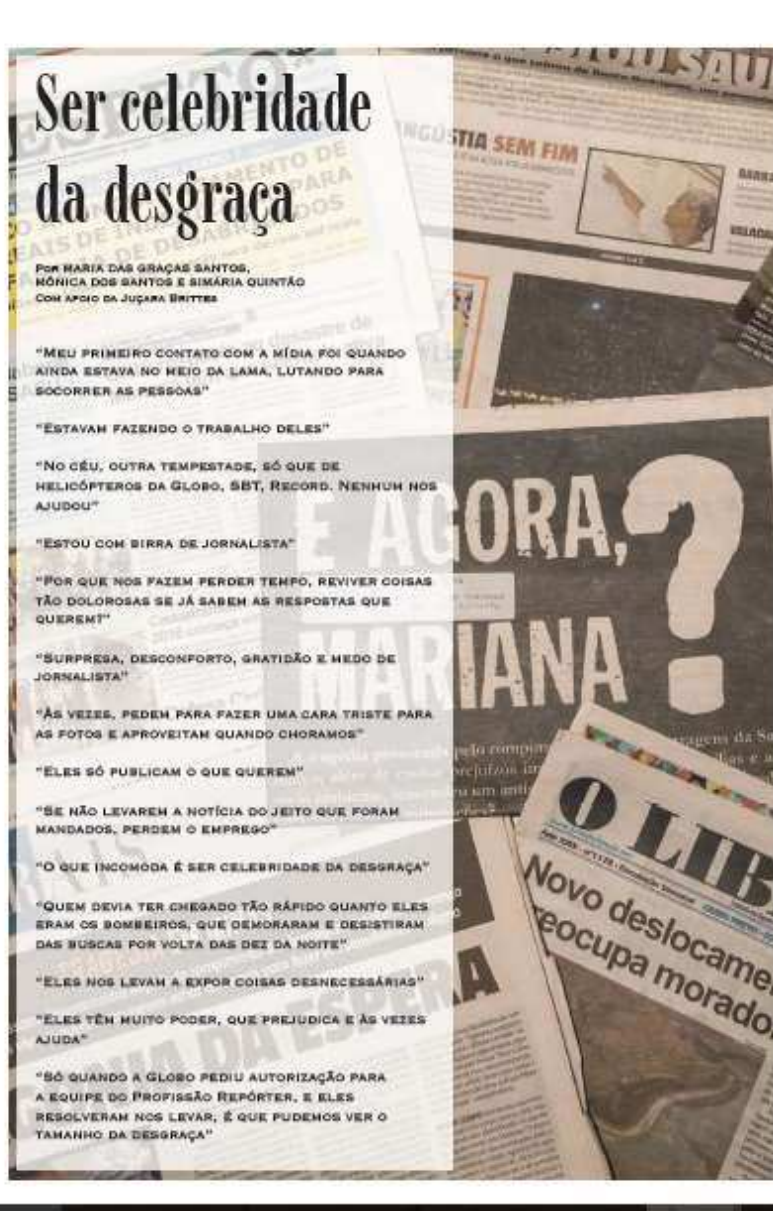


Figura 9: Ser celebridade da desgraça

A construção da identidade de atingido também é projetada pelo próprio jornal ao fazer, na edição de nº5 do mês de agosto, um texto explicativo sobre o termo atingido. Em “Atingido, um conceito em disputa” (figura 10) são apresentadas as visões de diversos especialistas sobre quem são de fato atingidos pelo rompimento da barragem. Destacamos aqui a fala da Professora Andrea Zhouri, do grupo de estudos em temáticas ambientais- UFMG: “Muitas pessoas que não perderam casa ou emprego, mas perderam terrenos, plantações, criações, pasto para gado, perderam com isso muitos

trabalhos e tiveram também suas vidas alteradas de diversas formas pelo rompimento da barragem” (A SIRENE, ed. 5, p. 8).



Figura 10: Atingido, um conceito em disputa

Nota-se claramente a tentativa de construção da identidade por meio do jornal, marcado por um contexto de disputa, discursos de formação de novas relações sociais. Já na edição de nº 8, do mês de novembro (um ano da tragédia), uma reportagem chamou atenção por tratar dessa nova identidade dos moradores de Bento Rodrigues, o texto intitulado “Intimidade provisória” (figura 11) em que os relatos dos atingidos reforçam a perda de uma identidade para dar espaço a outra, passageira e que não carrega consigo traços da memória.



Figura 11: Intimidade provisória

Ao final deste tópico pudemos perceber que o jornal A Sirene se utiliza na maioria das vezes de recursos relacionados à categoria tempo para atingir o seu objetivo de não deixar o acontecimento ser esquecido. Para tanto, utiliza de recursos da mnemotécnica, técnica de recordar as coisas, e se apoia no fato de que há uma identidade latente neste contexto- os atingidos.

Considerações sobre o capítulo

Este capítulo teve como objetivo reproblematicar e investigar a relação entre jornalismo acontecimento e temporalidades presente nos contextos sociais contemporâneos. Para isso, lançamos mãos da caracterização da tragédia ao lado do argumento da temporalidade como categoria capaz de acionar sentidos na experiência rural contemporânea instituídos e conformados pelo jornal A Sirene.

Ao longo dos itens *Jornalismo: lógicas e lugares nos contextos contemporâneos*, *Jornalismo e acontecimento: o acionamento e reconfigurações de sentido*, e *Temporalidade jornalismo e acontecimento: memória, identidades e experiência social*, apostamos em dois elementos que são a *memória* e a *identidade* para pensar de que forma a temporalidade reconfigura a memória e a identidade no acontecimento jornalístico e como o jornal A Sirene está inserido nestas discussões.

Com isso, foi possível enxergar o jornal como um veículo do jornalismo que presenciou a tragédia de Mariana como palco das mais variadas configurações e reconfigurações do acontecimento. A partir de então, percebe-se que enquanto produtor de sentidos e um jornal que participa do acontecimento na possibilidade de modificações de lugares, A Sirene permitiu que percebêssemos que não existe acontecimento e jornalismo desvinculados de uma dimensão temporal e que um veículo midiático é capaz de rememorar o acontecimento por meio da categoria tempo e criar novos sujeitos, que passam a lutar pelos direitos. O jornal então, se coloca como um campo problemático que surge, como a emergência de identidades forjadas pelo corte temporal do acontecimento.

Por fim, indicando as discussões subsequentes, retomaremos as noções apresentadas de memória e da identidade para discutir nos próximos capítulos, o rural e a mineração presentes no jornal A Sirene. É nosso intuito pensar o sujeito rural como um sujeito que carrega uma identidade rural e a forma que este sujeito aparece com a tragédia. Um dos próximos passos será indagar que rural é este? Partimos da hipótese de que há dois rurais em jogo: um rural originado da categoria política de luta pelos direitos e um rural que reside no identitário bucólico da memória. No que diz respeito à mineração, a discussão incide sobre uma mineração que não é afetada pela ideia de mineiridade e

memória do estado, mas sim enquanto futuro que está sendo afetado pelo acontecimento e sua relação com a natureza.

CAPÍTULO 2:

CONFIGURAÇÕES DE SENTIDO SOBRE O RURAL: EMERGÊNCIA, TENSÕES E CONFLITOS NO JORNAL “A SIRENE”

Resumo: Este capítulo tem como objetivo examinar as expressões e as configurações de sentidos sobre o rural produzidos pelo jornal A Sirene. Para pensar quais tipos experiências rurais foram afetadas pela tragédia de Mariana a partir da emergências, tensões e conflitos no jornal, realizamos um mapeamento de palavras encontradas da literatura sobre o rural além da análise de paisagens textuais. Pudemos observar que existe uma diferença entre o rural que aparece no jornal e o que emerge indiretamente com a leitura. Percebemos em Bento Rodrigues, que falamos de um rural com modos de vida urbanos e que por isso, estamos diante de ruralidade híbrida.

2.1- Introdução

No capítulo 1 nosso esforço foi, de acordo com o primeiro objetivo específico apresentado na introdução desta dissertação, problematizar e investigar a relação entre jornalismo acontecimento e temporalidades com o intuito de examinar as lógicas e as linguagens jornalísticas na relação com a vida social. A partir disso, foi possível perceber que tipo de experiência social é permitida pelo jornalismo e como o jornal A Sirene foi determinante para emergência de uma memória que é reconstruída o tempo todo por aqueles sujeitos e também é marcado pelo aparecimento de identidades, resultantes do acontecimento.

Para o desenvolvimento deste capítulo, temos como propósito, de acordo com o segundo objetivo específico, examinar as expressões e as configurações de sentidos sobre o rural no jornal A Sirene, problematizadas pela tragédia. Então, o nosso esforço neste momento será pensar, em meio a esses gestos de memória e de identidade, que tipo de experiência rural foi afetada pela tragédia de Mariana a partir da emergências, tensões e conflitos no jornal A Sirene.

Neste sentido, determinadas experiências rurais que existiam naquele contexto foram afetadas pelo acontecimento. Com a observação do jornal *A Sirene* e suas lógicas de mnemotécnica e da emergência de identidades, pretendemos entender quais experiências rurais foram mobilizadas pelo jornal, além de enxergar o que foi tematizado por meio dos campos problemáticos do acontecimento. Com tais questionamentos, apontamos que a memória, a identidade e os campos problemáticos emergentes após a tragédia são caminhos que vão permitir enxergar quais tipos de problemas rurais foram tematizados e quais questões rurais apareceram, com o intuito de nos auxiliar a entender, de modo mais amplo, configurações e experiências latentes nos contextos rurais contemporâneos.

No campo teórico, sabe-se que os contextos rurais são abordados em diversas correntes de estudos da sociologia rural e de outros campos e interfaces. Como veremos a seguir, a partir da apresentação de alguns discursos do campo teórico, o rural tem sofrido uma série de modificações o que faz com que hoje em dia não se fale mais em um meio rural ou um tipo de meio rural, mas várias possibilidades de expressões e experiências rurais que têm sido marcadas por uma série de modificações de tensões.

Para dar conta de atender aos objetivos propostos neste capítulo, este está subdividido nas seguintes sessões: *Abordagens sobre o rural: Modos de vida, meio rural contemporâneo e novo campesinato*, em que apresentamos seis diferentes abordagens no campo teórico acerca da noção de rural; *Configurações de sentido do rural no jornal A Sirene*, subitem em que analisamos o jornal *A Sirene*, a exemplo do capítulo anterior, a partir de memória e identidade, visando identificar quais abordagens sobre o rural podem ser identificadas na publicação.

2.1- Abordagens sobre o rural: modos de vida, meio rural contemporâneo e novo campesinato

O rural se torna um problema uma vez que, os contextos em que a tragédia de Mariana aconteceu, são contextos com características rurais. Assim, é possível perceber que uma das inúmeras configurações de sentido apresentadas pelo jornal são sentidos sobre o rural. Dessa forma, pensar o rural como algo já dado em detrimento da categoria

urbano requer certo cuidado, uma vez que é difícil enxergar uma definição exata de tais conceitos e atualmente existem diversas definições do que é rural.

Nesta dissertação, nos inspiramos na proposta de Silveira (2016) para elencar as diversas correntes de estudos sobre o rural encontradas no campo teórico. Ao realizar um levantamento dos usos da palavra roça nos diversos contextos sociais, a autora evidenciou que, ao se falar de rural, nota-se a presença de cinco perspectivas de pensamento. São elas: a dicotomia rural x urbano; o *continuum* rural-urbano; a urbanização do campo; a recomposição do rural e; o rural como representação. Além dessas perspectivas, apresentaremos outra identificada nos estudos referentes ao rural: o rural sob olhar dos estudos do novo campesinato.

A seguir, apresentamos as seis correntes teóricas fundamentais para a compreensão das classificações de campo-rural e cidade-urbano. Mais do que hierarquizar essas concepções, o objetivo neste momento seria compreender que essas visões estão em disputa e em tensionamento nos espaços sociais e, compreender estes tensionamento torna-se essencial para entender em um segundo momento, quais configurações de sentidos sobre o rural emergem com o jornal A Sirene do ponto de vista das memórias, dos modos de vida vivenciados pelos sujeitos, dos novos modos de vida expressos após a tragédia e para as identidades que emergiram com o acontecimento.

2.2.1- A dicotomia rural x urbano

Nesta primeira abordagem temos exemplos de autores que contrapõem o rural ao urbano por meio de suas características como, por exemplo, Sorokin, Zimmerman e Galpin (1986) e Wanderley (2009). Para Sorokin, Zimmerman e Galpin (1986), existe uma contraposição entre o rural e o urbano que surge a partir da diferenciação dos espaços. Essa diferenciação é feita por meio de alguns traços típicos como a ocupação da mão de obra da população, as diferenças ambientais, o tamanho das comunidades, a densidade populacional, a homogeneidade ou heterogeneidade e a complexidade da estratificação, da mobilidade e da integração sociais. Ainda de acordo com os autores, a partir da ocupação agrícola é que surgem as demais características, uma vez que, o

trabalho no campo coloca os trabalhadores em contato com a natureza, diferente do trabalho na cidade.

Em contrapartida, segundo Wanderley (2009), o reconhecimento do que é rural varia de país para país dependendo da forma com que se apresentam, a ocupação territorial, a evolução histórica e as concepções predominantes em cada um deles. Para a autora, do ponto de vista sociológico, há duas características primordiais para a caracterização do espaço rural: uma delas é “uma relação específica dos habitantes do campo com a natureza, com a qual o sujeito lida diretamente, sobretudo através de seu trabalho e do seu habitat” (WANDERLEY, 2009, p.201); e a outra está ligada à forma em que as relações estão configuradas e como resultam em “práticas e representações particulares a respeito do espaço, do tempo do trabalho, da família” (idem).

De uma forma geral, os autores que trabalham esta categoria, acreditam em definições bem evidentes entre urbano e rural a partir de critérios econômicos, divisão de trabalho e modos de vida. Esta visão é diferente da próxima abordagem, já que esta trata das relações de transição estabelecidas entre os dois espaços.

2.2.2- O Continuum Rural-urbano

Nesta abordagem destacamos autores que tratam das inter-relações entre rural e urbano, criadas a partir da transição de um para o outro – o continuum rural-urbano, como por exemplo Redfield (1964), Solari (1979), Brandenburg (2010), Veiga (2004) e Souza et al (2012).

Redfield (1964), ao abordar a transição entre o modo de vida camponês e o urbano, situa os camponeses numa escala intermediária entre as sociedades primitivas (pré-letradas ou folk) e as civilizadas. Por outro lado, Solari (1979), apresenta que existem dois tipos de sujeitos rurais: o rural das sociedades desenvolvidas e rural das sociedades tradicionais. Tal diferenciação seria estabelecida a partir do processo de urbanização da vida rural especialmente, no uso de equipamentos tecnológicos e no fenômeno de dispersão populacional para a periferia das cidades.

Nesta perspectiva, para Brandenburg (2010), a concepção de rural está atrelada a uma ideia de modernização em que o rural estaria desaparecendo, ou seja, tal

concepção é pautada na ideia de que o rural é um espaço de atividades submetidas ao capitalismo. Para Brandenburg (2010) a evolução dos meios de comunicação e de locomoção diz muito sobre as definições atuais de rural, já que, com essa evolução, aumentou ainda mais a similitude dos modos de vida rurais. Para o autor, de modo geral, o rural resulta de ações coletivas.

É nesse contexto que se criam laços de pertencimento a uma comunidade, resultando daí relações de proximidade, como de vizinhança, de compadrio, típico de uma comunidade, tal como concebida tradicionalmente. Essas relações, no entanto, só são reproduzidas na medida em que estes agricultores pertencem a uma mesma categoria ou mesma condição: a condição camponesa (BRANDEMBURG, 2010, p. 420).

Pensando numa abordagem ampla de ruralidade, José Eli da Veiga (2004), em contrapartida, aposta que a ruralidade nunca se resumiu às relações sociais ligadas às atividades agropecuárias. Para este autor, a novidade neste aspecto é que a ruralidade pouco tem a ver com o passado ou com o sinônimo de atraso, já que hoje, está cada vez mais comum o fato de a sociedade valorizar o rural como sinônimo de natureza (VEIGA, 2004). Souza et al (2012) também compartilham de tal visão, uma vez que, para os autores, o rural emerge como uma categoria oriunda de contextos sócio-histórico-geográfico-cultural, extrapolando a concepção de um rural eminentemente agrário.

A partir da análise desta categoria, percebemos que os autores que nela se encaixam abordam o rural e urbano a partir de uma perspectiva de transição. Assim, para tais, o rural não se resume a apenas relações de trabalho e sim a uma série de outros fatores. Esta abordagem abre precedentes para a próxima, já que apresentaremos a visão de autores que acreditam que o campo tem se urbanizado.

2.2.3- A urbanização do campo

Outra perspectiva de estudos são as abordagens pautadas na urbanização como elemento definidor da ruralidade. Autores como Lefebvre (2001; 2008), Placide Rambaut, Sobarzo (2010), Favareto (2007) e Biazzo (2010).

É importante trazermos a discussão da diferenciação de campo e rural de Biazzo (2010), pois segundo a autora, campo e cidade são formas concretas, “materializam-se e compõem as paisagens produzidas pelo homem; ‘urbano’ e ‘rural’ são representações sociais, conteúdo das práticas de cada sujeito, cada instituição, cada agente na sociedade” (BIAZZO, 2009, p. 144), ou seja, o rural pode ser considerado como um modo de vida indo ao encontro de Sobarzo (2010), que defende a importância de compreender que campo e cidade seriam as formas, o espaço físico, enquanto o urbano e o rural seriam os conteúdos sociais, os modos de vida. Para este autor, o modo de vida urbano seria capaz de superar as fronteiras existentes entre campo e cidade, transformando sua relação uma vez que, no campo, novas tecnologias seriam empregadas o que acarretaria em uma nova organização do espaço, novas relações e hábitos de consumo diferentes.

Assim, em relação à urbanização, temos de acordo com Rambaud (1969; 1973) que a urbanização do campo se efetivara por meio de um processo de aculturação gradual em um movimento complexo que acarretaria numa mudança cultural generalizada e universal. De uma forma geral, o autor destaca a força expansiva da sociedade urbana em direção ao campo em um movimento que os sujeitos rurais passariam a ter padrões de consumo dos sujeitos urbanos. Por outro lado, Lefebvre (2008), afirma que a cidade o campo, foram, durante muito tempo, marcados por uma relação de dicotomia e para ele, a urbanização surgiu com a industrialização, que foi responsável por absorver a produção agrícola, a qual se converteu num setor da produção industrial. No entanto, na cidade, ainda restariam lugares onde a ruralidade ainda era presente, o que ele chamou de “ilhas de ruralidade pura” (Lefebvre, 2001) e que há a predominância de camponeses que permanecem, mal adaptados a vida urbana. Tal proposição concorda com Moreira (2005) que acredita que o modo de vida rural pode coexistir com o modo de vida urbano em um mesmo espaço, ainda que de forma residual. No entanto, para Bengs e Schmidt-Thomé (2006), o avanço do modo de vida urbano sobre o rural pode alterar o modo de vida daqueles que vivem no campo.

Muitos autores também abordam a ruralidade sob a perspectiva do desenvolvimento como Wanderley (2009) e Favareto (2007). Segundo Wanderley (2009), há uma dificuldade em definir o meio rural nos últimos anos, uma vez que, nos espaços rurais, a modernização “tem como fundamento a crescente, paridade social,

“isto é, a similitude entre as condições de vida das populações que vivem nas cidades e no meio rural, daquilo que ainda é definido como padrão de conforto urbano” (WANDERLEY, 2009, p 250). Assim como Wanderley (2009), Favareto (2007) também traz uma visão de rural pautado no desenvolvimento oriundo das transformações sociais. Para o autor, a ideia do desenvolvimento rural envolve a própria noção de desenvolvimento, num domínio específico: o meio rural. Para entender o desenvolvimento rural, é preciso um mergulho nas particularidades deste espaço. O autor ressalta, no entanto, que muitas vezes o rural é visto como uma oposição ao urbano: centros de poder, concentração de renda, concentração de pessoas e predominância de atividades comerciais.

Resumidamente, é possível perceber nesta corrente teórica que com o desenvolvimento dos modos de produção capitalista, a cultura urbana avançou sobre a cultural rural resultando muitas vezes em uma visão de uma relação dicotômica entre urbano e rural, sendo o urbano o símbolo do desenvolvimento e o rural, do atraso. Em contrapartida, temos que, na próxima abordagem a ser apresentada, o rural aparece reinventado, como algo que deve ser valorizado.

2.2.4- A recomposição do rural

A recomposição do rural diz respeito a uma nova forma de enxergar a ruralidade, uma ressignificação a partir de elementos simbólicos. Para falar dessa abordagem, apresentamos autores como Jean (1989), Bodson (1989); Bernard Kayser (1990); Brandenburg (2010), Veiga (2004; 2006) e Abramovay (2009).

Para Jean (1989), a concepção de “ruralidade” surgiu a partir da ideia de uma recomposição do rural. Essa recomposição, de acordo com o autor, emerge devido a uma supervalorização da vida rural. Tal percepção foi identificada também em Brandenburg (2010) que chama de rural reconstruído, uma característica atribuída à modernidade. De acordo com o autor, neste cenário, o rural tradicional não é substituído pelo moderno, mas sim, passa por uma ressignificação. Neste cenário, o campo passa a atrair a cidade ao nutrir culturalmente o apego às tradições e oferecer novas experiências. Além do espaço de cultura e lazer, Brandenburg (2010) acredita que o

rural passa ser um local de afirmação de identidade, na medida que há uma revalorização do imaginário e a construção de uma nova sociabilidade.

Essa abordagem também é trabalhada por Bodson (1989) ao apresentar que muitas vezes, o rural é associado a um status inalcançável ou um paraíso perdido, já que, no imaginário comum, este lugar estaria só nas lembranças de um tempo vivido outrora. Indo no mesmo sentido, Bernard Kayser (1990), argumenta acerca recomposição do rural, trazendo dados demográficos que demonstram o no campo, especialmente por indivíduos da terceira idade. Isso se deu, de acordo com o autor, pela mobilidade promovida pelas migrações e pelas diferenças entre os comportamentos rurais e urbanos.

Já Veiga (2004, 2006) propõe a emergência de uma nova ruralidade, engendrada pela urbanidade do rural, a qual exerceria, assim, maior poder de atração dos espaços rurais para os cidadãos, revigorando o rural. Sobre essas novas dinâmicas, Veiga (2006) evidencia dois percursos teóricos para a interpretação: a de completa urbanização ou a de um renascimento rural. Veiga (2006) defende também que existem três vetores fundamentais para a compreensão dessa nova ruralidade: “o aproveitamento econômico das amenidades naturais (...); desdobramento paisagístico dos esforços de conservação da biodiversidade; crescente necessidade de buscar a utilização de fontes renováveis de energia disponíveis nos espaços rurais (VEIGA, 2006, p. 333). Veiga (2006) também fala em uma valorização de uma ruralidade que não está renascendo, e sim nascendo, ou seja, há um interesse maior do urbano sobre os espaços rurais, resultante principalmente de aumento da mobilidade, com seu crescente leque de deslocamentos, curtos ou longos, reais ou virtuais. De acordo com Veiga (2006) “a cidade e o campo se casaram, e enquanto ela cuida de lazer e trabalho, ele oferece liberdade e beleza” (p. 334).

Por fim, Abramovay (2009) ressalta a emergência da ruralidade, buscando demonstrar o peso do meio rural na economia e na sociedade contemporâneas, evitando a suposição de que o rural teria se urbanizado. Assim, aponta para a pertinência do conceito de ruralidade uma vez que privilegiaria a dimensão territorial e não a setorial para definir as áreas rurais.

Ainda neste tópico apresentamos alguns autores que perceberam que o rural tem sido tratado como sinônimo de natureza como Candiotto e Corrêa (2008), Marques (2010), Barros (2015) e Lima (2005).

De acordo com Candiotto e Corrêa (2008), o rural é visto como espaço geográfico quando passa a existir a valorização da natureza nos espaços rurais, o que é um fenômeno também originado na cidade. Isso porque, de acordo com os autores, para grande parte da população das cidades, essa aproximação do rural como natureza tem ocupado cada vez mais as representações do rural existentes.

O instinto de proteção à natureza surge, de acordo com Marques (2002) a partir do desejo de disfrutar de seus benefícios na contramão da vida deteriorada nas cidades. Este desejo parte da utopia do rural idealizado e ressignificado. Tal situação representa o que Barros (2015) atribui à forte midiaticização do rural enquanto paraíso. Para o autor, quando o rural figura na mídia tradicional está constantemente associado como lugares encantados e portadores de mistérios.

Para Lima (2005), o rural deixa de ser agrícola e passa a estar associado a natureza no momento em que reacende uma memória camponesa de dever de preservação do meio ambiente. Assim, para o autor, essa nova ruralidade torna-se um modo de vida, com mais apelo à diversidade e estetização da paisagem em oposição ao rural essencialmente agrícola.

Podemos perceber a partir dos autores ora apresentados que a sociedade passou a enxergar o rural como sinônimo de algo que deva ser preservado e cultuado. A seguir, pontuamos a quinta perspectiva: a do rural como representação, em que mostramos a visão de autores que acreditam que as concepções de urbano e rural estão no campo das representações.

2.2.5 O rural como representação

Nesta quinta perspectiva, apresentamos alguns autores que acreditam que as concepções de rural e urbano são representações. Para isso, valemo-nos nas ideias de Carneiro (2012), Mormont (1989), Wanderley (2001), Oliveira L. (2003), Mendonça

(1997) e Raymond Willians (2011). Iniciamos com Carneiro (2012) que defende uma posição crítica em relação a oposição entre rural e urbano, uma vez muitas das análises existentes consideram o rural como atrasado. De acordo com a autora, o rural não é imune às transformações da sociedade e apontando a “pluriatividade” como expressão da aproximação entre campo e cidade. Carneiro (2012) também aborda que a distinção urbano-rural é fruto de categorias simbólicas construídas a partir de representações sociais que, “em algumas regiões, não correspondem mais a realidades distintas cultural e socialmente” (CARNEIRO, 1998, p. 53). A autora se baseia em Mormont (1989) que acredita que os processos definidores do rural privilegiam alguns aspectos da realidade rural em detrimento de outros. Assim, em virtude de tais características valorativas, que podem ser parciais, Mormont (1989), considera como atrasado, utilizar critérios baseados em economia ou em outros dados técnicos para classificar o rural.

Wanderley (2001) ao chamar a atenção para a mudança de perspectiva sobre o rural no Brasil contemporâneo, abre espaço para as discussões propostas por Oliveira, L. (2003) que destaca a existência de ambiguidades em relação a representação do sujeito rural do homem rural brasileiro presente nas obras de cronistas e viajantes do século XIX pelo país. Neste sentido, numa posição mais crítica, Mendonça (1997) afirma que os estudos sobre ruralidade no Brasil, durante muito tempo, foram caracterizados como um movimento político construído por uma fração não hegemônica da classe dominante de proprietários rurais. Estes proprietários defendiam o fortalecimento de uma agricultura nacional diversificada e de um mercado interno, organizando-se em entidades de classe bastante ativas. Por fim, Raymond Williams (2011) analisa o contexto da Inglaterra sobre as mudanças ocorridas entre campo e cidade e aponta a revolução industrial como a fase temporal de maior transformação na relação entre os dois mundos. A cidade apresenta desenvolvimento tecnológico e avanços científicos enquanto a sociedade rural perde a centralidade econômica. Assim, demonstrou nos estudos sobre o rural a maneira como representações sociais que emergem a respeito do campo e da cidade foram se transformando historicamente na Inglaterra, utilizando, para a sua análise, a literatura inglesa de temática rural.

Ao abordar o rural como representação, segundo os autores, as concepções se restringem aos campos simbólicos e dessa forma, tendem a tratar o rural como sinônimo de atraso. Isso se deve ao fato de que, muitas vezes, essas representações são criadas por

grupos de interesses específicos, o que poderia apresentar distorções no real sentido. Para finalizar as abordagens elencadas nesta dissertação, a seguir expomos a relação entre rural e campesinato e como as novas reconfigurações de sentido de campesinato podem ser interessantes para entendermos as relações no campo.

2.2.6- O rural e o novo campesinato

Por fim, outra noção fundamental para problematizarmos a caracterização de Bento Rodrigues como rural é a de campesinato. De acordo com Marques (2008) a origem do termo está relacionada à realidade da idade média europeia mas que se reproduz no seio de uma sociedade situada na periferia do capitalismo e à margem do latifúndio escravista. Com isso, Marques (2008) assume que o campesinato se baseia nas diversas formas sociais de trabalho familiar e no acesso à terra e além de conjunto de símbolos e valores que remetem a uma ordem moral ou lógica tradicional.

Por outro lado, Woortmann (1990) nos apresenta uma visão subjetiva do campesinato pautado na ordem moral. Este autor não trata o camponês apenas como pequeno produtor já que objetiva-se desconstruir a terra única e exclusivamente como meio produção, não se restringindo também a objeto de sustento dos camponeses. Woortmann define a terra como uma “expressão de moralidade” (p.12) e ressalta quem nem todos os pequenos produtores são camponeses. Para isso ele usa o termo Campesinidade que, segundo ele, está presente em grande variedade de grupos específicos.

Assim, segundo Woortmann (1990), o apego a tradição pode ser uma forma de sobreviver as grandes transformações, sendo que a tradição se apresenta como resistência ao processo de proletarização e empobrecimento das classes mais baixas. É dessa forma também, que o tempo aparece como protagonista deste processo, já que, ele também se configura como objeto de troca nas relações de trabalho. O autor ressalta ainda que nas suas relações objetivas cotidianas, é possível perceber representações valorativas campesinas adormecidas ou naturalizadas, mas que, podem se transformar em “projeto” (fator de união) em momentos de crise frente às condições de exploração do capital. Nesse contexto a reconstrução de uma ordem tradicional se apresenta como um projeto de mudança.

Como abordagem mais recente temos Jan Douwe van der Ploeg (2008), que discorre que o campesinato é composto de diferentes formas de fazer agricultura e há, nas suas palavras a dificuldade de encontrar camponeses no mundo moderno, porque as realidades dessa população são tidas como entraves para a modernização. Segundo Ploeg, há muitas limitações para compreender os estudos de campesinato atualmente porque estes dividem o mundo em duas partes pautados pela dinâmica do desenvolvimento. Com isso, o modo de fazer agricultura do camponês acaba negligenciado, visto que a agricultura moderna é tomada como um grande setor da economia. É neste sentido que Ploeg (2008) alerta para a necessidade de conceitos que que atendam ao centro (modelo empresarial) e a periferia (modo camponês) levando e conta as heterogeneidades de cada um. Assim, numa tentativa de definição da condição camponesa, Ploeg apresenta características fundamentais como :

(1)A luta por autonomia que se realiza em (2) um contexto caracterizado por relações de dependência, marginalização e privações. Essa condição tem como objetivo e se concretiza em (3) a criação e desenvolvimento de uma base de recursos autocontrolada e autogerenciada, a qual por sua vez se permite (4) formas de co-produção entre homem e natureza viva que (5) integram com o mercado, (6) permitem a sobrevivência e perspectivas do futuro e (7) se realimentam na base de recursos e a fortalecem, melhorando o processo de co-produção e fomentando a autonomia e, dessa forma, (8) reduzem a dependência (PLOEG, 2008, p. 40).

A partir da investigação destes elementos definidores da condição camponesa Ploeg (2008) analisa que o modo de fazer agricultura camponês não deve ser visto fora do contexto uma vez que a condição camponesa é um eixo entre o campesinato e condição social e representa um fluxo dinâmico através do tempo. Assim ressalta ainda que não há demarcação definida entre camponês e empresário do campo, uma vez que o que existe são diferenças típicas fundamentais, dificilmente aplicadas em situações reais.

Ploeg (2008) também define alguns graus de campesinidade, já que não acredita que seja possível definir em polos opostos o camponês do não camponês. Segundo o autor, “esses graus caracterizam arenas onde ocorrem flutuações ao longo do tempo relacionadas com a descampesinização e com a recampesinização” (p.53). Ploeg aponta que há diferenças em todo mundo com destaque para a capacidade de sobrevivência.

Assim, no raciocínio deste autor, no modo de produção camponês há uma produção e crescimento máximo de valor agregado por meio de recursos autoproduzidos enquanto no modo empresarial há uma maior aquisição de recursos externos com o objetivo centrado no lucro. Além disso, diferencia os dois modos através de comparações entre bases de recursos, organicidade de produção, relações de trabalho e outros.

Resumidamente, pudemos perceber que algumas das abordagens dos estudos sobre o rural, o definem sempre em relação à cidade, seja em oposição, inter-relação ou mesmo acerca da urbanização do campo. Por outro lado, foi possível perceber que existem diversos estudos que priorizam uma dimensão sociológica do rural, onde é possível enxergar tal assunto no campo simbólico, como por exemplo quando falamos em ressignificação ou quando abordamos o rural como representação social. Por fim, paralelamente a esses dois grupos de assuntos, foi possível perceber que os estudos sobre o novo campesinato, caracterizam o rural como forma de luta política.

Após apresentar as seis correntes que abordam a temática rural é importante salientar que não queremos entender tais correntes como “camisas de força” que enclausuram o rural. Queremos entender que essas correntes nos dão referências sobre um possível entendimento acerca dos contextos vivenciados na realidade de Bento Rodrigues a partir das tragédias, antes e depois.

2.3 - Configurações de sentido sobre o rural no jornal A Sirene

Muito mais do que definir qual melhor corrente e qual a pior, o nosso objetivo neste capítulo é compreender, a partir das ideias de memória e identidade, como que os sentidos expressos por essas abordagens teóricas aparecem no jornal A Sirene, mobilizados a partir dos planos de análise.

Assim, no intuito de compreender as transformações vivenciadas pelos sujeitos rurais e saber que tipo de experiências rurais são mobilizadas na linguagem jornalística, partilhamos da proposta de abordagem do rural a partir de duas categorias de análise utilizadas anteriormente: a memória e a identidade. A partir de tais categorias, estabeleceremos dois planos de análise, sendo eles: o rural que o jornal A Sirene nos conta por meio de suas reportagens e o rural que inevitavelmente emerge a partir de

sentidos mobilizados pelos campos problemáticos da tragédia que nós, baseados nas teorias sobre o rural, enxergamos.

Na primeira categoria, buscamos observar no jornal o apelo imediato à experiência rural que foi perdida declarada pelos sujeitos. Já no rural que emerge, buscaremos identificar narrativas sobre a experiência rural vivenciada pelos sujeitos – e não necessariamente declarada como tal, - principalmente na caracterização dos espaços rurais e os modos de vida compartilhados pelos sujeitos.

2.3.1- Análise quantitativa

A análise quantitativa partiu da investigação de determinadas palavras ao longo das 12 edições do jornal A Sirene. Em um primeiro momento iniciamos nossas buscas pela palavra rural, no entanto, devido a poucas ocorrências, optamos por abranger um leque maior de possibilidades, chegando em 23 palavras. Para se chegar em tais termos, percorremos as correntes teóricas apresentadas sobre o rural e, a partir de então, elencamos palavras que se repetiam e que eram usadas para caracterizar um ambiente como sendo rural e/ou urbano Com isso chegamos nas seguintes palavras: *espaço, trabalho, natureza, camponês, tradicional/ tradição, modernização, transporte, passado, agrário, campo, cidade, urbano, cultura, consumo, desenvolvimento, paisagem, lugar (lugares), quintal (quintais), rural, terra, agricultura, roça e meio ambiente.*

Sem levar em consideração o contexto em que tais palavras aparecem, ou seja, consideramos apenas sua presença nas reportagens sem observar os sentidos que estas ganham no texto, assim foi a frequência de aparição de cada uma delas:

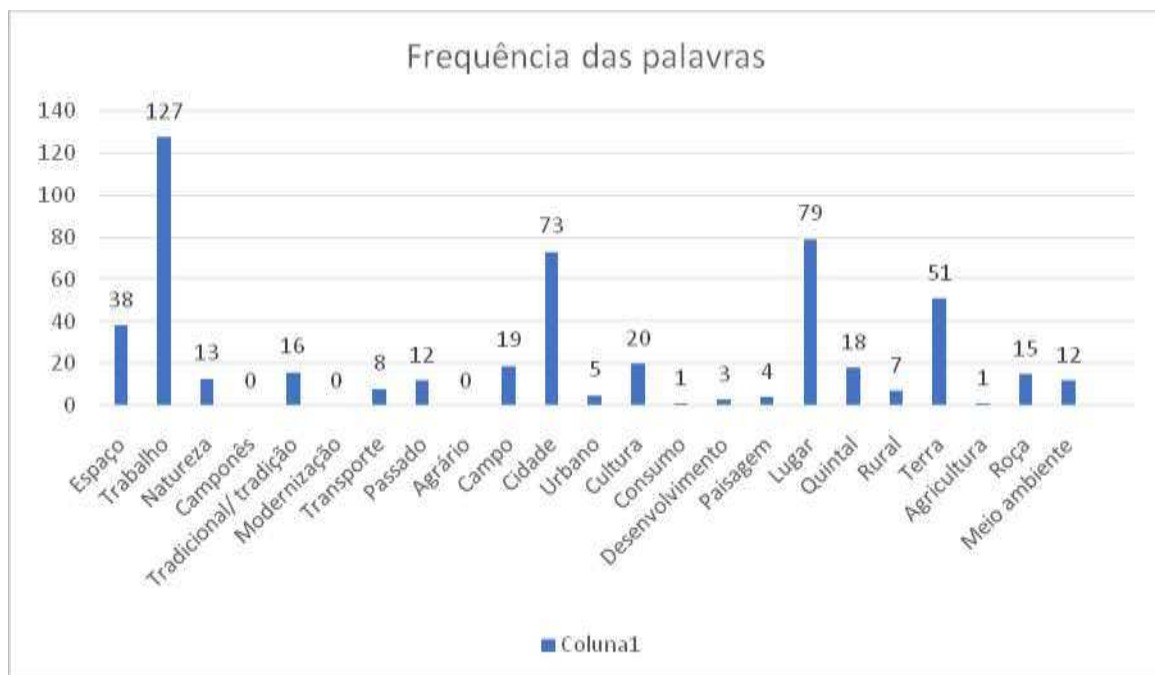


Figura 12: Gráfico da frequência de aparição das palavras.

Conforme pudemos observar, chama atenção o fato de que as palavras que remetem imediatamente ao rural – camponês, agrário, campo, rural, terra agricultura e roça, aparecem poucas vezes em relação à palavra cidade por exemplo, que aparece no jornal 79 vezes.

Entretanto, apesar de significativas as aparições de tais palavras elencadas, elas não estão necessariamente inseridas em um contexto sobre o rural. Dessa forma, para analisarmos o real sentido que estas palavras ganham nos textos do jornal, fizemos uma contagem de suas aparições a partir da interpretação do contexto em que se inseriam. Assim, foram consideradas palavras que não estivessem isoladas, mas sim próximas a outros elementos e descrições que remetiam a realidade estudada, conforme o gráfico abaixo (figura 13).

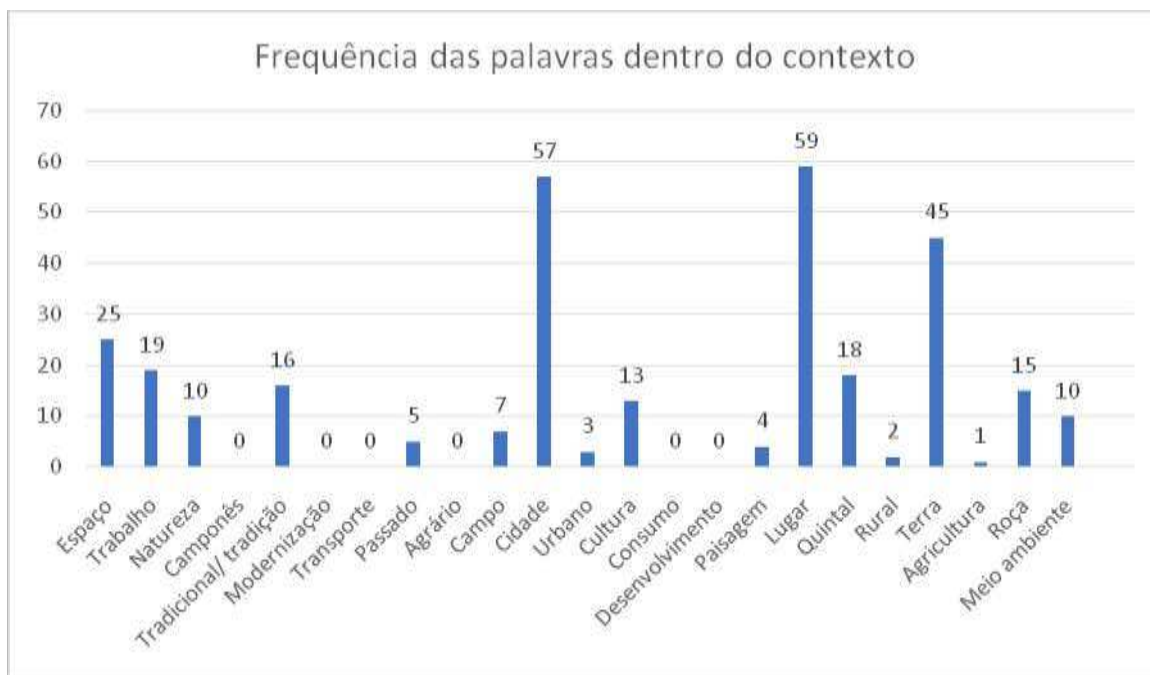


Figura 13: Gráfico da frequência das palavras dentro do contexto

Conforme pudemos adiantar, a frequência de algumas palavras mudou significativamente quando levado em consideração o contexto, como por exemplo a palavra trabalho. A seguir, apresentaremos análise mais detalhada dos sentidos percebidos nas palavras descritas e como tais aparições refletem na presença da ruralidade no jornal A Sirene.

2.3.2- Análise qualitativa

A partir dos dados quantitativos apresentados na seção anterior, percebemos que algumas palavras se destacam mais que as outras. O nosso objetivo neste capítulo, apresentado anteriormente, é investigar os sentidos do rural produzidos pelo jornal A Sirene. No entanto, ao investigarmos a palavra rural no jornal percebemos que existiam apenas sete aparições, sendo que dessas, cinco diziam respeito a uma matéria sobre o reassentamento rural (Experiência de outras lutas: Fumaça), localizada na página 10 da edição 07 – outubro.

A partir de então, surgiu o questionamento: se as comunidades Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo são consideradas rurais, porque o jornal, que é feito pelos atingidos e para os atingidos, não aborda o tema?

Conforme explicado no item anterior e partindo do questionamento emergente, investigamos a ocorrência de outros termos e percebemos que a referência ao rural não é evidente, sendo muitas vezes travestida de memória na fala dos atingidos. O sujeito rural emerge, mas com as marcas de um rural que nem se quer aparece assumidamente como rural. Esse sujeito rural se mostra como atingido, ou seja, emerge como um sujeito político ou como memória.

Ao começarmos pela palavra espaço, percebemos que foi utilizada para se referir ao local de moradia 25 vezes. A partir da primeira corrente teórica apresentada, *A dicotomia rural x urbano*, percebemos que de acordo com os autores Sorokin, Zimmerman e Galpin (1986), existe uma contraposição entre o rural e o urbano que surge a partir da diferenciação dos espaços dada a partir da ocupação destes espaços. No entanto, apesar de sua significativa presença, a palavra espaço não esteve ligada, na maioria das vezes, como algum vestígio da ruralidade, mas sim como uma percepção geográfica do lugar onde os atingidos moravam, como podemos ver na figura 14, extraída da edição de número 1. Como forma de definir um local onde pertencia, a palavra lugar teve grande destaque com 59 ocorrências e, apesar de nem sempre fazer referência explícita ao rural, esteve sempre ligada à uma realidade vivida anteriormente.

A gente explica

Acordo: 1. pacto entre pessoas 2. um que seja favorável a todos 3. teria que ser a opinião de todos os envolvidos 4. empresas sendo beneficiadas e vítimas excluídas 5. covardia 6. meio das empresas manipularem o destino de quem ela destruiu.

Arquitetura: 1. estudo, levantamentos feitos por arquitetos 2. projeto igual ao que em antes de toda essa tragédia 3. a reconstrução do jeito que era.

Casa: 1. Moradia 2. local para chamarmos de lar 3. para morar com conforto 4. no mesmo modelo que era cada uma 5. minha gostezinha a que era antes 6. um sonho cada vez mais distante.

Controle social: 1. demanda de apoio às comunidades 2. esperamos medidas que realmente atendam ao nosso interesse, sempre com a nossa participação e levando em conta nossas decisões.

Futuro: 1. à Deus pertence 2. Amanhã 3. incerteza por ter perdido tudo e esperança de termos um novo lar 4. ter um bom emprego e morar na nossa vila 5. temos somente incertezas.

História: 1. a lama levou 2. perdemos a nossa 3. minha infância e adolescência que passei no lugar que eu gostava 4. ficou tudo soterrado na lama 5. tudo referente ao passado.

Indenização: 1. é um direito 2. reparação de perdas 3. queremos uma justa 4. meio de pagar à pessoa o que foi retirado 5. a quantia justa pelo que perdemos.

Lugar: 1. localidade 2. local para vivermos, que seja tão bonito como era antes 3. a Lavouira para ser o novo Bento 4. ter o direito de escolher 5. nosso novo destino.

Medo: 1. insegurança 2. de não ter mais um lar 3. de não ter paz 4. de perder meus amigos e familiares 5. de não conseguir ver o novo Bento 6. é o que temos para o futuro.

Patrimônio: 1. tudo que pertence às pessoas 2. perdemos bens materiais que lutamos para conseguir 3. nossas Igrejas reconstruídas novamente 4. Igreja do Bento, que restou.

Preconceito: 1. falta de caráter 2. pessoas atingindo a gente na rua, falando que a empresa está acabando por nossa culpa 3. é o que estamos sofrendo todos os dias 4. tratamento utilizado por pessoas egoístas, sem sentimento, sem Deus, sem fé.

Processo: 1. tudo relacionado a justiça 2. queremos ter o melhor resultado possível 3. meio utilizado para atrasar nossa vida 4. temos que participar 5. uma coisa muito demorada.

Saudade: 1. sentimento 2. palavra que dói muito dentro do coração 3. é o que sentimos dos nossos animais, do que vivemos e construímos com o suor do nosso trabalho 4. do Bento, das cachoeiras, do campo de futebol, quadra 5. de uma vida 6. saudade de tudo.

Território: 1. área delimitada 2. espaço que escolheram para o resto de nossa vida 3. espaço que pertence a gente

Tradição: 1. toda história em comum 2. sonho 3. nossa comunidade, nossas festas 4. não queremos que ela acabe

Figura 14: A gente explica

A palavra trabalho que apareceu 127 vezes na análise geral e apenas 19 quando nos baseamos o contexto inserido, também se relaciona com a primeira corrente teórica trabalhada e diz muito da relação com os atingidos com o trabalho tanto na mineradora Samarco, quanto às outras formas de trabalho vivenciadas pelas comunidades de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo. Vale ressaltar que a palavra trabalho não esteve associada ao trabalho no campo nenhuma vez. No exemplo da figura 15 abaixo, retirada da edição 5, percebemos a associação de uma moradora com o trabalho em um salão de beleza.

VALÉRIA

Eu mexia com cabelo desde nova, quando me tornei maior de idade, i-chô na Vb. Trabalhei lá por seis meses como sinaleira na barragem que estourou. Já sai de lá ficando na Manserv. E mexia com cabelo também. Depois de uns anos, sai da Manserv e fiquei trabalhando só com cabelo. E comecei fazer pãe também pra vender. Hoje eu só trabalho com cabelo. Eu perdi tudo, tudo mesmo. Eu ia na casa das pessoas ou as pessoas iam lá em casa. Dos materiais de fazer pãe, perdi as formas: eu assava o pãe no fogão de lenha. Aqui não dá pra fazer, porque gasta muito gás, demora mais, não fica tão bom, não compensa. Quando a barragem estourou, eu fiquei morando em hotel e Luciano Carneiro, me chamou pra trabalhar lá no salão dela. Foi um momento bom, com movimento de final de ano, uma ajuda e tanto. Ai eles alugaram minha casa, eu mudei pra cá, pro salão da Ana Lúcia. E tô aqui, só mexendo com cabelo. Lá no Bento eu ganhava menos, mas fazia mais com o dinheiro do que o que eu faço aqui. Aqui o gasto é muito maior. Tudo aqui a gente tem que comprar. Eu quero voltar pro meu lugar, sair da cidade, voltar pro Bento.

**COMERCIANTES DE BARRA LONGA**

Nós, os comerciantes da Rua Venâncio Lino 364, da cidade de Barra Longa/MG, estamos passando por momentos difíceis desde o rompimento da Barragem de Fundão, da mineradora Samarco. Estamos indignados com tanto desrespeito da empresa com relação à nossa situação que ainda não foi solucionada. Estamos fora do nosso estabelecimento desde a data da tragédia e até hoje não obtemos uma resposta de quando voltaremos ao normal. Já procuramos os responsáveis pelo comércio e apresentamos o orçamento para mon-

tar a loja para que voltássemos o mais rápido possível, mas não recebemos o retorno favorável. Estamos trabalhando em outro ponto comercial longe dos outros comércios e em uma loja que não oferece espaço suficiente para uma boa exposição das mercadorias o que vem ocasionando perdas nas vendas e perdas de mercadorias. Gostaríamos que a empresa Samarco tivesse mais sensibilidade para conosco e conseguisse solucionar nossos problemas.

Loja Opção, Isabela Calçados, Priscila Presentes



Figura 15: contexto onde aparece a palavra trabalho

A associação das comunidades à natureza e ao meio ambiente apareceu 10 vezes cada ao longo das 12 edições. Em sentido parecido, a palavra paisagem teve 5 ocorrências. Assim, apesar da referência à natureza e ao meio ambiente terem tido um número relativamente baixo, é interessante perceber que percepção do rural como natureza aparece nas abordagens teóricas apresentadas anteriormente como uma nova forma de enxergar o rural. Para Veiga (2007), o rural deixou ser sinônimo de atraso e passou a estar atrelada a ideia de preservação da natureza. Essas ideias também são apresentadas por Candiotta e Corrêa (2008), nas quais, rural é visto como espaço

geográfico quando passa a existir a valorização da natureza nos espaços rurais. No entanto, esse é, de acordo com os autores, é um fenômeno que se origina nas cidades, a partir da representação de um rural ideal. Assim, Lima (2005) também aborda que esse fenômeno acontece a partir do momento em que se reacende uma memória camponesa de dever de preservação do meio ambiente. Tais ideias podem ser exemplificadas na figura 16, da edição 8, em que uma moradora retrata a saudade de sua casa, sobretudo pelo fato de estar próximo à natureza.

Novembro de 2016

A SIRENE 3

Um ano sem “lá fora”

POR ANJÉLICA PEIXOTO (PROFESSORA DA ESCOLA MUNICIPAL DE PARACATU DE BAIXO)
APOIO DE FERNANDA THORPIA

FOTO: ANJÉLICA PEIXOTO



Jardim vertical construído na Escola Municipal de Paracatu de Baixo, em Mariana.

Um ano. Um ano sem Paracatu. Um ano sem “lá fora”. É isso mesmo! Sem “lá fora”. Ouvi essa expressão e fui tomada imediatamente pela certeza de que ela sintetiza muito a saudade que temos: as experiências de trocas com a natureza, como sentir o vento no rosto, escutar o sum dos pássaros, sentar no chão.

Em minha memória, sinto o cheiro do mato pisado e repisado na vivência de todos os dias. Sem esforço, ouço a risada das nossas crianças subindo nas árvores. “Desce daí, menino, você vai cair!”

Na entrada da minha casa, tinha uma amoreira que fazia a alegria das crianças e dos passarinhos. Havia uma disputa das frutas: todos queriam comer as amoras docinhas. Era fácil, estavam ao alcance das mãos. Seus galhos compridos e baixos pediam que subissemos nele;

lame, somente as folhas da copa, que, meio amareladas, mostram um resto de vida. Até quando, não sei, à sua volta só tem destruição.

Lembro-me da brincadeira de be-lísca e da correria das crianças pelo quintal para catar olho de boi, semente grande de cipó, ideal para o jogo. Precisavam de doze, para as duplas, trios e quantos mais chegassem.

O curioso é que não se via as crianças, pois estavam no meio das árvores. Apenas as ouvíamos conversando, rindo e disputando uma a uma as sementes. De vez em quando, uma delas me chamava pelo nome. Eu as reconhecia pela voz. Como eram alegres!

Lá fora era o lugar em que as crianças brincavam, se divertiam explorando gramados, convivendo com plantas e flores.

Ab! As flores! Nossos jardins não tinham projetos paisagísticos

um limoeiro. O “lá fora” faz muita falta! Para amenizar a ausência da natureza, aprendemos a fazer horta vertical em recipiente descartável. Não me sai muito bem. Plantei uma mudinha de alface. Coitada. Morreu.

Ter “lá fora” é um privilégio!

Andar descalço na grama, cavar a terra com as mãos, encontrar uma goiaba madura fora de época escondida no meio das folhas, seguir uma galinha e encontrar sua ninhada com vários pintinhos. De realidade passou a sonho num piscar de olhos.

A invasão da lama da barragem de Fundão significou em nossas vidas, além de tudo, acabar com o nosso “lá fora”.

Um ano, 365 dias. Compramos vasos de flores, fizemos hortas suspensas, as crianças brincam em ruas de lazer, tomamos sol na varanda, na ilu-

Figura 16: Um ano sem lá fora

No que se refere ao apego às tradições e valorização do passado como forma de reforçar a ruralidade, notamos também uma tímida aparição. A palavra tradição

apareceu 16 vezes, enquanto a palavra passado, cinco vezes. Tais dados vão ao encontro das ideias apresentadas por Brandenburg (2010) nas quais com a modernização do campo, o rural passa a ser um espaço de atividades capitalista. Neste espaço, o apego a tradição e à ideia de rural como atraso, está cada vez mais distante graças à similitude dos modos de vida encontrados no campo e na cidade. Assim, nota-se em Bento Rodrigues que as tradições estão relacionadas principalmente às festividades religiosas como mostra a figura x que traz uma reportagem publicada na edição de número 3, que aborda a Festa do Menino Jesus (figura 17). Também relacionada à palavra tradição, tivemos a presença da palavra cultura 13 vezes.

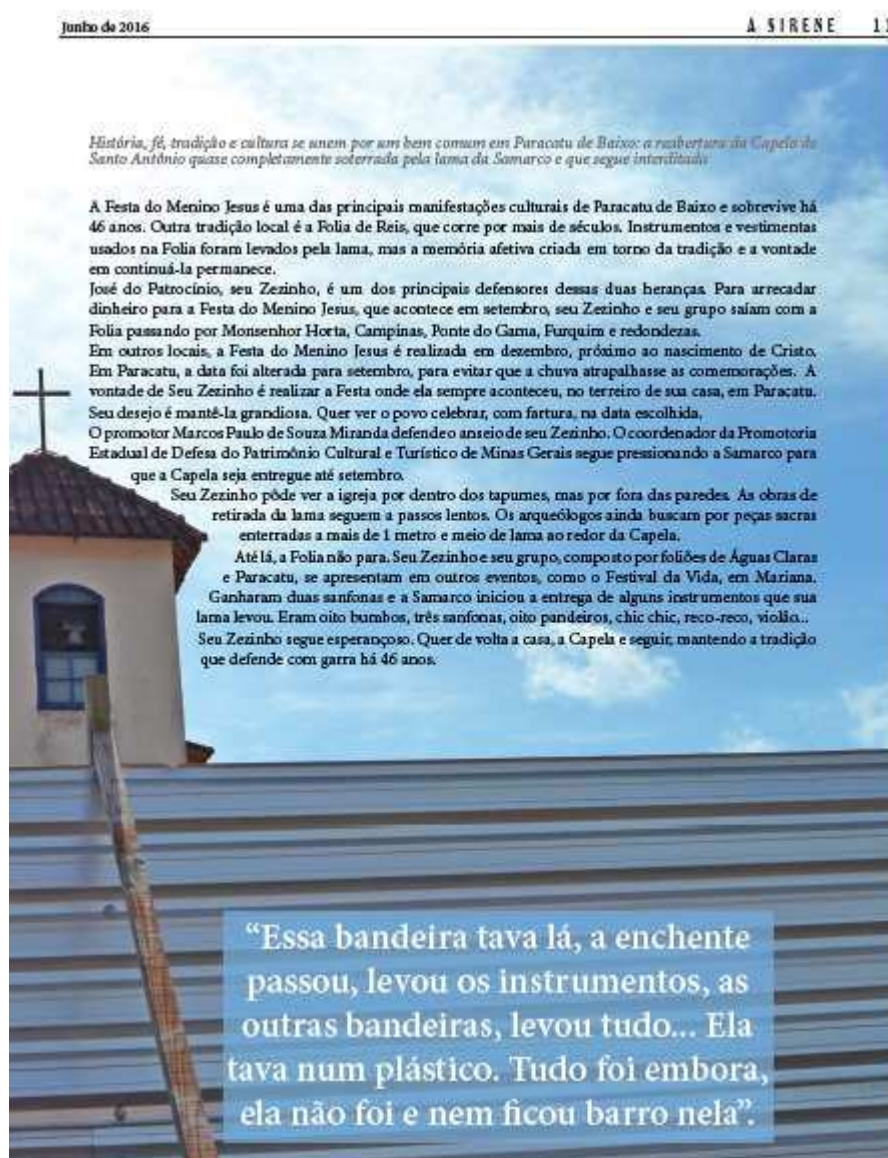


Figura 17: Festa do Menino Jesus

Em relação às palavras campo, cidade, rural e urbano, notamos uma grande discrepância nas aparições. Retomando as proposições de Biazzo (2010) é possível inferir que campo e cidade estão relacionadas aos espaços e paisagens materializadas pelo homem, enquanto rural e urbano, enquanto representações simbólicas, seriam conteúdos das práticas de cada sujeito.

Com a análise do jornal A Sirene notamos que a palavra cidade aparece em um número muito maior (lembrando que estamos considerando apenas as aparições contextualizadas) com 57 vezes, enquanto campo aparece 7 vezes, rural aparece 2 vezes contextualizadas e urbano tem três ocorrências. As ocorrências da palavra cidade, muitas vezes estão relacionadas “à vida na cidade”, como pode ser visto na figura 18, da edição 11, em que novamente trazemos a reportagem das incertezas das mães criando seus filhos na cidade

e na figura 19, da edição 8, que aborda o fato de os atingidos não terem construído uma relação de intimidade com as casas na cidade.



Figura 18: Mães da esperança



Figura 19: Intimidade provisória

Já na figura 20, retirada da edição de número 1, temos um exemplo da utilização da palavra campo relacionando aos perfis das mulheres que viviam nas comunidades atingidas.

A mulher além do campo

POR ALEHIR MARIA ALVES, ALEXANDRA SILVA, EFIGÊNIA BENTA, JOYCE CARNEIRO MARIANNE CAMPIDELLE E MÔNICA DOS SANTOS
COM APOIO DE AZELAIDE DIAS, FERNANDA TROPHA, ISABELLA WALTER, RÁDIO BROTA (EQUIPE), STÊNIO LIMA

A ESPORTISTA

"praticamente todas as meninas jogavam junto com os homens. Se falavam que eu não ia jogar dentro da quadra, eu brigava. Os homens não deveriam ficar discriminando, falando que mulher é fraca, porque não é. A mulher tem mais força que o homem, em certo tipo de coisa. Vai ter um filho, passa dor. Mulher passa dor pra tudo. Pra mulher é tudo mais difícil, mas não pode desistir. Se ela quer fazer, faça."

Joyce Caroline, 19 anos, secretária do escritório da comissão, atingida de Paracatu.

A EMPREENDEDORA

"As mulheres do Bento são todas batalhadoras. Sacolão, tinha de sair e vir comprar aqui em Mariana. Então, eu abri. Era corrido, mas lá todo mundo dava apoio. Meu filho de 16 anos me ajudava sempre! Não temos que nos sentir menos que os homens. Temos de lutar por aquilo que queremos e em momento nenhum nos diminuirmos."

Alexandra, 36 anos, proprietária de um sacolão, atingida do Bento.

A JORNALISTA

"25 anos de Bento, não queria ter vindo para cá, não gosto de Mariana."

Podia ter cinco homens na roda, eu estava no meio. Minha mãe falava que eu era Maria Macho. Não era papo besta de homem machista, era um papo bom. Eu queria fazer jornalismo, só que agora vai ser mais difícil. Qualquer notícia que tinha lá, eu era a primeira saber. Meu colega falava: você tem de ser jornalista porque tudo que tem aqui, você dá notícia. Emprego está difícil. Tudo hoje pede seis meses de experiência, mas se não derem oportunidade para a gente, como vamos

A MATRIARCA

"Toda vida morei na roça, nunca gostei da cidade. Tive todos os meus filhos em casa, nunca fui ao hospital. Nunca tive problema. Eu dançava no resguardo. Criar filho na roça era com muita dificuldade. Tinha que trabalhar na roça, roçando, capinado, plantando. Quando meus filhos estavam solteiros, ficava tudo perto de mim. Nunca me largaram. Criei todos eles sem discussão um com o outro. Adoro meus filhos. Tenho ciúme deles. Hoje, sinto falta da minha cama. Perdi todas as camas."

Donna Efigênia Benta, 88 anos, mãe de 12 filhos, atingida de Paracatu.

A ATIVISTA

"Minha avó era guerreira. Ela perdeu a mãe muito nova. Meu bisavô que a criou com outra mulher. Ela trabalhava em carvoaria na época que meu avô trabalhava em garimpo. Ela passou muita coisa ruim. Mas em momento algum ela perdeu a fé. Teve sete filhas e um homem. De netos, somos a maioria. De bisneto, agora tá empatado: metade-metade. Já eu perdi meu pai, eu tinha sete anos. Minha mãe criou sozinha eu e mais três. Já eu passo muita confiança, mas pra mim eu não passo. Passo pras pessoas. Até o último minuto, enquanto tiver força, eu vou lutar pelo novo Bento."

Mônica do Santos, 30 anos, ativista pelos direitos das comunidades, atingida do Bento.

A ARTISTA

"Aprendi quando estava grávida do meu menino que hoje tem 22 anos. Bordo, faço crochê, vagonite, renda, fuxico, esses tapetes de amarrar. Fazia naquele saco de farelo, agora tem a tela. Enquanto não ficasse pronto, eu não almoçava. Tinha a máquina no Bento. Isso é um vício, entendeu?! O

Figura 20: A mulher além do campo

Ainda nessa perspectiva, a palavra roça, muitas vezes utilizada para fazer referência ao rural, também foi pouco usada, tendo aparecido apenas 15 vezes, sendo que, em sua maioria, em relatos de pessoas mais idosas, como na figura 21, da edição 9, que mostra. A seção "Papo de comadres", espaço dedicado à reprodução do diálogo de duas senhoras das comunidades atingidas. Em tempo, vale ressaltar que a palavra agricultura esteve presente apenas uma vez.



Figura 21: Papo de cumadres

No entanto, o rural aparece como uma questão mais econômica quando percebemos que a palavra terra, no sentido de propriedade, foi registrada 45 vezes em todos os jornais analisados, como mostra o exemplo da figura 22, da edição 4, que evidencia a relação dos proprietários das terras com a construção do novo dique da Samarco

Ainda o dique S4

POR: LUCIMAR MUNIZ E GENIVAL PARCOAL

Ao longo do mês de agosto, ocorreram alguns desdobramentos das ações consideradas emergenciais pela Samarco, que resultam na possível construção do dique S4. Já abordamos esse tema em edições anteriores, mas o assunto ainda não acabou. Temos ainda muito a debater, já que irregularidades ainda insistem em aparecer.

Proprietários das terras onde seria construído o dique S4, ao longo de meses, têm se manifestado contrários à sua construção, destacando os danos resultantes à comunidade.

A partir do dia primeiro de agosto, os herdeiros da família Muniz, proprietária de terras na área do S4, passaram a receber uma extensa documentação com comunicado de que, caso não se pronunciassem contrariamente dentro de 48 horas, a empresa teria permissão para entrada na área, para início de estudos e sondagens. Mesmo tendo se pronunciado contrariamente dentro do prazo, a senhora Vera Lúcia sequer teve seu direito respeitado, conforme ela explica:

"Assim que recebi a documentação, fiz tudo dentro do prazo estabelecido para resposta e envio. Mas, quando minha resposta chegou ao seu destino a empresa já tinha autorização judicial para fazer os estudos e sondagens. Nós só ficamos sabendo que a empresa já estava em nossas terras através de outros moradores que estiveram lá e nos falaram. Não recebemos nenhum comunicado. O que me preocupa é que as pessoas do Bento pensem que nós estamos contra elas".

No dia 25 de agosto, Paulo César Mendes visitou suas terras e verificou que a mineradora estaria não só realizando os estudos e sondagens - ações autorizadas por via judicial - mas que também já havia aberto estradas entre as propriedades de José Felipe dos Santos, da família de Antônio Peretra Gonçalves (Dalua) e da Família Muniz. Como os representantes das outras famílias desconheciam tal fato, na manhã seguinte proprietários e um grupo de moradores se dirigiu à localidade para averiguações. Lá foram recebidos pelo engenheiro de minas Marcelo Fortes, responsável da Samarco pelo trabalho de campo e execução. O profissional se comprometeu a apresentar ao grupo documentação do Ministério Público de Minas Gerais com a autorização para a entrada nessas propriedades até às 14h daquele dia. O grupo permaneceu na localidade até às 16h30,

AMPMG
Ministério Público
do Estado de Minas Gerais

PROCURADORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE MARIANA/MG

DECLARAÇÃO

Eu, _____ portador
do documento (CPF, RG, CTPS ou outro) _____
resido _____ e
atualmente resido _____
telefone para contato _____

Declaro, para os devidos fins, que **NÃO AUTORIZO** a SAMARCO MINERAÇÃO S/A, VALE S/A, BHP BILLITON, FUNDAÇÃO RENOVA ou qualquer outra pessoa/empresa a entrarem em minha casa/terreno, na localidade atingida pelo rompimento de barragem de Fundão no dia 05-11-2015, para qualquer finalidade, especialmente para construção de diques e obras similares.

Declaro, ainda, que **me oponho à construção de qualquer dique** próximo a Bento Rodrigues e Paracatu, uma vez afetaria meu direito de propriedade.

Declaro, por fim, que, apesar da devastação do local onde eu resido com minha família, **permanece proprietário do terreno atingido pela lama** e solicito ao Ministério Público de Minas Gerais que tome as medidas necessárias para preservar o direito ao meu patrimônio.

Mariana/MG, _____ de _____ de 2016.

ASSINATURA

Obs: anexar um documento de identidade e um documento que comprove residência no local afetado (conta de luz, IPTU, fotografia ou equivalente)

Figura 22: Ainda o Dique S4

Quando se trata de uma abordagem mais saudosista do rural, recorre-se a palavra quintal que apareceu 18 vezes. Ao mencionar o seu quintal, os moradores de Bento Rodrigues, frequentemente o associam à ideia de paraíso perdido, assim como na abordagem de Bodson (1989) que demonstra que em certos casos, rural é associado a um status inalcançável ou um paraíso perdido presente apenas nas memórias dos moradores após a tragédia, como podemos ver na figura 23, da edição 10, que apresenta o depoimento saudoso de uma das atingidas.

Melhoria da casa

Em 1997 foi trabalhar na escola de Paracatu. Efetivada por concurso público, morava ainda num ranchinho, como costuma dizer. Os filhos agora crescidos ajudavam com as despesas. "Meu filho mais velho me disse: mãe, por que a senhora não faz uma casa de tijolo como todo mundo? O dinheiro

ainda não dava. Preferi fazer mais cômodos, colocar telhas e manter as paredes de barro." Ficou assim ainda por alguns anos.

A casa nova

Com o tempo e ajuda dos filhos foi colocando tijolos nas paredes "Num mês derrubava e fazia uma parede,

no outro derrubava e fazia mais uma. Depois da casa toda entijolada coloquei cerâmica nos cômodos. Tinha duas cozinhas! Sua casa se destacava no meio das plantas. Pintada com um verde claro, no ponto mais alto do terreno era convidativa.

Vera sempre recebia a todos com orgulho de quem havia superado muitas dificuldades e alcançado seus objetivos.

FOTOS: LARISSA HELENA



Vera, uma mulher guerreira

A barragem na sua vida

"Não esperava um dia estar aqui em Mariana, como estou hoje. Dependendo dos outros. A barragem foi a pior coisa que aconteceu na minha vida. Trabalhei tanto, lutei tanto.. Quero minha casa. Tenho muitos questionamentos. Se receber outra casa pode ser até melhor, mas igual a antiga nunca mais."

Ser atingida

"A lama veio e acabou com meus planos e minha paz. Tenho sessenta anos e vou esperar três anos para ter minha vida de volta.

Eu era muito feliz debaixo das árvores do meu quintal. Como alguém pode pensar que eu não tinha nada em Paracatu?

Moro numa casa confortável sim, mas que não é minha. Não tenho esperança de quase nada. E como sempre vou continuar lutando".

Figura 23: Depoimento de uma atingida

Palavras encontradas nas definições teóricas apresentadas acerca da conceitualização de rural como modernização, meios de transporte, consumo, desenvolvimento, agrário e camponês não tiveram aparições dentro do contexto de ruralidade. Vale ressaltar que, apesar de uma das correntes apresentarem a visão de um campesinato que emerge como luta política, ao se mobilizarem frente a tragédia, os moradores de Bento Rodrigues não se identificam enquanto camponeses.

Considerações sobre o capítulo

Com a leitura e análise de *A Sirene*, podemos perceber que o jornal tem a intenção de fazer com que o público leitor conecte o seu próprio rural com o hábito de ler o jornal. Esse rural é o que ainda habita a lembrança de muitos leitores, uma população eminentemente urbana. Com isso, percebe-se que prioritariamente o jornal conecta esses atingidos com aquele rural que está na memória, que aborda um modo de vida, não somente um emprego ou um lugar para plantar.

Dessa forma, apesar do rural não aparecer explicitamente, se existe uma estigmatização, como demonstrado anteriormente, é porque este rural emerge de outras formas. Tratamos de um rural que é urbanizado e híbrido, já que ele não se encaixa nem nas definições de urbano nem rural. A população da cidade os vê como rurais, no entanto, estes sujeitos não se percebem dessa maneira, porque o rural aparece para eles no campo da memória que emerge no momento em que eles perdem a vida que levavam naquelas comunidades. Não parece haver marcas que simbolizam um rural que não seja urbanizado. Se o rural não aparece e se o urbano não aparece, estamos falando de um hibridismo que os coloca em um outro lugar.

Assim, mesmo que o rural apareça em contextos relacionados à memória, podemos afirmar que os sujeitos atingidos querem continuar sendo híbridos uma vez que eles perderam os empregos, que em grande maioria não eram rurais, mas querem voltar para o rural que habita na memória. Tais considerações indicam que podemos estar diante de um rural híbrido, expresso pelo sofrimento e pelo trauma de narrativas jornalísticas, como veremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO 3:

RURAL HÍBRIDO EM SOFRIMENTO: MINEIRIDADE, MINERAÇÃO E TRAUMA

Resumo: Este capítulo tem como objetivo examinar as configurações entre mineração, mineiridade e ruralidade presentes no jornal A Sirene. Para isso, analisamos as linguagens jornalísticas utilizadas para as narrativas de trauma e sofrimento e como elas aproximam os expectadores da realidade retratada. Percebemos que, como a emergência da tragédia, há uma busca por evidenciar um rural perdido e traços da mineiridade, que em outros tempos, deu conta de encobrir os conflitos do estado. Assim, de uma forma geral, foi possível identificar que o jornal A Sirene evidenciou, com as narrativas construídas, traços de um rural híbrido.

3.1- Introdução

No Capítulo 1 dessa dissertação, nos orientamos pelo primeiro objetivo específico proposto que foi problematizar e investigar a relação entre jornalismo acontecimento e temporalidades para, então, examinar as lógicas e as linguagens jornalísticas na relação com a vida social. Neste capítulo, percebemos que o jornalismo configura uma determinada experiência social e que o jornal A Sirene foi determinante para emergência de uma memória que é reconstruída o tempo todo por aqueles sujeitos afetados pelo acontecimento.

Já no segundo capítulo, o objetivo foi examinar as expressões e as configurações de sentidos sobre o rural no jornal A Sirene, problematizadas pela tragédia. Com isso, o nosso esforço foi pensar, em meio a esses gestos de memória e de identidade, que tipo de experiência rural foi afetada pela tragédia de Mariana a partir das emergências, tensões e conflitos no jornal A Sirene. Neste capítulo foi possível perceber que o rural que aparece no jornal e na lembrança dos atingidos é um rural híbrido. Nesse sentido, o jornal conecta esses atingidos com aquele rural que está na memória de um certo modo de vida que, mais do que um emprego ou um lugar para plantar faz parte de sua experiência.

Nesse capítulo, de acordo com o terceiro objetivo proposto por esta pesquisa, a ideia é examinar as configurações entre mineração, mineiridade e ruralidade presentes no jornal *A Sirene*, instigantes do ponto de vista da relação entre estes sujeitos rurais com a atividade mineradora, com o espaço em que vivem e com relação ao próprio território do estado de Minas Gerais.

Para isso, este capítulo está estruturado em quatro subitens. O primeiro subitem é *Jornalismo e lógicas de sofrimento: a expressão do trauma na tragédia*, seção na qual será trabalhada a relação entre jornalismo e a emergência do sofrimento, originado na mineração. Já o segundo, *Mineração na região de Mariana: a configuração histórica de um rural híbrido*, o objetivo é mostrar a relação histórica da mineração em Bento Rodrigues e Mariana e como essa atividade instituiu um corte num determinado modo de vida. No terceiro subitem, *A ruralidade como dispositivo para encobrir a mineração: o sentido de mineiridade*, será evidenciada a forma como as elites mineiras do século XX utilizaram o rural para tentar esconder a identidade mineradora no estado. Por fim, o último subitem, será uma *Tensionamentos entre mineiridade, ruralidade e mineração no jornal A Sirene*, no qual será abordado como o jornal *A Sirene* lida com sofrimento produzido pela tragédia em meio a esta disputa de sentidos.

3.2- Jornalismo e lógicas de sofrimento: a expressão do trauma na tragédia

Como vimos, o jornalismo se caracteriza por ser um tipo de linguagem social que é essencial na atualidade, já que, como premissa, atua na compreensão do presente. Nesse sentido, sua relação com o acontecimento – tomado como algo que introduz uma novidade, necessariamente – é de construção de narrativas na forma de notícias.

Por meio dessa narrativa, ocorre uma preservação dos fatos pois, de acordo com Barbosa e Carvalho (2017), é por meio destas narrativas que são criadas esferas públicas de memória real. O jornalismo, então, se caracteriza como modalidade narrativa do presente e “auxilia no processo de normalização do evento traumático” (BARBOSA; CARVALHO, 2017, p. 23). Isso fica claro em acontecimentos oriundos de catástrofes, como a tragédia de Mariana.

Percebe-se que o sofrimento é combustível para as mídias, em especial as narrativas jornalísticas, que tem como princípio suscitar questões políticas e evidenciar

situações de injustiça. Dessa forma, de acordo com Cal e Lage (2015), orientam um sentimento de afinidade em relação ao fato noticiado, já que se trata de indivíduos concretos.

A inserção de indivíduos concretos com suas histórias pessoais transforma o clamor generalista e impessoal próprio da piedade em uma demanda por compaixão. Nesse sentido, a retórica da piedade cederia lugar a uma nova retórica, a da produção da “vítima virtual”, cuidadosamente identificada e singularizada (CAL; LAGE, 2015, p. 148)

A ideia de que o sofrimento e o trauma servem de matéria prima ao jornalismo também é evidenciada por Silva (2017). Para o autor, os eventos traumáticos noticiados servem às vítimas na medida em que, ao serem mostradas, essa “exposição implica potencialmente o advento da comoção, seguida da solidariedade e de apoio em causa e recursos, bem como de providências do poder público, em reparo e prevenção de desastres futuros” (SILVA, 2017, p. 18)

Como o trauma pode ser caracterizado como uma “memória de um passado que persiste – insiste em não passar –, e que portanto, desordena a estrutura temporal do sujeito afetado por ele” (BARBOSA; CARVALHO, 2017, p. 21), o jornalismo atua como forma de evidenciar a reinserção da vítima, perante a sociedade, à vida. Essa inserção ocorre, de acordo com Barbosa e Carvalho (2017) devido à simbolização criada a partir das formas de narrativas: linearidade, repetições e construções metafóricas. Além das características jornalísticas, os autores também apontam que o relato traumático contribui para retemporizar o presente e aproximar o afetado da realidade comum.

Neste sentido, o jornal impresso, enquanto veículo portador desse sofrimento, debate, de acordo com Cal e Lage (2015),

a aparição do sofrimento como elemento decorrente de um contexto social específico, evidenciando uma problemática política a partir da exposição do infortúnio alheio; e a aparição desses sujeitos sob o viés da exemplaridade, como indivíduos cuja história é, na verdade, a história de outros semelhantes – e, por sua vez, seu sofrimento é correlativo ao de outros sujeitos (CAL; LAGE, 2015, p. 146).

Assim, uma das funções esperadas do jornalismo diante de um evento traumático como a Tragédia é a construção de narrativas desse acontecimento que foi experienciado e testemunhado pelas pessoas que o sofreram. Desse modo, de acordo

com Cal e Lage (2015), o jornalismo, ao criar essas experiências traumáticas, fornece orientação para a compaixão dos leitores com indivíduos concretos. O relato jornalístico do sofrimento coloca o sujeito afetado como narrador de fatos extraordinário e, por isso, portadores da verdade (BARBOSA; CARVALHO, 2017).

Ainda que o acontecimento traumático precise ser construído jornalisticamente, em um contexto ampliado, as narrativas de tragédias, catástrofes e acidentes estão frequentemente inseridas na mídia jornalística, mesmo que em diferentes graus de importância. Barbosa e Carvalho (2017), que também trabalharam com a Tragédia de Mariana, apontam que, neste caso, houve a emergência de sinais de uma identidade distante do presente munida de alguns rastros do passado, que só foram acionados no momento do trauma. Os autores relatam que o subdistrito de Bento Rodrigues raramente fazia parte de pautas midiáticas locais no que diz respeito a políticas públicas ou questões ambientais e, motivado pelo trauma, se tornou o epicentro da cobertura jornalística nacional.

Entretanto, vale ressaltar que o jornalismo não explica o sofrimento das pessoas, ele o torna presente de um modo como a sociedade também faz. Esta é uma dimensão hermenêutica, ou seja, da interpretação que faz com que o trauma esteja presente. É em meio à presença que, de acordo com Mafra (2011), os sujeitos podem se afetar mutuamente, mergulhando em contextos específicos e horizontes de expectativas e, dessa forma, utilizar de suas experiências anteriores para criar uma nova.

Assim, é possível perceber que a tragédia de 2015 evidencia que a mineração em si mesma como um processo historicamente constituído, é um evento traumático na cidade de Mariana (especificamente em Bento Rodrigues). É esta mineração que histórica e não explícita, fez emergir, nos contextos de interação no meio rural de Mariana, um complexo processo de hibridismo cultural. Ainda que o jornalismo não explique esse processo (e nem seria possível a ele), o jornal A Sirene o torna presente, como será visto adiante.

3.3- Mineração na região de Mariana: a configuração histórica de um rural híbrido

A mineração no estado de Minas Gerais certamente começou junto com a mineração no Brasil, no início do século XVII. Motivada por ampliar seu domínio e se tornar

superior à Espanha (que já explorava outras nações da América Latina), a Coroa Portuguesa deu início à exploração de ouro nas regiões montanhosas do Brasil. O chamado ciclo do Ouro impulsionou a criação de diversas cidades no interior e a transferência de sede da Coroa Portuguesa – de Salvador para o Rio de Janeiro (SILVA, 1995). Com o passar dos anos e a queda da exploração do ouro, exploradores perceberam que Minas Gerais é rica em diversos outros recursos de exploração mineral: diamante, pedras preciosas e minério de ferro, sobretudo na região denominada quadrilátero ferrífero, o que até hoje, garante ao estado a primeira posição no que diz respeito à exportação de minério.

Especificamente sobre a região de Bento Rodrigues, relatos feitos pelos próprios moradores no jornal A Sirene (edição 0, p. 7) dão conta de que a mineração na região teve início por volta de 1697, quando bandeirantes, insatisfeitos com as condições da exploração do ouro nas cidades de Ouro Preto e Mariana resolveram descer a Serra de Antônio Pereira. Foi nesta ocasião que o líder Bento Rodrigues fundou a comunidade de mesmo nome. De maneira geral, o relato mostra que a comunidade sempre esteve ligada à exploração mineral e que, em algum momento teve a agricultura como suporte referente ao abastecimento de insumos alimentícios às caravanas que chegavam no local para minerar.

Hoje, o estado de Minas Gerais é o principal exportador de Minério de Ferro do Brasil, com 53% de toda exploração nacional (FAUSTINO, FURTADO, 2013). A mineração representa também 29% das exportações realizadas no estado, seguida por ferro, aço e suas sobras (que representa 26%) e café em grão (12%). Localizado na Região mais desenvolvida economicamente do Brasil (Sudeste), o estado possui um PIB – Produto Interno Bruto de 241,3 bilhões de reais, o que lhe garante a terceira posição do Brasil, atrás somente dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Sua contribuição para o PIB nacional é de 9,1% e no âmbito regional, sua participação é de 16,1%. A composição do PIB mineiro é: agropecuária 8,4%, indústria 31,9%, serviços 59,7% (IBGE, 2010).

Do ponto de vista demográfico, Minas Gerais é um estado predominantemente urbano. A partir da década de 1970, a população de rural de Minas Gerais deu início a uma constante queda em relação à urbana – está última conseqüentemente cresce. De acordo com dados do Censo (2010), população rural despencou 10,5% de 2000 para

2010, de 3,2 milhões de pessoas para 2,8 milhões enquanto a urbana aumentou 14,8%, de 14,6 milhões para 16,7 milhões.

Já a cidade de Mariana possuiu a economia majoritariamente dependente da mineração, como mais de 80% do PIB oriundo da extração de minério, seguida pela agropecuária que representa 19% e serviços que não atinge 1% do total. Além disso, ocupa a 10ª posição no ranking mineiro de PIB per capita.

Em geral, é perceptível no caso de Minas Gerais inúmeras particularidades no que se refere a configuração do rural. Dessa forma, o que pretendemos demonstrar com esse capítulo é que o jornalismo atua evidenciando estas particularidades, como parte de um sofrimento que se origina na mineração. Assim, o jornalismo torna presente a mineração que, nas sociedades modernas, aparece como um dos elementos mais fundantes da globalização.

Essa globalização instituiu e colocou essa região, durante o período colonial no cenário mundial e, conseqüentemente, inseriu este rural num amplo processo de globalização cultural. Contudo, os esforços para apresentar abordagens possíveis sobre o rural no capítulo 2 desta dissertação, não esgotaram o questionamento sobre a ruralidade vivenciada pelos atingidos das comunidades de Mariana uma vez que não há como separar totalmente os modos de vida rurais de espaços produtivos, o que a torna uma comunidade híbrida.

Do ponto de vista cultural, o hibridismo pode ser entendido como um fenômeno que autores como Canclini (1998), ao analisar o cenário sociocultural, chama de redefinição do senso de pertencimento e identidade, “organizado cada vez menos por lealdades locais ou nacionais e mais pela participação em comunidades transnacionais ou desterritorializadas de consumidores” (1998, p.52). O autor também salienta que as identidades locais não desaparecem, sendo reconfiguradas e adaptadas, e ainda há possibilidade de se destacar entre as culturas globalizadas como uma forma de resistência. De maneira geral, Canclini (1998) insere a questão do hibridismo na globalização, entendida por ele como um intercâmbio entre territórios, que não necessariamente causa uma homogeneização, mas sim algumas rupturas e negociações.

Antes de entendermos o hibridismo do rural em Bento Rodrigues cabe-nos entender que a globalização é um fenômeno caracterizado por Santos (2001) pelo encurtamento de distâncias e pela eliminação de fronteiras espaciais, temporais e

culturais. Santos (2001) explica que com a aproximação das pessoas devido a reconfiguração das formas de vida, houve um maior intercâmbio de crenças, filosofias, possibilitado a emergência de uma cultura com um caráter mais massivo. A globalização ainda permite que, ao surgir algo novo (uma técnica, por exemplo), não necessariamente o antigo cai em desuso, mas sim passa a ser usado pelos contextos não hegemônicos – a periferia, já que o autor demonstra que, com as trocas deste processo, sujeitos são excluídos. Ou seja, cria-se uma cultura massiva e hegemônica que pressupõe homogeneidade mas, em contrapartida, surge a exclusão de sujeitos que passam a ser periféricos em relação a lógicas centrais.

Dentro deste contexto, enxergamos no rural que se configura em Bento Rodrigues e nas demais comunidade esse jogo hegemônico já que, por vezes, suas questões são periferizadas nos demais contextos sociais. Para Murta (2014), essa invisibilização ocorre justamente pelo fato das sociedades modernas não enxergarem os sujeitos rurais como dotados de um comportamento padrão fruto da racionalidade técnica, ou seja, seus saberes e culturas não fazem parte da cultura das massas. Entretanto, graças ao que Canclini (1998) chama de intercâmbio de culturas, os sujeitos rurais ao se reconhecerem enquanto parte da sociedade globalizada, se tornam híbridos.

Neste sentido, o hibridismo do rural é caracterizado, de acordo com Rua (2005), como um rural que não deixa de incorporar elementos do urbano, mas sim, que interage com ele e cria novas relações. Em Bento Rodrigues, essas novas relações são criadas pelo fato de esses sujeitos estarem localizados fisicamente em uma localidade considerada rural, mas eles não se ocupam de atividades rurais: são empregados da Samarco, cabeleireiros, microempreendedores. Ao mesmo tempo em que, devido a essa mesma localização, também não são urbanos. Dessa forma, temos um grave problema de periferização e invisibilidade, o que gera dificuldade por parte dos atores sociais em lidar com estes sujeitos.

A hibridização dos espaços rurais e urbanos, ou seja, a junção de formas e conteúdos no mesmo espaço faz com que, segundo Martins e Souza (2010), haja um encontro de estágios de interação com o ambiente. Para os autores, estes espaços não são extintos, mas sim recriados para dar conta de compreender essa nova configuração identitária. Resumidamente seria “um rural que interage com o urbano, sem deixar de ser rural” (MARTINS; SOUZA, 2010, p. 48). Assim, há cada vez mais diversidade de realidades possíveis o que inclui a construção dos que os autores chamam de novas

ruralidades e novas urbanidades em que cidade e campo se entrecruzam de maneira simbólica.

Essa nova interação rural-urbano é o que Rua (2005) também chama de ressignificação dos espaços. Para o autor, essa condição é produto desse novo conjunto de relações que deixam de ser explicadas apenas pelas divisões tradicionais estabelecidas entre urbano e rural. Assim, o rural híbrido do qual se trata neste trabalho tenta ultrapassar essa dualidade e estabelecer um papel de multiplicidade de papéis e novas formas de interação. O estudo desse hibridismo é importante para entender esses sujeitos afetados que, ao mesmo tempo que não são só rurais, também não são unicamente urbanos e que, neste momento expressam seu sofrimento, fruto de tal condição, no jornal A Sirene.

Assim, há emergência, em meio ao hibridismo, de um rural marcado por pautas hegemônicas mundiais, como a questão ambiental. Já em Minas Gerais, esse rural emerge como marca identitária, forjada por determinados grupos sociais, para esconder conflitos, oriundos da mineração, como veremos a seguir.

3.4- A ruralidade como dispositivo para encobrir a mineração: o sentido de mineiridade

A cultura regional do estado de Minas Gerais se formou essencialmente no período da mineração, o que fez com estudiosos, desde este período, correlacionassem a sociedade de Minas Gerais como aquela pertencente às regiões montanhosas, região onde se deu a exploração dos recursos minerais. De acordo com Dias (1985), o período de instalação deste sistema econômico não durou muito e em algumas décadas a Capitania de Minas Gerais¹⁵ já possuía diferenciação do espaço jurídico-institucional, o que resultou em uma urbanização precoce, miscigenação populacional e estratificação social, que foi responsável pela diversificação cultural.

Durante o período da mineração, relatos começaram a ensaiar características comuns ao mineiro da região central, onde se concentrava a mineração. Devido às suas condições de trabalho nas minas e às dinâmicas sociais, o mineiro foi entendido

¹⁵ A capitania de Minas Gerais surgiu a partir da cisão entre a Capitania de São Paulo e a Capitania das Minas de ouro no ano de 1720, cuja capital era Vila Rica (atual Ouro Preto). Fonte: <http://seuhistory.com/hoje-na-historia/capitania-de-minas-gerais-e-criada-em-meio-corrida-do-ouro> acesso em: 08 de setembro de 2016.

inicialmente como aquele que trabalha em silêncio e é desconfiado (REIS, 2007). Tal denominação, no entanto, não dava conta de atender aos anseios políticos de uma elite que, já no século XX, almejava o poder no cenário nacional. Para isso, o discurso regionalista mineiro passou a utilizar da sua capacidade de reorganizar os fatos históricos e atribuir outros significados aos fatos sociais para gerar alterações no discurso da mineiridade (REIS, 2007). Um dos fatos que impulsionou esta mudança foi a transferência da capital do estado para Belo Horizonte. A cidade representava um marco na identidade de Minas Gerais relegando a Ouro Preto, antiga capital, o papel de guardar as histórias do mineiro das minas de ouro em meio a todo passado glorioso da cidade (REIS, 2007).

Paralelamente, neste período, Minas perdeu o posto de estado mais populoso para São Paulo e também ampliou suas atividades econômicas, investindo na agricultura. No entanto, esta mudança, de acordo com Leal e Oliveira (2014), carrega também um sentido simbólico para identidade mineira, já que, de acordo com os autores, “a mineração envolve fatores como a aventura (perigo e descobertas), mobilidade (busca de novas lavras) e insegurança (física e financeira)” (LEAL; OLIVEIRA, 2014, p. 9) características que não eram interessantes de serem exaltadas na disputa política no contexto da República Velha. Por outro lado, “as atividades agrícolas remetem ao contrário – estabilidade, segurança e tranquilidade” (LEAL; OLIVEIRA, 2014, p.9). Isso faz com que as elites mineiras repensassem a forma de atuação no campo da política nacional – de contestadores e rebeldes (remetendo sobretudo à Inconfidência Mineira) passando a ser os conciliadores, os que buscam a integração e a ordem, algo que está hoje muito presente no que tratamos como mineiridade.

A compreensão em torno da identidade mineira, aqui entendida como mineiridade, deve abarcar então uma análise histórica, política e social do estado de Minas Gerais. A mineiridade, característica do sujeito mineiro, é marcada por uma significativa carga simbólica e foi criada com o suposto objetivo de unificar as várias faces de Minas Gerais. O consenso em torno do que chamamos de identidade mineira foi forjado por determinados grupos de poder que optaram por destacar fatos da história de algumas regiões em detrimento de outras, tornando, de acordo com Reis (2007), uma identidade universal tanto para os brasileiros em geral, quanto para os próprios

mineiros. É deste momento em diante que algumas características referentes ao ser mineiro começaram a ser tomadas como um padrão socialmente constituído, com objetivo de ignorar ou eliminar conflitos oriundos de diversos interesses e atividades externas do estado (ROCHA, 2003).

Assim, a mineiridade foi pensada de tal maneira que exaltasse a ruralidade recente do estado já que, para Lysardo-Dias (2008), toda identidade é uma construção que está ligada às dinâmicas dos atores sociais e sua forma de enxergar e habitar o mundo. É neste sentido que é possível perceber que esta identidade, conforme Reis (2007), é tida como parte integrante de um imaginário social que remete imediatamente à história mineira a partir do século XVIII e que, ainda hoje, continua a ser construída e constantemente reforçada como traço hegemônico de uma identidade regional.

A mineiridade pode então ser definida como um conjunto de valores e características atribuído aos mineiros: “trata-se de uma construção discursiva vinculada à concepção de uma regionalidade, que é definida por certas peculiaridades históricas, econômicas e sociais” (LYSARDO-DIAS, 2008, p. 3). Rocha (2003) acrescenta que a mineiridade também envolve apego a tradição, valorização da ordem, prudência, aversão a posições extremistas, revelando a característica conciliadora dos mineiros além da habilidade e a paciência como estratégias para lidar com questões políticas.

Com isso, é possível perceber que o discurso da mineiridade prolonga uma tradição cultural do estado em abordar o rural, como marca identitária. Para Vera França (1998) há uma aura em torno do próprio nome do estado, que acaba por englobar as montanhas, os casos mineiros, a história ou mesmo o comportamento “normal” do mineiro associado à tradição, constituindo a “alma mineira” (p.69), aspecto este que encontra no jeito e atitude do seu povo, a sua forma de expressão. Para França (1998), a representação do ser mineiro está muito ligada a saudosismo, misticismo e onirismos. Conforme Ângelo (2005), a mineiridade também está associada a elementos como a pacatez, a vida rural e a morosidade, além de outras como a habilidade política e a capacidade de articulação (na moderação e no equilíbrio) compondo características presentes na mineiridade mesmo antes do declínio econômico do estado

Apesar do pressuposto de sentimento coletivo de unidade cultural que transcenderia até as fronteiras do estado, existem divergências em termos de características culturais, sociais e políticas em Minas Gerais. Partimos das ideias de

Lysardo- Dias (2008), segundo as quais quando se atribui algumas características a um grupo, “há uma projeção de certos valores e condutas, que são incorporados e passam a ser vivenciados pelos sujeitos sociais como uma ‘realidade concreta’” (LYSARDO-DIAS, 2008, P. 7). Neste sentido, há a construção de uma suposta unidade que exclui a diversidade. Torna-se então pertinente destacar que a imposição de uma mineiridade única não leva em conta a diversidade social e cultural de Minas Gerais uma vez que, conforme vimos, o mineiro projetado inicialmente é aquele oriundo da região central do estado, onde se concentram as decisões políticas e onde se recorre frequentemente à lembrança da mineração.

No entanto, Rocha (2003) nos mostra que Minas teria sido dividida a partir do processo de difusão cultural. Nessa “divisão”, segundo a autora, o estado teria “regiões culturais”, que permitem enxergar, para além das divisões geopolíticas, evidências da diversidade interna do estado. Desta forma, Rocha (2003) apresenta, citando Diegues (1960), que as regiões estariam divididas da seguinte forma: Região central: berço da mineração e a única região que carrega consigo os traços contidos no discurso da mineiridade; Norte e Nordeste: região cuja influência que viria sobretudo da Bahia; Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba: região próxima a São Paulo e a Goiás, de onde surge a ideia da produção do caipira do centro do Brasil; e Sul de Minas: região muito ligada a São Paulo (ROCHA, 2003)

Contudo, percebemos então que a construção da mineiridade não objetivou a dar conta da diversidade cultural de Minas Gerais e sim criar estratégias discursivas para que as elites políticas de Minas Gerais se firmassem no cenário nacional. Vale ressaltar sobretudo que, apesar do mineiro “tido como típico” ser originário das regiões mineradoras, tais características não aparecem como sendo marcas de sua identidade. O que se evidencia na visão de autores como França (1998), Rocha (2003), Ângelo (2005) e Reis (2007) é que a ruralidade, representada sobretudo pelo apelo à natureza e pelo jeito tímido do mineiro, aparece como um distintivo forjado discursivamente para projetar o estado como um todo.

Conforme visto, a identidade mineira, tratada aqui por autores como França (1998), Rocha (2003), Ângelo (2005), Reis (2007) e Leal e Oliveira (2014), é chamada de mineiridade. Retomando, a mineiridade é o conjunto de características que são exaltadas pelos mineiros e que foram forjadas no início do século XX por uma elite

política que almejava visibilidade e poder no cenário nacional. A maioria dessas características remetem a elementos da ruralidade como marcas distintivas dessa identidade. Diante disso, questionamos se esta mineiridade apareceu no jornal A Sirene e como foi problematizada. No próximo item, analisaremos quais sentidos foram configurados a partir de três elementos: mineiridade, ruralidade e mineração.

3.5- Análise dos tensionamentos entre mineiridade, ruralidade e mineração no jornal A Sirene.

A tragédia afetou o ambiente em Bento Rodrigues e os sujeitos que são parte desse ambiente, passam a ser atingidos. Com isso, começam a mobilizar um rural, por meio do jornalismo, como uma espécie de mineiridade perdida. Entretanto, este rural mobilizado, é um rural estilizado, forjado para criar uma identidade mineira, como visto anteriormente. Assim, ao mobilizar este rural, o jornal (e os atingidos) acabam não problematizando essa identidade rural como parte de um sofrimento originado de processo histórico, fruto da mineração.

De maneira geral, o que se nota é problematização do rural não em relação à mineração em si mas em relação à tragédia. Isso diminui a própria potência política desse grupo que passa a fazer parte de um problema ambiental, contemporâneo e não histórico. Com isso, os sujeitos que pretendemos investigar no jornal não sofrem pela tragédia propriamente dita, mas sim, por conta de um rural que é periferizado e híbrido: eles são constituídos como rurais na sua forma, mas, em relação aos seus modos de vida eles são urbanos.

Tendo em vista estas questões, o objetivo desta análise é investigar de que forma o jornal A Sirene tensiona os sentidos entre mineiridade, ruralidade e mineração a partir do sofrimento criado pela tragédia, evidenciado e presentificado no jornal. Assim como nos capítulos anteriores, analisaremos as reportagens por meio das paisagens textuais, ou seja, no conjunto formado por texto em imagem, conforme proposto por Abril (2007; 2012).

3.5.1- Mineiridade: a mobilização de um rural híbrido no jornal A Sirene

A primeira categoria analisada neste capítulo será em relação à mineiridade. Conforme a literatura nos mostrou, a mineiridade foi forjada pelas elites mineiras para unificar as muitas identidades contidas no estado e criar um sujeito típico mineiro. A mineiridade surge então para acobertar o sujeito pouco confiável da mineração. Entretanto, essa mineiridade volta a ser problematizada pelo jornal, no momento em que ela se perde: o sujeito mineiro da região central não consegue encobrir os estragos provocados pela mineração.

Dessa forma, quando eles mobilizam a mineiridade, eles não conseguem problematizar a própria relação histórica entre rural e mineração e sim a tragédia do ponto de vista ambiental. Os sujeitos estão em um espaço em que o rural híbrido gera, além de tudo, um sofrimento presente baseado no processo histórico. Isso tende a diminuir a própria potência política do grupo em termos de direito e outros fatores, o que é evidenciado pelo jornalismo.

Percebemos com o jornal que a mineiridade não é evidenciada nas matérias publicadas pelo jornal A Sirene, senão como um saudosismo de um rural que sequer existiu. Isso fica claro no texto intitulado “Projetando a Esperança” da edição número 2 (figura 24). Neste texto há uma busca por elementos que fazem parte da identidade perdida destes sujeitos, como o próprio quintal, o queijo e o café. Além disso, a imagem constrói este mesmo sentido ao trazer uma casa típica da mineiridade, com bastante paisagem natural e animais pastando livremente, como se o texto convidasse o leitor a entrar naquela casa e partilhar da mesma identidade.



Figura 24: Projetando a esperança

Essa referência ao rural que nunca existiu fica clara quando, ao analisarmos os modos de vida presentes nos relatos contidos no jornal, percebemos que estes, eram predominantemente urbanos. Os modos de vida urbanos podem ser evidenciados na matéria publicada na edição de número 5, “Mãos que não querem parar” (figura 25). Nesta reportagem são mostradas pessoas que perderam suas profissões com a tragédia. Com exceção do primeiro entrevistado – Espedito que é apicultor, as demais profissões são tipicamente urbanas como a Iracema, que é dona de sorveteria, a Valéria que atua como cabelereira e os comerciantes em geral da cidade de Barra Longa. Isso mostra

algumas publicações do jornal, os moradores (inclusive crianças) relatam o preconceito sofrido ao chegar na cidade. Dentro deste contexto, duas matérias chamaram atenção.

A primeira delas cujo título é “Diversidade que nos convida a acolher” da edição de número 6 (figura 26), trata do sofrimento dos moradores ao lidar com o trauma da perda do lugar em que viviam e dos modos de vida e dos desafios de começar uma vida nova, perto de julgamentos, proferidos pelos moradores da cidade.

Diversidade que nos convida a acolher

Hoje eu quero falar com você. Com você, dentro da nossa racionalidade e igualdade. Queria me entender com você.

A minha vida mudou repentina e completamente após o dia 05 de novembro de 2015. Desde aquele dia vivemos, incessantemente, momentos de intensas expectativas, tristezas, sonhos, esperanças e frustrações. Não escolhi viver com a perda, com o novo lugar, com a nova forma de me alimentar, com a busca do lazer diferente ao qual eu tinha me acostumado, com a falta dos meus animais, com a solidariedade, com o interesse e o desinteresse das outras pessoas. Não escolhi, mas convivo, não só eu, mas todas as pessoas atingidas.

Durante a minha rotina passo por situações bem difíceis, de insegurança, de saudade, de desconforto, de sentimento de impotência e de muito medo. Outras vezes, convivo com alegrias e tento buscar forças para continuar o meu caminho. Mas, em todas as situações, estou sempre convivendo com o novo, com o outro, e de uma forma que eu não esperava.

Não é fácil para os meus filhos não ter onde brincar, não é fácil me acostumar com outra escola, outra casa, outros vizinhos, com a falta, sem ter o meu quintal cheio de plantas e animais. Ao mesmo tempo, aprendemos com a solidariedade, com a partilha, com o carinho e com centenas de palavras amigas. Mas, o que me incomoda hoje são os muitos olhares a que sou

submetido e os muitos julgamentos, muitas vezes, expressos com palavras rudes, pesadas e injustas.

Não estou me desfazendo da minha condição humana de errar constantemente, de magoar as pessoas, mas quero que você entenda que eu sou tão complexo e tão falho e tão acolhedor quanto você. E são nesses instantes que eu peço que me respeite!

Conviver com o novo é muito desafiador para todo mundo, e é justamente aí que podem surgir muitos equívocos, porque no terreno do desconhecido é que se produzem preconceitos e desinformações. Essas desinformações às vezes afastam as pessoas. A partir do momento em que eu conheço e me coloco no lugar do outro não posso e não consigo mais ver qualquer pessoa com um olhar preconceituoso.

Eu quero que você conte a sua história, construa o seu espaço, mas procure dizer algo a respeito de você e seja exemplo, ouça o outro, pense no que é direito do outro a partir do que você deseja que seja o seu direito.

A minha história eu estou reconstruindo. Não é tão simples, não é tão certo, depende de mim e dos que estão comigo, depende dos que não estão comigo, depende da nossa cidade, de estarmos juntos, conversando, promovendo ações e respeitando os limites de cada pessoa.



Foto: Laiza de Godoy

Figura 26: Mãos que convidam a acolher

Já a segunda matéria de título “Era uma vez”, da edição 9 (figura 27), uma moradora atingida retrata o sofrimento por meio da criação de conto e, para ilustrar esta história, é utilizada uma apresentação de teatro de bonecos. Nesta história ela conta como foi o processo de mudança incluindo a perda de identidade e a sensação de pertencimento que não existe no novo contexto. Durante o texto, são evidenciados alguns estigmas que mostram que os atingidos não foram aceitos pelos moradores da cidade. Chama atenção que a autora do texto conta que as crianças estão sendo chamadas de “pé de lama” e que alguns moradores chegaram a desejar a morte de quem foi atingido.

10 A SIRENE
PARA NÃO ESQUECER

Dezembro de 2016
Mariana - MG

Era uma vez

POR ANGÉLICA PEIXOTO
COM O APOIO DE FERNANDA TROPÍIA

Era uma vez uma comunidade com o nome de Paracatu. Lá não era o lugar mais bonito do mundo, mas tinha muitas árvores, flores e uma cachoeira onde todos que quisessem poderiam se refrescar em suas águas. Castelo também não havia. Suas casas simples, porém acolhedoras, eram chamadas de lar.

Príncipes e princesas? Longe disso. As pessoas, os moradores eram bem comuns e reais, com defeitos e qualidades como os de qualquer ser humano. Era uma comunidade cheia de desafios como outras tantas por aí. Um belo dia, belo mesmo, o sol brilhava num céu azul, a barragem

de Fundão arrebentou, despejando milhares de metros cúbicos de rejeito de mineração e destruiu a comunidade.

Todos os moradores foram para a cidade sede, chamada Mariana e... Viveram felizes para sempre! Felizes para sempre?

Algumas pessoas afirmam que os atingidos estão “numa boa”, “nadando em dinheiro”, tem muito mais que tinham, “do bom e do melhor”. Uma maravilha! Esse é o grande equívoco

da história. Todos os atingidos são julgados por critérios baseados na falta de informação, portanto, carregados de preconceito.

Falta a quem pensa assim conhecimento, reflexão e fundamento sobre a real situação de muitos atingidos.

Isso leva a atitudes de rejeição, intolerância, suspeita e má vontade gratuita contra pessoas que só querem suas vidas de volta.

Assim, questões como cartão alimentação, pagamentos de aluguéis, antecipação de indenização tornam-se mais importantes que os problemas enfrentados e são polemizados de forma desumana, que rotula, classifica, desrespeita e

exclui. Nossas crianças são chamadas de pé de lama. Idosos sentem-se rejeitados.

O mais triste é ouvir que a lama deveria ter chegado à noite e matado todo mundo. Até quando será ignorado o sofrimento das pessoas que não se conformam com uma situação imposta pelas circunstâncias?

É preciso compreender que cada um reagiu à tragédia de acordo com sua concepção. Uma comunidade não é feita de pessoas iguais com a mesma filosofia de vida. As diferenças determinam as ações. O razoável para alguém nem sempre é para todos.

Paracatu foi devastado pela lama. A maioria das casas virou escombros, tudo o que havia nelas foi destruído. Para alguns, não sobrou uma foto sequer.

Perdemos nossa identidade, nossa história, nosso sentimento de pertencimento. Para entender o processo complexo pelo qual estamos passando, é necessário deixar o preconceito de lado e fazer o exercício de se colocar no lugar do outro.

Com clareza de que as pessoas são diferentes e únicas, compreendendo-as sem fazer pré-julgamentos.

Antes de sermos atingidos, somos indivíduos com emoções e sentimentos. Com os mesmos problemas inerentes à humanidade.

Refleta: você trocaria de lugar conosco?



Apresentação do Teatro de Bonecos no último dia 5 de Novembro em Mariana.

FOTO: DANIELA FELIX

Figura 27: Era uma vez

A análise desenvolvida neste item demonstra que a mineiridade não deu conta de esconder a realidade vivenciada pelos sujeitos das comunidades atingidas, porque estes não podem ser caracterizados como rurais nem como urbanos. Tal situação de sofrimento será melhor evidenciada no próximo item.

3.5.2- Tragédia em Mariana: Sofrimento e trauma no jornal A Sirene

Neste capítulo, entendemos como o sofrimento que emerge de uma tragédia é evidenciado pela mídia e o que tal aparição causa na sociedade. Assim, neste item vamos analisar e que forma o jornal A Sirene aborda o sofrimento tanto do rural quanto da mineração em sua cobertura.

O sofrimento no jornal aparece de várias formas, seja do rural que padece seja das pessoas das comunidades que sofrem com a mineração, já que há uma relação histórica. A mineração há séculos afetou o modo de vida rural e no momento em que a mineração causa uma tragédia, o rural que já está perdido é mobilizado mas não é problematizado.

Essa relação histórica pode ser percebida na matéria “Seu Filomeno me contou”, da edição de número 0, (figura 28) que trata da narrativa de como a mineração chegou na comunidade de Bento Rodrigues, em 1697. Ao longo do texto é possível observar todas as consequências sociais e políticas com a chegada da atividade



Figura 28: Seu Filomeno me contou

mineradora naquela região. Nas imagens, é possível perceber vestígios históricos daquela época e ainda, a situação de devastação em que Bento Rodrigues se encontra após a tragédia. O que demonstra que o sofrimento causado pela mineração sempre esteve presente onde existia e ainda existe esta atividade.

No que diz respeito ao este sofrimento decorrente da atividade mineradora, percebe-se que algumas histórias sempre se repetem nas áreas em que há exploração. Um exemplo bem claro da indignação com a atividade mineradora é o texto intitulado “Dique S4 – Problema ou solução, da edição 05 (figura 29). Nesta reportagem é abordada a construção de um novo dique para conter os rejeitos que sobraram da tragédia. Entretanto, mais do que simplesmente a construção de uma barragem, o texto evidencia que tais ações acarretariam no alagamento de casas, ruínas e de histórias, além de, de acordo com o autor do texto, acabar com a uma garantia (a terra destruída) de que um dia serão ressarcidos.



Figura 29: Dique S4- Problema ou solução?

Nota-se que a própria fotografia utilizada, usa do enquadramento para transmitir um sentido: a placa PARE, por mais que não tenha sido colocada no local com esse propósito, na foto, diz do sentimento dos sujeitos afetados pelo novo dique. Ou seja, eles não querem que este sofrimento se repita

Este sofrimento também pode ser demonstrado com o texto-foto publicado na edição número 4 (figura 30). Nele, são expostos diversos desenhos e depoimentos de crianças que, mesmo sem saber exatamente a magnitude do ocorrido, estão em sofrimento pela perda causada pela tragédia.



Figura 30: Acabou-se o que era doce.

Neste mesmo sentido, A Sirene mostra um rural que vive um trauma e está em sofrimento. Em primeiro lugar porque, no momento da tragédia, os sujeitos recorrem ao rural, que se perdeu, para buscar explicação e conectar esta memória aos não atingidos.

Mais do que perder um pedaço de terra ou o quintal, essas pessoas perderam as experiências vivenciadas naquele lugar. Novamente trazendo a reportagem intitulada “Um ano sem “lá fora”” (figura 31), é evidente que os moradores das comunidades mostram a perda daquela realidade e como estão fazendo para contornar a situação. A imagem, que mostra um jardim vertical construído na cidade, ao mesmo tempo que demonstra as alternativas para revisitar o rural perdido, traz a sensação de prisão com o uso da tela ao fundo, que separa a casa da natureza.

Novembro de 2016

A SIRENE

Um ano sem “lá fora”

POR ANSELICA PEIXOTO (PROFESSORA DA ESCOLA MUNICIPAL DE PARACATU DE BAIXO)
APOIO DE FERNANDA TROPPIA

Foto: Anselica Peixoto



Jardim vertical construído na Escola Municipal de Paracatu de Baixo, em Marana.

Um ano. Um ano sem Paracatu. Um ano sem “lá fora”. É isso mesmo! Sem “lá fora”. Ouvi essa expressão e fui tomada imediatamente pela certeza de que ela sintetiza muito a saudade que temos: as experiências de trocas com a natureza, como sentir o vento no rosto, escutar o som dos pássaros, sentar no chão.

Em minha memória, sinto o cheiro do mato pisado e reptado na vivência de todos os dias. Sem esforço, ouço a risada das nossas crianças subindo nas árvores. - “Desce daí, menino, você vai cair!”

Na entrada da minha casa, tinha uma amoreira que fazia a alegria das crianças e dos passarinhos. Havia uma disputa das frutas: todos queriam comer as amoras docinhas. Era fácil, estavam ao alcance das mãos. Seus galhos compridos e baixos podiam que subíssemos nele, e assim fazíamos.

Vejo claramente os pezinhos dos meninos manchados pelo suco das frutas caídas pelo chão. Saudade da amoreira! Ainda está lá, coberta de

lama, semente as folhas da copa, que, meio amareladas, mostram um resto de vida. Até quando, não sei, à sua volta só tem destruição.

Lembro-me da brincadeira de be-lisca e da correria das crianças pelo quintal para catar elbo de boi, semente grande de cipó, ideal para o jogo. Pre-cisavam de doze, para as duplas, trios e quantos mais chegassem.

O curioso é que não se via as crian-ças, pois estavam no meio das árvo-res. Apenas as orelhitas conversando, rindo e disputando uma a uma as semen-tes. De vez em quando, uma delas me chamava pelo nome. Eu as reconhecia pela voz. Como eram alegres!

Lá fora era o lugar em que as crian-ças brincavam, se divertiam exploran-do gramados, convivendo com plantas e flores.

Ah! As flores! Nossos jardins não tinham projetos paisagísti-cos, mas floresciam o ano todo, rico em cores e perfumes.

Cada casa, por menor que fosse seu espaço, tinha flores, uma horta, uma árvore, um pezinho de fruta ou apenas

um limoeiro. O “lá fora” faz muita falta! Para amenizar a ausência da natureza, aprendemos a fazer horta vertical em recipiente descartável. Não me sai muito bem. Plantei uma muslinha de alface. Coitada. Morreu.

Ter “lá fora” é um privilégio!

Andar descalço na grama, cavucar a terra com as mãos, encontrar uma goiaba madura fora de época escondida no meio das folhas, seguir uma galinha e encontrar sua ninhada com vários pintinhos. De realidade passou a sonho num piscar de olhos.

A invasão da lama da barragem de Fundão significou: em nossas vidas, além de tudo, acabar com o nosso “lá fora”.

Um ano, 365 dias. Compramos va-sos de flores, fizemos hortas suspen-sas, as crianças brincam em ruas de lazer, tomamos sol na varanda, na ilusão de que aquilo são nossos quintais. Que Deus nos ajude! Estamos em compasso de espera. Saudade do nosso “lá fora”. É lá fora que a vida pulsa!

Figura 31: Um ano sem “lá fora”

Além disso, o rural sofre enquanto natureza. Como visto no capítulo 2, há uma tendência, principalmente nos contextos de globalização, em abordar o rural como natureza. Dessa forma, o rural que emerge no jornal e que convoca a sociedade para a ação é o rural afetado enquanto natureza.

Na edição número 5, uma reportagem com o título de “Quantas Isabellas não podem mais pescar?” (figura 32) essa situação fica bem evidente. O texto traz o drama de um rio que sofre, por onde peixes não crescem e onde pessoas não podem mais nadar. A imagem, ao fundo, traz um pouco de floresta e um local que poderia ser utilizado para agricultura. Entretanto, chama atenção o rio marrom e toda lama em volta, reforçando ainda mais a ideia de um rural que sofre e faz parte de uma natureza afetada.



Figura 32: Quantas Isabellas não podem mais pescar?

Neste contexto de dor e sofrimento, a identidade rural dos atingidos emerge na medida em que a mineração os afeta. É um rural em sofrimento que é provocado pelo trauma da mineração. Assim, notamos que o rural não aparece problematizado pelos atingidos mas, ao mesmo tempo, há a busca por uma mineiridade perdida e construída. Essa emergência do atingido, enquanto sujeito que agora passa a lutar pelos seus direitos aparece na matéria “Aprender a ser atingido” da edição 8 (figura 33).

O ser atingido neste caso surge como um sujeito incompleto que tenta mesclar a sua identidade e suas memórias com a nova condição e, para ganhar forças perante ao debate, recorre a elementos do seu passado que são fundantes de sua personalidade, como pode também ser percebido na imagem abaixo.



Figura 33: Aprender a ser atingido

Considerações sobre o capítulo

A partir das análises empreendidas neste capítulo, foi possível perceber que as narrativas criadas em torno de trauma e sofrimento tem o objetivo de, mais do que evidenciar a tragédias das pessoas atingidas, conseguir com que a sociedade em geral se reconheça no que está sendo explicitado.

Para isso, o jornal A Sirene, valeu-se de diversos recursos como desenhos, depoimentos e fotografias que deixam mais evidente o sofrimento daquelas pessoas. Além disso, o jornal é escrito pelos próprios atingidos, ou seja, aquelas que sofrem o que faz com o se insira em um contexto de identificação com outras pessoas. Entretanto, apesar dos esforços, mesmo que inconscientes, para evidenciar uma mineiridade, nota-se que os sujeitos de Bento Rodrigues não são exclusivamente rurais e que por isso não partilham unicamente da mineiridade já que estão inseridos em uma sociedade globalizada e por isso, como evidenciado nas literaturas desse capítulo, são híbridos que estão sofrendo com a mineração e com um rural perdido.

De uma forma geral essa emergência de uma ruralidade que surge a partir da linguagem jornalística ao contar o presente. Ao fazer isto, o jornalismo, ainda que não explique o sofrimento, o torna explícito a partir de uma evidência histórica da mineração e um apelo ao recurso da mineiridade que não colabora com a própria explicitação desse rural para esses sujeitos que estão em sofrimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve como objetivo geral problematizar e examinar a participação do jornalismo na configuração e na expressão da experiência rural contemporânea, presente nos contextos imediatamente afetados pelo rompimento das barragens de Fundão e Santarém, em 2015. Para isso ela se organizou em três grandes capítulos.

O capítulo 1 teve o objetivo de problematizar e investigar a relação entre jornalismo acontecimento e temporalidades com o intuito de examinar as lógicas e as linguagens jornalísticas na relação com a vida social. Assim, a partir das análises empreendidas por meio da categoria tempo, sobretudo no acionamento da memória e das novas identidades que surgiram, percebemos que o jornal A Sirene atuou enquanto produtor de sentidos uma vez que nos permitiu enxergar o deslocamento temporal de um acontecimento na cobertura midiática.

Já o capítulo 2, examinou as expressões e as configurações dos modos de vida rurais no jornal A Sirene, problematizadas pela tragédia. Neste capítulo enxergamos que o jornal teve e ainda tem o papel de reconectar os leitores com o rural que habita em suas lembranças, uma vez que, o rural dos atingidos de Bento Rodrigues se trata de um rural como modos de vida urbanos e que, por isso, é considerado híbrido.

Por fim, no capítulo 3, examinamos as configurações dos sentidos entre mineração, mineiridade e ruralidade presentes no jornal a Sirene e como tais sentidos estabelecem relação entre estes sujeitos rurais com a atividade mineradora, com o espaço em que vivem e com relação ao próprio estado de Minas Gerais. Neste capítulo, entendemos que o jornal, ao criar as narrativas do acontecimento, utilizou-se do trauma para evidenciar um rural perdido e evidências da mineiridade, que durante muito tempo, encobriu os conflitos da mineração. Foi possível ainda enxergar que o jornal tornou explícito o sofrimento desses sujeitos a partir de uma relação histórica da comunidade com a mineração, reforçando o argumento de que estamos diante de um rural híbrido.

Neste sentido, para que todos estes objetivos fossem alcançados escolhemos a metodologia de análise de conteúdo baseados em Gonzalo Abril (2007; 2012) que, por

investigar o sentido da junção de texto e imagem, permitiu que analisássemos o jornal A Sirene, levando em conta todo o contexto da tragédia em que o mesmo está inserido.

Com isso, no momento de fechamento do trabalho é preciso primeiro apontar algumas questões relevantes abordadas nesta pesquisa. A primeira questão é que o jornal A Sirene se mostrou um objeto de pesquisa muito rico. Isso se deve ao fato de o mesmo ser um jornal feito pelos próprios atingidos, gesto este que torna não apenas possível o estudo do jornalismo, mas, acima de tudo, a problematização de determinadas questões da experiência daqueles sujeitos que participaram e participam da produção deste jornal. Estas experiências nos possibilitaram que, mesmo não participando diretamente daquele cotidiano, pudéssemos vivenciar e chegar às conclusões elencadas nessa dissertação.

Assim, o jornalismo, muito mais do que uma linguagem fria ou um modo de contar as histórias e narrar fatos, é também um modo de experimentar a vida social e de atualizar o presente – já que ele ocupa um lugar na vida social contemporânea que se torna fundamental para produzir referências, para problematizar questões e fazer com que, a partir de elementos da sua linguagem, faça com o que o contexto em que está inserido seja marcado por histórias.

Desta forma, ao longo deste trabalho, vimos que o jornal A Sirene se mostrou um acontecimento jornalístico, já que este tipo de acontecimento se refere à própria construção narrativa do fato na mídia. Nesta perspectiva, A Sirene, instaurou uma lógica de produção e inseriu os atingidos na problematização do sofrimento da mídia, além de trabalhar questões como memória e identidade de grupos que emergem a partir de um acontecimento.

Este trabalho nos foi muito desafiador no sentido de nos possibilitar estudar o rural em uma tragédia como a de Mariana, mais especificamente em Bento Rodrigues. Desde o início, o que nos chamou a atenção foi o fato de que Bento Rodrigues é uma comunidade considerada rural, na qual os sujeitos são tidos como rurais. Entretanto, também notamos que, este rural, tomado como uma espécie de marca definitiva daqueles sujeitos, não foi problematizado. Assim, o grande desafio, principalmente dentro do âmbito de um programa de pós-graduação em extensão rural, foi problematizar o rural, dentro de um contexto que ele aparece mas não é questionado.

Com isso, percebemos que o próprio jornalismo explicita, a partir de narrativas de sofrimento, o modo de vida dos sujeitos, mas não o problematiza. Isso significa que, se o jornalismo não dá conta de problematizar e mesmo, se um jornal que foi feito com os atingidos também não o faz, é porque esta não é uma questão explícita, principalmente por se tratar de sujeitos híbridos. Este hibridismo traz sérios problemas em contextos de globalização já que, conforme vimos, nas sociedades globalizadas há a construção de periferias que não são vistas frente às sociedades hegemônicas.

Nesta perspectiva, existe um problema que este trabalho não deu conta de abordar, que diz respeito à invisibilização de um grupo social periférico que se utiliza de um jornal para firmar sua identidade; mas que, ao mesmo tempo, devido ao seu modo de vida, se torna, ao mesmo tempo, invisível, uma vez que as questões que apresenta são aspectos marginalizados, e de difícil tematização, frutos de marginalizações em contextos de periferias. É inegável que existe uma potência política no que diz respeito a esses atingidos que precisa ser tematizada, uma vez que, nesta nova identidade, eles podem buscar uma pauta rural; entretanto, é preciso também reconhecer que tais pautas não darão conta de suprir suas demandas que são, basicamente, vinculadas a um modo de vida urbano.

No que diz respeito ao sofrimento, percebemos que esse é um traço do jornalismo. Entretanto, no contexto da tragédia, este traço se torna fundamental para a compreensão da relação histórica da mineração. A mineração por si só, historicamente produz sofrimento e, no contexto de Minas Gerais, a mineiridade foi tão bem construída, que, ainda que o termo faça um apelo literal à mineração, neste contexto do estado, a mineiridade acaba se produzindo enquanto gesto que faz apelo à uma espécie de ruralidade bucólica e pacata. Com isso, é possível enxergar uma relação histórica de sofrimento que foi encoberta pela mineiridade e, mesmo com a tragédia, ela continuou encobrindo, nesse contexto em que os sujeitos não são rurais, mas sim rurais híbridos. Temos assim uma mineração que não consegue se romper do ponto de vista do discurso e que é utilizada pelos sujeitos para dizer de uma identidade perdida; entretanto, essa mesma mineiridade é também utilizada historicamente para encobrir o sofrimento produzido pela mineração (sobretudo em se tratando das elites, que continuam decidindo os rumos daquele lugar).

Entretanto, no curto espaço de tempo desta dissertação, não foi possível dar conta da diversidade de problemas que emergiram com a tragédia. Assim, é totalmente pertinente que estudos futuros investiguem a relação de outras mídias com esta tragédia, principalmente no que se refere à problematização da cobertura midiática tradicional para observar se os conflitos e os tensionamentos de sentidos investigados por este trabalho no jornal A Sirene também se confirmam em cenários jornalísticos mais amplos. Neste contexto, um estudo de mídias sociais se tornaria também relevante para observar o engajamento das pessoas em relação ao acontecimento. Assim, existe um campo muito amplo de estudos que podem ser feitos no que se refere à relação entre jornalismo, rural e modos de vida, sendo que o jornal A Sirene foi o início de uma trajetória que pode ser reveladora acerca de relevantes questões que emergiram junto com a tragédia e que, junto à lama da Samarco, ainda escorrem sobre nossos olhos, solicitando desvendamentos, explicações e posicionamentos institucionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **A dualização como caminho para a agricultura sustentável**. Estudos Econômicos, São Paulo, v. 24, n. especial, p. 157-182, 1994.

_____. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.

ABRIL, Gonzalo. **Análisis crítico de textos visuales**. Madrid: Editorial Sintesis, 2007.

ABRIL, Gonzalo. Tres dimensiones del texto y de la cultura visual. IC – **Revista de Información y Comunicación**, 2012, v.9, pp.15-35.

ÂNGELO, Marcel Henrique. **Vozes das Montanhas: a representação do político mineiro em textos de Aécio Neves**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal de São João del-Rei, 2005.

ANTUNES, Elton. **Videntes imprevidentes: temporalidade e modos de construção do sentido de atualidade em jornais impressos diários**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura Contemporânea. Salvador/BA: Universidade Federal da Bahia, 2007.

ANTUNES, E. **Temporalidade e produção do acontecimento jornalístico**. Em *Questão*, 13(1):25-40, 2007b.

ARANTES, Haydê Sant'Ana. MUSSE, Christina Ferraz Musse. A construção da identidade mineira: uma análise da cobertura do aniversário de Belo Horizonte através do jornal Estado de Minas. (In) **Anais XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** – Fortaleza, CE – 3 a 7/9/2012

ARAÚJO, Wânia M. **Na tessitura da memória: narrativas do bairro Cachoeirinha**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2010.

BABO-LANÇA, I. **Acontecimento e memória**. In: FRANÇA, Vera; OLIVEIRA, Luciana de (Orgs.). **Acontecimento: reverberações**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, p. 55-65. 2012

BATINGA, Giordana Luna; MENEZES, Flávia Pereira Dias. Um Convite para não Esquecer: Uma Análise das Estratégias Discursivas Utilizadas pelos Atingidos no

Acidente da Samarco, em Mariana (MG). In: **Anais**, IV Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais - Porto Alegre, RS, Brasil, 19 a 21 de outubro de 2016.

BARBOSA, Karina Gomes; CARVALHO, André Luís. Narrativas do trauma no jornalismo local: o rompimento da barragem da Samarco em Mariana. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 19-33, fev. 2017.

BARROS, Antonio Teixeira de. **The Rural Media Representations: Comparative Analysis Of Brazil-Portugal**. Ambiente e Sociedade, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 19-40, Sept. 2015.

BENGS, C.; SCHMIDT-THOMÉ, K. **Urban-rural relations in Europe**. EPSON Final Report, p. 482, 2006.

BERGER, Christa; TAVARES, Frederico M. B. **Do acontecer: tipologias do acontecimento jornalístico**. In: Encontro Nacional De Pesquisadores Em Jornalismo, 7, São Paulo, 2009. Anais da SBPJor. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009. p. 1-16.

BESKOW, Gabriela Carames. **A pátria é a terra: as representações sobre o campo e o homem rural construídas pelo Estado Novo**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

BIAZZO, P. P. Campo e rural, cidade e urbano: distinções necessárias para uma perspectiva crítica em Geografia Agrária. IV ENGRUP, São Paulo. **Anais.**, São Paulo: FFLCH/USP, p 132-150, 2008.

BODSON, Daniel. **Présentation. Recherches Sociologiques**, Louvain, v. XX, n. 3, p. 259-264, 1989.

BRAGA, Gustavo Bastos; FIUZA, Ana Louise Carvalho, PINTO, Neide Maria Almeida. Padrões de consumo no campo: O modo de vida dos rurais brasileiros. **Revista de Extensão e Estudos Rurais- REVER**, Viçosa, v. 4, n. 1, p. 56-73 jan./jun. 2015.

BRANDEMBURG, Alfio. Do rural tradicional ao rural socioambiental. **Ambiente e Sociedade**, Campinas, v. 13, n. 2, p. 417-428, Dec. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414753X2010000200013&lng=en&nrm=iso Acessado em 03 de Junho de 2017.

CAL, Danila; LAGE, Leandro. Narrativas do sofrimento no jornalismo impresso: A construção de cenas e o lugar dos sujeitos. **BRAZILIAN JOURNALISM RESEARCH** –Volume 11 - Número 2- 2015.

CANCLINI, Néstor García. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999.

CANDIOTTO, L. Z. P.; CORRÊA, W. K. Ruralidades, urbanidades e a tecnicização do rural no contexto do debate cidade-campo. **Campo-território: revista de geografia agrária**, v. 3, n. 5, p.214-242, 2008.

CAPANEMA, Carolina Marotta. A natureza política das Minas: mineração, sociedade e ambiente no século XVIII. Tese de doutorado. Faculdade de Ciências humanas - Universidade Federal de Minas Gerais, 2013.

CARNEIRO, Dayana Cristina Barboza. Comunicação Organizacional e discurso: disputa de sentidos na fanpage da Samarco a partir da ruptura da barragem de Fundão em Mariana-MG. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em jornalismo – Universidade Federal de Ouro Preto, 2017.

CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 11, p. 53-75, out. 1998.

_____. **Ruralidades contemporâneas: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Mauad X/FAPERJ, 2012

CARVALHO, Carlos Alberto de; LAGE, Leandro. As relações entre jornalismo e temporalidade para além da urgência implicada na factualidade. In: **Anais da ALAIC 2012–Congreso Latinoamericano de Investigadores em Comunicación**. Disponível:<http://alaic2012.comunicacion.edu.uy/sites/default/files/as_relacoes_entre_o_jornalismo_e_temporalidade_carlos_carvalho_e_leandro_lage_0.pdf>. Acesso em: 30 de abril de 2017

CARVALHO, Maria Cláudia da Veiga Soares; SABINO, César. Comida natural: o consumo neorromântico da roça visto da cidade grande. In: FERREIRA, Francisco Romão; FREITAS, Ricardo Ferreira; PRADO, Shirley Donizete; CARVALHO, Maria Cláudia da Veiga Soares (org.). **Alimentação, consumo e cultura**. 1ª ed. Curitiba: CRV, 2013, v. 1, p. 15-29.

COSTA, João Batista De Almeida. Minas Gerais Na Contemporaneidade: Identidade Fragmentada, a Diversidade e as Fronteiras Regionais. **Caderno Escola Legislativa.**, Belo Horizonte, v. 11, n. 16, p. 117-137, jan./jun. 2009.

DALMONTE, Edson Fernando. Presente: o tempo do jornalismo e seus desdobramentos. **História Franca**, v.29, n.1, p. 328-344, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742010000100019&lng=en&nrm=iso . Acessado em: 02 de maio 2017.

DELEUZE, Gilles. **Lógica do Sentido**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

DIAS, F. C. Mineiridade: construção e significado atual. **Ciência e Trópico**, Recife, v. 13, n. 1, p. 73-89, jan/jun. 1985.

DIAS, Jéssica Elizabeth de Castro. **A percepção da comunidade do município de Mariana/ MG em relação às ações das empresas mineradoras que atuam na região**. Dissertação de mestrado. Pós-graduação em Sustentabilidade - Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2015.

ELEUTÉRIO, Mayara; FERREIRA, Renann. A lama, o ethos e uma mineradora entre as montanhas: Análise Retórica do "Comunicado à sociedade" do Diretor-presidente da Samarco Mineração, após um dos maiores desastres ambientais brasileiros. **Revista Orbis Latina**, vol.6, nº1, Foz do Iguaçu/ PR (Brasil), Janeiro-Dezembro de 2016.

FAUSTINO, Cristiane; FURTADO, Fabrina. **Mineração e violações de direitos: o Projeto Ferro Carajás S11D, da Vale S.A. Relatório da Missão de investigação e incidência**. Açailândia (MA). 1ª edição, 2013.

FAVARETO, Arilson. **Paradigmas do Desenvolvimento Rural em Questão**. SãoPaulo: Iglu: FAPESP, 2007.

FRANÇA, Renné. **Eclipses do Inesquecível: o acontecimento na mnemotécnica da Retrospectiva de Fim de Ano**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Comunicação. Belo Horizonte – Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

FRANÇA, Vera Veiga. **Jornalismo e vida social: a história amena de um jornal mineiro**. Editora UFMG, Belo Horizonte, 1998

FRANÇA, Vera V.. O crime e o trabalho de individuação do acontecimento no espaço midiático. Caleidoscópio: **Revista de Comunicação e Cultura**, [S.l.], n. 10, sep. 2013.

Disponível em: <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/caleidoscopio/article/view/3705>

Acesso em: 10 maio 2017.

FRANÇA, Vera Veiga. **O acontecimento e a mídia**. In: Galáxia, São Paulo online, n. 24, p. 10-21, dez. 2012.

FRANÇA, Vera. Sujeito da comunicação, sujeitos da comunicação. In: GUIMARÃES, César. FRANÇA, Vera. **Na mídia, na rua: narrativas do cotidiano**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, Pp. 61-88.

FRANÇA, Vera; ALMEIDA, Roberto. O acontecimento e seus públicos: um estudo de caso. **Contemporânea – Revista de Comunicação e Cultura**, v. 6, n. 2, 2008.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. **A atualidade no jornalismo: bases para sua delimitação teórica**. Tese de doutorado. – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia – Salvador, 2003. 336 p.

FREITAS, Carlos Machado de; SILVA, Mariano Andrade da; MENEZES, Fernanda Carvalho de. O desastre na barragem de mineração da Samarco: fratura exposta dos limites do Brasil na redução de risco de desastres. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 68, n. 3, Sept. 2016.

GOMES, Wilson. Jornalismo e Esfera Civil – O Interesse Público como Princípio Moral do Jornalismo. In: PERUZZO, Cicília (org.). **Comunicação para a cidadania**. Salvador/São Paulo: UNEB/NTERCOM, 2003, p. 28-51.

GOMIS, Lorenzo. **Teoría del periodismo; cómo se forma el presente**. Barcelona: Ediciones Paidós, 1991.

GUIMARÃES, Michelle Fabiene Pires Ferreira. A representação de Minas Gerais e suas identidades culturais no Bom Dia Minas. Dissertação de mestrado. Pós-graduação em Comunicação - Universidade Federal de Juiz de Fora- Juiz de Fora, 2015.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

JEAN, Bruno. La question rurale: laruralité et sasociologie. Dossier: **Sociologie rurale, sociologie dururale?** Recherches Sociologiques, Louvain, v. XX, n. 3, 1989.

KAYSER, Bernard. **La Renaissance rurale: sociologie des campagnesdu monde occidental**. Paris: Armand Colin, 1990.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LAGE, L. O massacre de Realengo na retrospectiva de Veja: entre a memória e o esquecimento. In: SBPJor 2012 – 10º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 2012, Curitiba. **Anais...** Brasília: SBPJor, 2012. v. 1. p. 1-12.

LANA, Lígia Campos de Cerqueira; FRANÇA, Renné Oliveira. Do cotidiano ao acontecimento, do acontecimento ao cotidiano. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação | E-compós**, Brasília, v.11, n.3, set./dez. 2008.

LARA, Gláucia Muniz Proença. A tragédia de MARIANA (MG): aforizações, mídias e argumentação. **Signo**, Santa Cruz do Sul, v. 42, n. 73, p. 65-73, fev. 2017.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008

LEAL, Paulo Roberto Figueira; OLIVEIRA, Luiz Ademir de. A Disputa Pelo Sentido Da “Mineiridade”: a construção da imagem de Aécio Neves na disputa presidencial de 2014. **Revista Novos Olhares** - Vol.5 N.1- Jan-Jun de 2016.

LIMA, E. N. Novas ruralidades, novas identidades. Onde? In: MOREIRA, Roberto J. (Org.). **Identidades sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005, p. 41-65.

LOURENÇO, Cléria Donizete da Silva Lourenço. Cultura regional mineira e relações comerciais: um estudo etnográfico no varejo. **Revista Administração em Diálogo – Programa de Estudos Pós-Graduados em Administração Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**. ol.15, n.1, Jan/Fev/Mar/Abr 2013, p.23-51.

LYSARDO-DIAS, Dylia. Ethos e construção discursiva da identidade mineira. In: Encontro de Interação em Linguagem verbal e não-verbal, 2008, São Paulo. **Anais do VIII ENIL**. São Paulo: Editora da USP, 2008. V. 01. P;157-176

MAFRA, Rennan Lanna Martins. Vestígios da dengue no anúncio e no jornal: dimensões acontecimentais e formas de experiência pública na (da) cidade. Tese de

doutorado. Pós-graduação em Comunicação –UFMG/FAFICH, Belo Horizonte, 2011. 366f.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. O conceito de espaço rural em questão. **Terra Livre**, São Paulo: AGB, ano 18, n. 19, p. 95-112, jul/dez 2002.

MARTINS, Geraldo Inácio; SOUZA, Ângela Fagna Gomes. A Relação Campo e Cidade: Novas Urbanidades e Ruralidades, Definições e (Re) Definições. **Caminhos de Geografia** Uberlândia v. 11, n. 36 dez/2010 p. 37 – 51.

MENDONÇA, Sônia Regina. **O ruralismo brasileiro**. São Paulo: HUCITEC, 1997.

MIRANDA, Maria Geralda et al. Cadê a minha cidade, ou o impacto da tragédia da Samarco na vida dos moradores de Bento Rodrigues. **Interações (Campo Grande)**, [S.l.], p. 3-12, maio 2017.

MOREIRA, R. Sociabilidade e Espaço. **Agrária**, n. 2, p. 93–108, 2005.

MORMONT, Marc. **Vers une redéfinition du rural. Recherches Sociologiques, Louvain**, v. XX, n. 3, p. 331-350, 1989.

MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (org.) **O Jornal: da forma ao sentido**. Brasília: Paralelo 15, 1997.

MURTA, Raíssa de Oliveira. Ethos camponês e espaço rural periférico : (des) encaixes frente à legislação florestal brasileira. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Extensão Rural- Universidade Federal de Viçosa – Viçosa, MG, 2014. 216f.

OLIVEIRA, Luiz Ademir; LEAL; Paulo Roberto Figueira. A disputa pelo sentido da “mineiridade”: a construção da imagem de Aécio Neves na disputa presidencial de 2014. In: **Anais do VI Congresso Cosmopolítica**. PUC- Rio de Janeiro, 2015.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Do caipira picando fumo a Chitãozinho e Xororó, ou da roça ao rodeio. **Revista USP**, São Paulo, n. 59, p. 232-257, set./nov. 2003

PASSOS, Flora Lopes; COELHO, Polyana; DIAS, Adelaide. (Des)territórios da mineração: planejamento territorial a partir do rompimento em Mariana, MG. **Cadernos MetrÓpole.**, [S.l.], v. 19, n. 38, p. 269-297, abr. 2017. ISSN 2236-9996.

PEREIRA, Laurindo Mékie. Intelectuais em ação, mineiridade em xeque. **Locus, Revista de História/ UFJF** v. 21, n. 1, 2015

PEREIRA, Mariana Fernandes. Músicas Da Propaganda Institucional/2011 Da Rede Globo Minas: Revisitando Memórias De Minas Gerais. **Entremeios: revista de estudos do discurso**. n.5, jul/2012. Pouso Alegre, MG.

PEREZ, Katia. Para qual lado estamos olhando? Reflexões sobre o discurso da Samarco na web. **Revista Organicom**, [S.l.], v. 13, n. 25, p. 26-36, jan. 2017

PERNISA, Mila Barbosa. A construção simbólica da identidade mineira no telejornal da rede minas. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em comunicação-UFJF- mestrado em comunicação. Juiz de Fora, agosto de 2011.

PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e Impérios Alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. (2008) Rio Grande do Sul: UFRGS.

QUÉRÉ, Louis. Entre o facto e sentido: a dualidade do acontecimento. In: **Trajectos, Revista de Comunicação, Cultura e Educação**, Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – departamento de Sociologia. Seção de Comunicação, Cultura e Educação, n. 6, p.59-75, 2005.

_____. A individualização dos acontecimentos no quadro da experiência pública. **Revista Caleidoscópio** 10, Edições Universitárias Lusófona, pp.13-37, 2011.

RAMALHO, Walderez Simões Costa. Uma Crítica ao essencialismo identitário. **História da Historiografia**. Ouro preto • n. 18 • agosto • 2015 • p. 248-265

RAMBAUD, Placide. **Société rurale et urbanisation**. 1ª ed. e 2ª ed. Paris: Éditions du Seuil, 1969/1973.

REDFIELD, Robert. **O mundo primitivo e suas transformações**. Rio de Janeiro: USAID, 1964

REIS, Liana Maria. **Mineiridade: identidade regional e ideologia**. Cadernos de História, Belo Horizonte, v. 9, n. 11, p. 89-98, jan. 2012.

RICOEUR, P. 2007. **A Memória, a história, o esquecimento**. Campinas, Unicamp, 536 p.

RIOS, Jane Adriana Vasconcelos Pacheco. **Ser e não ser da roça, eis a questão!: identidades e discursos na escola**. Salvador: EDUFBA, 2011.

ROCHA, S. M. Identidade regional, produção e recepção: a “mineiridade” na televisão. **Semiosfera**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 4-5, abr./maio 2003.

RUA, João. A resignificação do rural e as relações cidade-campo: uma contribuição geográfica. **Revista da ANPEGE**, Fortaleza, n. 2, ano 2, p. 45-66, 2005.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. - 6* ed. – Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVA, Luiz Martins da. O jornalismo de trauma e o trauma do jornalismo. **Panorama**, Goiânia, v. 7, n. 1, p. 17-20, jan./jun. 2017.

SILVA, O. P. A mineração em minas gerais: passado, presente e futuro. **Revista Geonomos** 3(1), IGC-UFMG. Belo Horizonte, 1995.

SILVEIRA, Lidiane Nunes da. **Roça, uma marca registrada: o processo de valorização do rural na sociedade brasileira**. 2015. 301f. Tese de Doutorado. Pós-graduação em Extensão Rural - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2015.

SOBARZO, Oscar. O urbano e o rural em Henri Lefebvre. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon (orgs.). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. 2ª ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010, p. 53-64.

SODRÉ, Muniz; SOARES, Raquel Paiva de Araujo. Sobre o Facto e o acontecimento. **Trajectos**, Lisboa, v. 1, p. 95-101, 2005.

SODRÉ, Muniz. **Reinventando a cultura: a comunicação e seus produtos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

SODRÉ, Muniz; FERRARI, Maria Helena. **Técnica de Reportagem: notas sobre a narrativa jornalística**. São Paulo: Summus, 1986.

SOLARI, Aldo. O objeto da sociologia rural. In: SZMERCZSÁNYI, Tamás; QUEDA, Oriowaldo (orgs.). **Vida rural e mudança social: leituras básicas de sociologia rural**. 3ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979, p. 3-14.

SOROKIN, Pitirim; ZIMMERMAN, Carlo; GALPIN, Charles. Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano. In: MARTINS, José de Souza. **Introdução Crítica à Sociologia Rural**. 2ª ed. São Paulo: Editora HUCITEC, 1986, p. 198-224. (Coleção Estudos Rurais.)

SOUZA, Elizeu Clementino de. Tensões entre o local e o global: ruralidades contemporâneas e docência em escolas rurais. **Educação**, Santa Maria, v. 37, n. 2, p. 351-364, maio/ago. 2012

SOUSA NETO, Henrique Rufino de. **Emoções discursivas na cobertura jornalística do desastre em Mariana (MG) pelo Jornal Nacional**. 2016. 87 f. Monografia (Graduação) - Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas, Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2016.

TAVARES, Frederico de Mello Brandão. **Na cidade, ofotjournalismo; No fotjournalismo, belo horizonte**. Dissertação de mestrado. Pós-graduação em Comunicação UFMG/FAFICH, Belo Horizonte 2005. 144f.

TAVARES, Michele da Silva. Gonzalo Abril e o Texto Verbo-Visual: Uma Chave de Leitura Para o Jornalismo em Revista. In: **Anais**. XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2016, São Paulo / SP. XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2016.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo Vol. I Porque as notícias são como são**. Florianópolis: Insular, 3 ed. Ver. 2012.

_____. **Teorias do Jornalismo Vol. II A tribo jornalística- Uma comunidade interpretativa transnacional**. Florianópolis: Insular, 2005.

VEIGA, J. E. Destinos da ruralidade no processo de globalização. **Estudos Avançados** 2004, Vol. 51, n. 18, pp. 51-67.

_____. Nascimento de outra ruralidade. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 20, n. 57, p. 333-353, agosto. 2006.

_____. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. 2ª ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

VIANNA, Graziela Mello. VAZ, Paulo Bernardo; SANTOS, Humberto. **Sobre texto visual, som e imagem: novas paragens para as paisagens textuais**. (In) COMPÓS- Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, 2015. (online) Disponível em: <http://www.compos.org.br/biblioteca/compos-2015-99e14b33-2e1d-4278-8921-86937109f4a8_2896.pdf> Acesso em: 18 de outubro de 2016.

WANDERLEY, M. N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o “rural” como espaço singular e coletivo. In: **O mundo rural como um espaço de vida. Reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade.** p. 203 – 262, Porto Alegre: Editora da UFRS, 2009.

WOORTMANN, Klass.(1990) "**Com Parente não se Negoceia**". **O Campesinato como ordem moral.** Anuário Antropológico/87, pp.11- 73.